

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	70.311	75.219
Títulos e valores mobiliários	6	17.935	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	243.760	183.856
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	-	1.856
Outros tributos a compensar	8	21.290	19.644
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	122.674	60.190
Derivativos	30	1.701	-
Ativo financeiro setorial	9	9.970	4.415
Estoques		4.083	4.719
Outros ativos	12	46.741	50.128
Total do circulante		538.465	400.028
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	12.993	14.828
Depósitos judiciais	19	18.759	24.358
Outros tributos a compensar	8	25.104	22.377
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	24.632	138.113
Ativo financeiro setorial	9	2.879	-
Derivativos	30	3.438	14.317
Créditos fiscais diferidos	10	14.472	-
Ativo financeiro da concessão	11	183.111	140.488
Outros ativos	12	2.197	953
Ativo contratual	13	244.166	139.496
Intangível	14	1.079.632	1.030.726
Total do não circulante		1.611.381	1.525.655
Total do ativo		2.149.846	1.925.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	15	147.129	125.368
Empréstimos e financiamentos	16	88.521	77.398
Debêntures	17	95.980	97.434
Taxas regulamentares		5.665	2.189
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	25.508	959
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	37.822	20.509
Dividendo e juros sobre capital próprio	27	12.920	25.852
Obrigações estimadas com pessoal		6.162	5.432
Passivo financeiro setorial	9	20.919	32.681
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	106.358	55.308
Outras contas a pagar	20	45.790	58.748
Total do circulante		592.773	501.877
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	884.749	658.204
Debêntures	17	-	94.975
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	7.229	7.059
Débitos fiscais diferidos	10	-	4.986
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	32.704	30.608
Derivativos	30	62.912	29.726
Passivo financeiro setorial	9	3.420	15.530
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	41.988	132.452
Outras contas a pagar	20	9.482	8.023
Total do não circulante		1.042.483	981.563
Patrimônio líquido			
	21		
Capital social		218.756	170.413
Reserva de capital		486	501
Reserva legal		5.117	34.083
Reserva de lucros a realizar		8.954	4.230
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		247.457	233.016
Outras destinações		33.820	-
Total do patrimônio líquido		514.590	442.243
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.149.846	1.925.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida	23	1.540.552	1.432.031
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	24	(769.078)	(764.607)
Custo com operação		(156.159)	(145.922)
Amortização		(66.690)	(62.560)
Outros custos com operação	25	(89.470)	(83.362)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(265.806)	(205.206)
Lucro operacional bruto		349.509	316.296
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(33.902)	(37.199)
Amortização		(194)	(208)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(6.019)	(10.635)
Outras despesas com vendas	25	(27.688)	(26.356)
Despesas gerais e administrativas		(69.424)	(49.918)
Amortização		(4.992)	(5.845)
Outras despesas gerais e administrativas	25	(64.432)	(44.073)
Outras despesas operacionais		(9.644)	(8.386)
Outras despesas operacionais	25	(9.644)	(8.386)
Resultado do serviço		236.539	220.794
Resultado financeiro	26		
Receitas financeiras		51.249	62.110
Despesas financeiras		(142.520)	(130.295)
		(91.271)	(68.184)
Lucro antes dos tributos		145.268	152.609
Contribuição social	10	(11.497)	(13.165)
Imposto de renda	10	(31.424)	(36.037)
		(42.921)	(49.202)
Lucro líquido do exercício		102.347	103.407
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$		285,04	288,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA**Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	102.347	103.407
Outros resultados abrangentes	-	(177)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	(177)
Resultado abrangente do exercício	102.347	103.230

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros						Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Reserva de lucros a realizar	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	170.413	494	34.083	162.697	-	64.494	177	-	432.359
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	103.407	103.407
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(177)	-	(177)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	70.320	-	-	-	(70.320)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	4.230	-	-	(4.230)	-
Realização da correção monetária especial - Lei nº 8.200/91	-	6	-	-	-	-	-	(6)	-
Transações de capital com os acionistas									
Juros sobre o capital próprio - AGE de 30/12/2022	-	-	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(8.852)	(8.852)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(64.494)	-	-	(64.494)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	170.413	501	34.083	233.016	4.230	-	-	-	442.243
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	102.347	102.347
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	48.343	-	(34.083)	(14.260)	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	5.117	-	-	-	-	(5.117)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	28.701	-	-	-	(28.701)	-
Proposta de aumento de capital	-	-	-	-	-	-	33.820	(33.820)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	4.724	-	-	(4.724)	-
Realização da correção monetária especial - Lei nº 8.200/91	-	(15)	-	-	-	-	-	15	-
Transações de capital com os acionistas									
Juros sobre o capital próprio - AGE de 31/03/2023, 30/06/2023, 29/09/2023 e 29/12/2023	-	-	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	218.756	486	5.117	247.457	8.954	-	33.820	-	514.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos tributos	145.268	152.609
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	71.876	68.613
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	10.071	7.866
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.019	10.635
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	120.141	92.647
Perda (ganho) na baixa de não circulante	9.097	8.091
	362.472	340.461
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(64.160)	40.388
Tributos a compensar	59.274	59.961
Depósitos judiciais	7.067	(442)
Ativo financeiro setorial	(7.410)	44.297
Contas a receber - CDE	(5.911)	657
Outros ativos operacionais	10.178	(2.004)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	21.761	(45.638)
Outros tributos e contribuições sociais	12.817	(23.634)
Taxas regulamentares	3.476	18
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(12.426)	(10.728)
Passivo financeiro setorial	(71.441)	25.367
Contas a pagar - CDE	37	(3.578)
Outros passivos operacionais	(9.657)	10.955
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	306.077	436.080
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(50.124)	(48.142)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(37.947)	(71.636)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	218.006	316.302
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(61.375)	(37.147)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	44.176	34.431
Adições de ativo contratual	(270.682)	(215.628)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(287.881)	(218.344)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	313.613	137.945
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(170.509)	(176.135)
Liquidação de operações com derivativos	(39.705)	(5.345)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(38.432)	(70.208)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	64.967	(113.743)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(4.908)	(15.785)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	75.219	91.005
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	70.311	75.219

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
1 - Receita	2.246.724	2.036.762
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1.987.341	1.842.509
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	265.403	204.888
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.019)	(10.635)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.235.780)	(1.158.624)
2.1 Custo com energia elétrica	(861.172)	(856.245)
2.2 Material	(186.288)	(153.180)
2.3 Serviços de terceiros	(148.199)	(115.998)
2.4 Outros	(40.120)	(33.202)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.010.945	878.138
4 - Retenções	(72.129)	(68.886)
4.1 Amortização	(72.129)	(68.886)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	938.815	809.252
6 - Valor adicionado recebido em transferência	52.787	65.139
6.1 Receitas financeiras	52.787	65.139
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	991.603	874.391
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	76.358	63.260
8.1.1 Remuneração direta	48.964	40.133
8.1.2 Benefícios	24.767	20.781
8.1.3 F.G.T.S	2.627	2.347
8.2 Impostos, taxas e contribuições	666.478	575.727
8.2.1 Federais	425.472	372.743
8.2.2 Estaduais	240.708	202.446
8.2.3 Municipais	298	538
8.3 Remuneração de capital de terceiros	146.419	131.996
8.3.1 Juros	145.407	131.702
8.3.2 Aluguéis	1.012	293
8.4 Remuneração de capital próprio	102.347	103.407
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	30.000	20.000
8.4.2 Dividendo (incluindo adicional proposto)	-	8.852
8.4.3 Lucros retidos	72.347	74.555
	991.603	874.391

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Jaguari de Energia ("CPFL Santa Cruz" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2022, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

Em 2023, a CPFL Santa Cruz cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 504 mil clientes, em 45 municípios, sendo 39 localizados no Estado de São Paulo, 3 em Minas Gerais e 3 no Paraná.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 1,2% em relação ao exercício de 2022, com destaque para a classe industrial, que registrou uma queda de 9,5%.

A CPFL Santa Cruz, em 2023, recebeu a premiação da ANEEL nas categorias Brasil e Região Sudeste, para concessionárias acima de 400 mil unidades consumidoras. Além disso, foi eleita vencedora pelo Prêmio Abradee, nas categorias Nacional, Responsabilidade Socioambiental e Gestão Operacional, para as empresas com até 500 mil consumidores. Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2023 começou sob os sinais de baixo crescimento e elevada inflação. As expectativas de acordo com a Pesquisa Focus estavam em torno de 0,8% e 5,3%, respectivamente. A perspectiva era que a recomposição tributária afetaria preços administrados, especialmente combustíveis, mantendo a inflação elevada a despeito dos efeitos negativos da elevação de juros sobre a atividade econômica. No entanto, houve surpresas benignas nas duas frentes: o crescimento econômico foi mais forte e a inflação, mais baixa.

Um dos fatores a colaborar para o desempenho melhor do que o esperado foi a normalização das cadeias produtivas e o recuo dos preços de commodities, tanto para a desinflação global como brasileira.

Domesticamente, a safra recorde – muito maior que a inicialmente esperada – contribuiu direta (com cerca de 1,2 p.p.) e indiretamente para o PIB mais forte

(através dos efeitos multiplicadores da renda gerada no setor).

A farta oferta agrícola também ajudou a redução dos preços domesticamente, especialmente dos alimentos; de fato, 2023 registrou deflação do grupo Alimentação no Domicílio no IPCA. Assim, apesar da recomposição dos impostos sobre combustíveis e da elevada inflação de administrados no ano (9,2%), a inflação encerrou o ano com 4,62%, dentro do intervalo de metas, cujo teto é 4,75%.

O ano de 2023 também testemunhou a discussão em torno da meta de inflação e da autonomia do Banco Central, o que acabou levando à desancoragem das expectativas de inflação em prazos mais longos, especialmente durante o primeiro semestre. Quando se tornou claro que haveria manutenção da autonomia do Banco Central e da meta de inflação em 3% - agora transformada em meta contínua houve uma reancoragem parcial destas expectativas, que passaram a orbitar 3,5%, pouco acima do centro da meta.

Um dos motivos para a reancoragem das expectativas de inflação ser apenas parcial é a questão fiscal. O ano foi de significativos avanços nesta seara, como a aprovação do novo Arcabouço Fiscal e das medidas que devem alavancar as receitas em 2024. Mas ainda há muita incerteza a respeito do cumprimento/alterações destas metas, que deve continuar sendo um foco de atenção ao longo de 2024.

Enquanto as expectativas de inflação permaneciam pressionadas e não havia clareza sobre o ambiente internacional e doméstico, o Banco Central manteve a taxa de juros inalterada. Apenas quando se tornou mais claro o processo de desinflação e apareceram sinais de descompressão dos núcleos é que a Selic começou a ser reduzida, mas os impactos da moderação da restrição monetária só devem ser mais plenamente observados em 2024, dadas as defasagens usuais.

No PIB mais forte de 2023 também participou a expansão da massa de renda das famílias, beneficiada por um mercado de trabalho forte, com expansão do emprego e do rendimento médio real dos trabalhadores, além das elevadas transferências governamentais através do Bolsa Família. A expansão da renda foi importante para garantir um bom desempenho do varejo mais dependente dela; já o varejo mais ligado ao crédito teve mais dificuldades, dado o ambiente de elevada inadimplência, taxas de juros nas alturas e endividamento das famílias em patamar recorde. A inadimplência recuou na segunda metade do ano, embalada pelo programa Desenrola, mas a recuperação deste mercado é apenas incipiente e deve se fortalecer ao longo de 2024, refletindo a redução da Selic. Dentro do varejo que depende mais do crédito houve o destaque positivo das vendas de automóveis, incentivadas pelos programas governamentais específicos.

Do ponto de vista da indústria, no entanto, foi um ano difícil. Conquanto a extrativa mineral tenha ido muito bem, a indústria de transformação refletiu tanto a demanda mais baixa quanto as dificuldades para obtenção de crédito pelas empresas. Além da Selic elevada, o episódio das reclassificações contábeis da Americanas no início do ano impôs cautela extra aos bancos e mercados de capitais. A situação só começou a melhorar no segundo semestre, sob a égide do afrouxamento monetário e da percepção de que o episódio contábil era mesmo restrito às Americanas. Esta melhora deve perdurar em 2024.

O câmbio permaneceu sob pressão no primeiro semestre, enquanto pairavam dúvidas sobre a questão fiscal e a autonomia do Banco Central; aos poucos, conforme estas questões foram sendo confrontadas, houve pequena apreciação. Os movimentos do câmbio refletiram, também, os humores dos mercados com a economia internacional; o ano de 2023 foi de elevação dos juros nas principais economias do mundo e a perspectiva de que as taxas permaneceriam em terreno contracionista por bastante tempo prevaleceu em boa parte do segundo semestre. Em dezembro, no entanto, estas perspectivas foram parcialmente desarmadas, com os mercados começando a apostar em quedas de juros mais incisivas ao longo de 2024, o que colaborou para perda de valor do dólar em relação às demais moedas,

inclusive o real.

Deve-se notar, ainda, outro fato relevante no apagar das luzes do ano: a promulgação da reforma tributária. Os pilares da reforma são a implantação de um sistema de base tributária ampla e não cumulativo; a uniformização da legislação; a enorme simplificação do sistema; e, ainda que maiores do que as desejáveis, um número limitado de exceções. Com isso, o novo sistema deve ser menos complexo que o atual e com menor incentivo à litigância, proporcionando alguma redução das distorções alocativas e aumento da produtividade da economia nacional. Na esteira das reformas aprovadas em 2023, o Brasil recebeu *upgrade* da classificação de risco de sua dívida pela S&P, o que ajudou a consolidar o processo de apreciação cambial nos últimos dias do ano.

Tarifas de energia elétrica

Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2023:

Em 21 de março de 2023, por meio da Resolução Homologatória nº 3.178, a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da CPFL Santa Cruz, reajustando as tarifas de energia elétrica da distribuidora em 5,65%, sendo 4,41% relativos ao Reposicionamento Tarifário Econômico e 1,23% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 3,24% e da Parcela B de 1,17%. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 9,02%, sendo de 12,67%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 6,85%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

3. Desempenho operacional

Clientes: a CPFL Santa Cruz encerrou o ano de 2023 com 504 mil clientes, com aumento de 8 mil consumidores, representando um crescimento de 1,5%.

Vendas de energia

Em 2023, as vendas para o mercado cativo totalizaram 2.033 GWh, uma queda de 1,2% em relação a 2022.

A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2023 foi de 46,6% para a classe residencial, 14,3% para a classe comercial e 9,6% para a classe industrial. Para essas classes de consumo, destaca-se:

- Classe Residencial: aumento de 6,0%, devido a maiores temperaturas registradas no período, a melhora da massa de renda real, e o incremento de unidades consumidoras em 2023 quando comparado ao ano de 2022. Em contrapartida tivemos o impacto negativo referente ao aumento de unidades de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída);
- Classe Comercial: redução de 2,1%, refletindo o incremento de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída) e a migração de clientes cativos para o mercado livre;
- Classe Industrial: redução de 9,5%, refletindo a desaceleração da produção industrial e a migração de clientes cativos para o mercado livre.

Nota: as vendas para o mercado cativo não consideram a energia vendida por meio da tarifa de uso (Uso D) das permissionárias que se tornaram parcialmente livres ao longo de 2023, incluída na linha de "Outras Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas" da nota explicativa de "Receita Operacional".

Qualidade dos serviços prestados

Atendimento ao cliente: a CPFL Santa Cruz obteve, em 2023, o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 78,2, na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee, resultado 7,5 pontos (ou 10,6%) acima do resultado de 2022. O índice foi superior à média nacional de 72,5 pontos e fez com que a empresa subisse duas posições no ranking da categoria, passando a ocupar o 5º lugar.

Fornecimento de energia: a CPFL Santa Cruz desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2023, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 5,04 horas e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 3,22 vezes, entre os menores do setor.

4. Desempenho econômico-financeiro

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 2.253 milhões em 2023, representando um crescimento de 10,0% (R\$ 205 milhões), decorrente dos seguintes aumentos: (i) de 21,9% (R\$ 79 milhões) em outras receitas; (ii) de 687,1% (R\$ 69 milhões) no ativo e passivo financeiro setorial; (iii) de 29,5% (R\$ 61 milhões) na receita com construção de infraestrutura; (iv) de 1,2% (R\$ 16 milhões) no fornecimento de energia elétrica; e (v) de 11,7% (R\$ 1 milhão) no ativo financeiro da concessão; parcialmente compensados pela redução de 30,6% (R\$ 21 milhões) no suprimento de energia elétrica.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 712 milhões em 2023, representando um aumento de 15,7% (R\$ 97 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 1.541 milhões no ano, registrando um aumento de 7,6% (R\$ 109 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): em 2023, o EBITDA foi de R\$ 308 milhões, representando um aumento de 6,6% (R\$ 19 milhões), devido ao crescimento de 7,6% (R\$ 109 milhões) na receita operacional líquida. Esta variação foi parcialmente compensada pelos seguintes aumentos: (i) de 29,5% (R\$ 61 milhões) nos custos com construção de infraestrutura, que tem contrapartida na receita líquida em igual valor; (ii) de 14,2% (R\$ 25 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Aumento de 22,1% (R\$ 15 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Redução de 1,8% (R\$ 307 mil) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 12,3% (R\$ 7 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Aumento de 9,6% (R\$ 3 milhões) em outros custos/despesas operacionais.

E por fim, o (iii) aumento de 0,6% (R\$ 4 milhões) no custo com energia elétrica.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2023	2022
Lucro Líquido	102.347	103.407
Amortização	71.877	68.613
Resultado Financeiro	91.271	68.184
Contribuição Social	11.497	13.165
Imposto de Renda	31.424	36.037
EBITDA	308.416	289.406

*Conforme Resolução CVM nº 156/22.

Lucro líquido: a CPFL Santa Cruz apurou lucro líquido de R\$ 102 milhões em 2023, representando uma redução de 1,0% (R\$ 1.060 milhões), refletindo os aumentos de 33,9% (R\$ 23 milhões) nas despesas financeiras líquidas e de 4,8% (R\$ 3 milhões) na amortização. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelas seguintes variações: (i) aumento de 6,6% (R\$ 19 milhões) no EBITDA; e (ii) redução de 12,8% (R\$ 6 milhões) no imposto de renda e contribuição social.

Endividamento: no final de 2023, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Santa Cruz atingiu R\$ 1.127 milhões, representando um aumento de 19,5%.

5. Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 271 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

6. Aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Santa Cruz desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em novembro de 2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, tendo sido revisado os compromissos 2, 4, 6, 9, 14 em janeiro de 2024. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Plano ESG 2030.

Monitoramento dos compromissos do Plano ESG 2030: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com os valores éticos que permeiam suas ações e negócios, sendo composto por 4 dimensões que visam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o tom e a prática da alta administração: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) apuração de denúncias, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e, (iv) monitoramento de indicadores, avaliações pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade. O Programa conta, ainda, com um canal de ética gerido por uma empresa externa e independente, e um processo de apuração de registros éticos que garante o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa fé. Dentre as ações executadas no decorrer de 2023, temos como principal destaque a manutenção da Certificação ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Além disso, enfatizamos a nota máxima no quesito Ética nos Negócios do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3); a revisão do Código de Conduta Ética para Fornecedores, bem como da Instrução do Programa de Integridade, e ainda; treinamentos sobre temas do Programa de Integridade para colaboradores e fornecedores, a aplicação do formulário de conflito de interesses para especialistas, coordenadores e cargos gerenciais e acima, a disponibilização do primeiro Game de Integridade e 12 Conversas Mensais de Integridade, das quais destacamos os temas “Política Anticorrupção e fomento da cultura de integridade”, “Assédio moral e tratamento desrespeitoso”, “Assédio sexual e importunação sexual”, e “Código de Conduta Ética para fornecedores”, dentre outras ações de comunicação; além de apurações de denúncias, avaliações de riscos e emissão de pareceres de *due diligence* e *background check*.

Relacionamento com a comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Jaguari atua, em 2023 destacam-se: **(i) CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte, por meio de projetos voltados para a redução dos níveis de vulnerabilidade social, beneficiando cerca de 660 crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo; **(ii) CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação presencial e digital – alcance nacional):** foram executados projetos que visam as trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os dois países. Ao todo, a frente atingiu 813 mil espectadores; **(iii) Circuito CPFL:** através da frente Circuito CPFL, levamos cinema movido a energia solar, alcançando mais de 890 espectadores; **(iv) Café Filosófico CPFL (programação digital – alcance nacional):** realizamos 33 gravações em nosso estúdio e 2 gravações especiais comemorativas, uma em Porto Alegre e outra em Campinas. Ao todo, ao longo de 2023, foram 154 exibições dos programas Café e Café Expresso na TV Cultura e no Youtube; **(v) Voluntariado:** o programa atendeu 1 ONG ao longo do ano; e **(vi)**

Eficiência Energética (0,5% da ROL): em 2023 foram investidos mais de R\$ 1,8 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: (a) R\$ 146 mil em projetos de Iluminação Pública, que proporcionaram a substituição de 140 pontos de Iluminação por LED; (b) R\$ 74 mil em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo; (c) R\$ 1,5 milhões no Programa de Hospitais, que está implementando Sistemas de Geração Fotovoltaica e realizando a Substituição de lâmpadas por LED em Hospitais Públicos e Filantrópicos.

Gestão de Recursos Humanos: em 2023, treinamos 192 colaboradores da base ativa. Foram 701 mil horas treinadas. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com Escolas para formação de eletricistas ao longo do ano, foram 4 turmas, 58 participantes, 39 aprovados e 23 contratados.

Rede de Valor: em 2023, foram realizados 3 encontros da Rede de Valor, todos em formato online. Eles contaram com a participação de 98 parceiros e abordaram os seguintes temas: Cenário Macroeconômico, Planejamento Estratégico CPFL, Plano ESG 2030, Sustentabilidade na Cadeia de Suprimentos, Diversidade e Inclusão e Segurança do Trabalho.

7. Auditores Independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") foi contratada pela CPFL Santa Cruz para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza

Asseguração de *covenants* financeiros

Serviços de *compliance* tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

Licença de software e prestação de serviços de suporte técnico

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Santa Cruz agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2023. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração.

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Jaguari de Energia (com nome fantasia “CPFL Santa Cruz” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede social da Companhia está localizada à Rua Vigato, nº 1620, 1º andar, sala 03, Jaguariúna, São Paulo, CEP 13.820-000.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 7 de julho de 2045.

A área de concessão da Companhia contempla 45 municípios, sendo 39 no interior do Estado de São Paulo, 3 no norte do Estado do Paraná e 3 no sul do Estado de Minas Gerais, atendendo a aproximadamente 504 mil consumidores, entre os principais municípios estão Itapetininga, Jaguariúna, Mococa, Ourinhos e São José do Rio Pardo.

1.1 Mudanças climáticas

Como posicionamento frente às Mudanças climáticas, a Companhia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia GHC Protocol. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (*Environmental, Social and Governance*), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Ser carbono neutro a partir de 2025¹, reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (ii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Na publicação “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

¹ Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025.

1.2 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras, o capital circulante líquido negativo de R\$ 54.308 (R\$ 101.849 em 31 de dezembro de 2022), sendo que, caso necessário, potenciais aprovações de financiamento serão realizadas. A Companhia

tempestivamente monitora o capital circulante líquido e sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“www.aneel.gov.br”) e da Companhia (“www.cpfl.com.br”) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 23 de fevereiro de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 10 – Créditos e débitos fiscais diferidos: reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;

- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão: premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos (nota 30);
- Nota 12 – Outros ativos: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;
- Nota 14 – Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 17 – Debêntures: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 18 – Impostos, taxas e contribuições a recolher: incertezas sobre os tributos sobre o lucro;
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota 30 – Instrumentos Financeiros – derivativos: principais premissas para determinação do valor justo.

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil conforme requerido para as companhias de capital aberto.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

3.2 Contratos de concessão

O ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 23).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contrapõe a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário, que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.3 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente

ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 30). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 30.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Intangível e Ativo contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível, de vida útil definida, é amortizado pelo prazo de concessão, de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em

um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas a consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: intangível de concessão e outros intangíveis) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Em período subsequente, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presentes na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete à Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital

próprio intermediários, apurados através de balanço semestral. A declaração destes montantes na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.8 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, consequentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita no decorrer da prestação de serviço, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores

contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.10 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício.

3.11 Subvenção governamental - CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários nota 23.3).

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

3.12 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com a concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição e é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- **Parcela A (custos não gerenciáveis):** esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- **Parcela B (custos gerenciáveis):** composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em

que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

3.13 Arrendamentos

Com a adoção do CPC 06 (R2) a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de amortização aplicado para itens similares do ativo intangível de direito de concessão e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.14 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia adotou as alterações ao CPC 32 de tributos sobre lucro, o qual, estabeleceu o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis, mas vale ressaltar que na Companhia, não houve impactos significativos com a adoção das alterações na norma. Também levou em consideração as mudanças ocorridas no CPC 23, considerando as mudanças introduzidas na definição de estimativas contábeis e os esclarecimentos a respeito da distinção de estimativas contábeis e políticas contábeis. Por fim, destaca-se também a adoção ocorrida no CPC 26 (R1) no que concerne a aplicação de julgamento de materialidade para as políticas contábeis, ao levar em consideração que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas foram emitidas pela CVM e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26 (R1))

Em maio de 2022 a CVM aprovou as alterações ao CPC 26 (R1) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos consiste na avaliação ao valor novo de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Saldos bancários	11.039	5.152
Aplicações financeiras	59.272	70.068
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	817	-
Títulos de crédito privado (b)	46.042	70.068
Fundos de investimento (c)	12.413	-
Total	70.311	75.219

(a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

(b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) ("CDB's") no montante de R\$ 22.673 (R\$ 59.342 em 31 de dezembro de 2022), e (ii) operações compromissadas em debêntures R\$ 23.369 (R\$ 10.726 em 31 de dezembro de 2022). Todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito

e com remuneração equivalente, na média, a 101,89% do CDI (100,21% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

- (c) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 100,38% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2023
Através de fundos de investimentos	17.935
Total	17.935

Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 100,38% do CDI.

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vencidos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	42.803	34.405	4.782	81.990	61.262
Industrial	4.783	5.332	1.498	11.613	10.598
Comercial	11.371	5.709	648	17.729	11.949
Rural	7.136	3.536	768	11.440	8.803
Poder público	4.559	3.053	2.324	9.937	7.098
Iluminação pública	4.748	3.376	898	9.022	5.951
Serviço público	3.070	1.897	1.985	6.952	4.193
Faturado	78.471	57.309	12.904	148.684	109.855
Não faturado	92.672	-	-	92.672	72.474
Parcelamento de débito de consumidores	6.719	1.526	2.877	11.121	11.595
Operações realizadas na CCEE	494	-	-	494	4.011
Concessionárias e permissionárias	1.473	-	-	1.473	705
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(298)	-	-	(298)	(396)
	179.532	58.835	15.780	254.147	198.245
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(10.387)	(14.389)
Total				243.760	183.856
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	3.808	-	-	3.808	6.703
Energia Livre	9.185	-	-	9.185	8.125
Total	12.993	-	-	12.993	14.828

Parcelamento de débitos de consumidores: refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 30 (f).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2021	(12.984)	(700)	(13.684)
Provisão revertida (constituída) líquida	(18.745)	(25)	(18.770)
Recuperação de receita	8.136	-	8.136
Baixa de contas a receber provisionadas	9.205	-	9.205
Saldo em 31/12/2022	(14.389)	(726)	(15.115)
Provisão revertida (constituída) líquida	(9.968)	72	(9.897)
Recuperação de receita	3.878	-	3.878
Baixa de contas a receber provisionadas	10.093	-	10.093
Saldo em 31/12/2023	(10.387)	(654)	(11.041)

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	1.856
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	1.153	1.943
ICMS a compensar	16.779	15.548
Programa de integração social - PIS	536	362
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.821	1.791
Outros tributos a compensar	21.290	19.644
Total circulante	21.290	21.500
<u>Não circulante</u>		
ICMS a compensar	25.104	22.377
Outros tributos a compensar	25.104	22.377
Total não circulante	25.104	22.377

Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte: refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

ICMS a compensar: refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros. O aumento na utilização mensal dos créditos deve-se a suspensão da não incidência de ICMS nas tarifas de energia elétrica (nota 23.5).

8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>		
PIS sobre ICMS	21.882	11.035
COFINS sobre ICMS	100.792	49.156
Total circulante	122.674	60.190
<u>Não circulante</u>		
PIS sobre ICMS	4.394	24.636
COFINS sobre ICMS	20.238	113.477
Total não circulante	24.632	138.113
Passivo	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	106.358	55.308
Total circulante	106.358	55.308
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	41.988	132.452
Total não circulante	41.988	132.452

Em 2019, a CPFL Jaguari de Energia – “CPFL Santa Cruz” obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial nº 0007887-82.2010.4.03.6105, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005).

Para a “CPFL Santa Cruz” os registros contábeis de ativos de tributos a compensar foram reconhecidos nas demonstrações financeiras, que atualizado até a data da última compensação somaria o montante de R\$ 206.852. Em 2020, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil e iniciou a utilização do crédito para compensar outros tributos a recolher administrados pela Receita Federal do Brasil. O crédito judicial foi totalmente utilizado até o ano de 2023.

Em relação ao saldo do passivo com consumidores, houve repasse nos reajustes tarifários como componente financeiro negativo extraordinário no total de R\$ 204.257, sendo que em março de 2021 (R\$ 20.241), março de 2022 (R\$ 135.567) e março de 2023 (R\$ 48.449) (nota 9), com isso, o saldo do passivo com consumidores em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.040.

A CPFL Jaguari de Energia – “CPFL Santa Cruz” incorporou em dezembro de 2017 a empresa “Companhia de Força e Luz Santa Cruz”, e consequentemente passou a deter direito sob a ação judicial relacionada ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e COFINS desta Companhia.

Tendo em vista (i) decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) em março de 2017 do tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõem a base de cálculo do PIS e COFINS, (ii) decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal (“STF”) que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, (iii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo” e (iv) a Companhia possuir por sucessão a ação judicial relacionado ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e COFINS nº 0012204-41.2010.4.03.6100, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 129.374.

Em 28 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385, a qual determina que a ANEEL promova, nos processos tarifários, a destinação integral do crédito em questão em proveito dos consumidores afetados pela cobrança de tributo a maior. A Companhia entende que tal dispositivo legal não lhe retira o direito de ter vertido em seu favor os créditos abarcados pela prescrição (acima de 10 anos), bem como continuará acompanhando os desdobramentos deste tema, de forma a adotar as medidas que sejam necessárias para resguardar seu direito.

Sobre este tema, em dezembro/2022 a Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), entidade da qual a Companhia é associada, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, distribuída sob nº 7324 questionando referida legislação, a qual pende de julgamento.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor até o momento, não significa qualquer renúncia de direito.

Ainda, em junho de 2023, a Companhia obteve o trânsito em julgado na ação judicial de sua sucedida, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005). Em outubro de 2023, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil, e estima-se que no 1º trimestre de 2024 será iniciada as compensações junto a Receita Federal do Brasil.

Considerando que a ação judicial nº 0007887-82.2010.4.03.6105 da “CPFL Santa Cruz” já foi totalmente utilizada, o montante total até 31 de dezembro de 2023 de ativos de tributos a compensar é de R\$ 147.306, já o passivo com consumidores é de R\$ 148.346, sendo que R\$ 147.306 refere-se a ação judicial da Companhia Luz e Força Santa Cruz (incorporada) e R\$ 1.040 refere-se a ação da “CPFL Santa Cruz” (incorporadora).

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2022			Receita operacional (nota 23)		Resultado financeiro (nota 26)	Recebimento			Saldo em 31/12/2023		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Devolução do crédito de PIS e COFINS	Acordo com consumidor	CDE Eletrobrás	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	(85.581)	41.329	(44.252)	6.512	42.354	(5.311)	-	-	(4.006)	20.165	(24.868)	(4.702)
CVA (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE (**)	(21.898)	4.837	(17.062)	2.541	14.573	280	-	-	(4.006)	2.266	(5.960)	(3.694)
Custos energia elétrica	(86.160)	(27.303)	(113.463)	(52.893)	106.812	(10.511)	-	-	-	(47.789)	(22.265)	(70.055)
ESS e EER (***)	(63.007)	21.431	(41.576)	25.355	30.783	(5.851)	-	-	-	23.029	(14.318)	8.711
Proínia	-	871	871	(1.402)	368	(145)	-	-	-	-	(308)	(308)
Rede básica	38.809	1.666	40.476	48.312	(35.668)	6.317	-	-	-	50.970	8.467	59.437
Repasse de Itaipu	49.555	39.031	88.585	(1.299)	(78.921)	4.355	-	-	-	4.230	10.499	14.729
Transporte de Itaipu	1.759	114	1.873	5.050	(1.624)	344	-	-	-	5.215	428	5.642
Neutralidade dos encargos setoriais	(19.975)	472	(19.503)	(20.396)	16.311	(670)	-	-	-	(19.472)	(4.786)	(24.258)
Sobrecontratação	15.138	411	15.549	1.244	(12.281)	592	-	-	-	1.719	3.385	5.104
Bandeira Tarifária Faturada	(2)	-	(2)	-	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Outros componentes financeiros	43.579	(43.123)	456	6.123	24.578	7.215	(48.450)	3.290	-	(7.317)	529	(6.788)
Devolução crédito de PIS e COFINS	-	(32.310)	(32.310)	-	70.009	-	(48.450)	-	-	-	(10.751)	(10.751)
Outros	43.579	(10.813)	32.765	6.123	(45.431)	7.215	-	3.290	-	(7.317)	11.280	3.963
Total	(42.002)	(1.794)	(43.796)	12.635	66.932	1.905	(48.450)	3.290	(4.006)	12.848	(24.339)	(11.490)
Ativo circulante	-	-	-	-	4.415	-	-	-	-	-	-	9.970
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.879
Passivo circulante	-	-	-	(32.681)	-	-	-	-	-	-	-	(20.919)
Passivo não circulante	-	-	-	(15.530)	-	-	-	-	-	-	-	(3.420)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

CVA: referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.12. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Neutralidade dos encargos setoriais: refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

Sobrecontratação: as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Outros componentes financeiros: (i) Devolução do crédito de PIS e COFINS: conforme a Resolução Homologatória ("REH") nº 3.178 relativa ao RTA de 2023, foi considerado o passivo financeiro setorial decorrente dos créditos de PIS/COFINS referente exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 48.450. Este valor estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no primeiro trimestre de 2023 (nota 8.1). (ii) Outros: refere-se principalmente à ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, valores em constituição e valores já homologados em revisão tarifária periódica e que passaram a ser amortizados pelo prazo de vigência da revisão, entre outros.

Acordo com consumidor: garantia para compensação de efeitos aos consumidores da Companhia, em decorrência de aditamento de contrato de suprimento de energia solicitado por permissionária no montante de R\$ 3.290.

Recebimento – CDE Eletrobrás: conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás serão destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, com início em 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2023 ocorreu em maio, cujo valor de R\$ 4.006 foi homologado por meio do Despacho nº 1.120 de 24 de abril de 2023.

(10) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 Composição dos créditos e (débitos) fiscais diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	3.819	(1.332)
Subtotal	3.819	(1.332)
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	10.653	(3.654)
Subtotal	10.653	(3.654)
Total	14.472	(4.986)

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

10.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/12/2023		31/12/2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros	2.843	7.896	2.782	7.728
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	994	2.760	1.360	3.779
Programas de P&D e eficiência energética	1.151	3.198	751	2.087
Provisão relacionada a pessoal	294	815	230	639
Marcação a Mercado - Derivativos	1.775	4.930	2.611	7.252
Marcação a Mercado - Dívidas	(1.657)	(4.604)	(2.777)	(7.715)
Derivativos	3.428	9.521	(1.221)	(3.392)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(1.919)	(5.332)	(2.554)	(7.094)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(4.041)	(11.225)	(3.397)	(9.435)
Instrumentos financeiros	804	2.235	804	2.235
Outros	149	458	78	262
Total	3.819	10.653	(1.332)	(3.654)

10.3 Expectativa do período de recuperação:

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação	
2024	10.139
2025	14.230
2026	9.487
2027	1.699
2028	2.325
2029 a 2034	5.369
Total	43.250

10.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios:

	2023		2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	145.268	145.268	152.609	152.609
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(362)	(362)	(910)	(910)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	12.154	12.154	10.779	10.779
Despesa Juros sobre o capital próprio	(30.000)	(30.000)	(20.000)	(20.000)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	2.181	(1.442)	3.358	426
Base de cálculo	129.240	125.618	145.836	142.903
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(11.632)	(31.404)	(13.125)	(35.726)
(Provisão) reversão para riscos fiscais	134	(19)	(40)	(311)
Total	(11.497)	(31.424)	(13.165)	(36.037)
Corrente	(16.647)	(45.731)	(18.906)	(51.983)
Diferido	5.151	14.307	5.741	15.946

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício é de R\$ 19.458 (R\$ 21.687 em 2022) e refere-se a diferenças temporárias.

10.5 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios foram os seguintes:

	2022	
	CSLL	IRPJ
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	268	268
Alíquota aplicável	9%	25%
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(24)	(67)

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2021	105.401
Transferência - ativo contratual	30.058
Transferência - intangível em serviço	(1.035)
Ajuste ao valor justo	6.586
Baixas	(523)
Saldo em 31/12/2022	140.488
Transferência - ativo contratual	35.391
Transferência - intangível em serviço	86
Ajuste ao valor justo	7.214
Baixas	(67)
Saldo em 31/12/2023	183.111

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão e a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição – “VNR” – nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 23) no resultado do exercício.

Em 2023, o valor das baixas de R\$ 67 (R\$ 523 em 2022) referem-se tanto à baixa do ativo de R\$ 12 (R\$ 346 em 2022) como à baixa de sua respectiva atualização de R\$ 56 (R\$ 177 em 2022).

(12) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos - Plano de previdência privada	1.373	1.153	-	-
Adiantamentos - fornecedores	-	410	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	4.837	5.277	-	-
Ordens em curso	6.315	16.768	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.698	1.537	-	-
Despesas antecipadas	6.371	3.597	1.430	35
Contas a receber - CDE	19.614	13.703	-	-
Adiantamentos a funcionários	1.036	968	-	-
Arrendamentos e aluguéis	3.085	5.079	-	-
Outros	3.066	2.363	766	918
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(654)	(726)	-	-
Total	46.741	50.128	2.197	953

Ordens em curso: compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 20).

Despesas antecipadas: refere-se principalmente a antecipação de despesas com licença de software e PROINFA.

Contas a receber – CDE: refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 2.290 (R\$ 2.496 em 31 de dezembro de 2022), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 16.803 (R\$ 10.723 em 31 de dezembro de 2022) – (nota 23.3) e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 521 (R\$ 484 em 31 de dezembro de 2022).

Outros: refere-se, principalmente, ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia.

(13) ATIVO CONTRATUAL

Saldo em 31/12/2021	103.315
Adições	217.681
Transferência - Intangível em serviço	(151.442)
Transferência - Ativo financeiro	(30.058)
Saldo em 31/12/2022	139.496
Adições	274.192
Transferência - Intangível em serviço	(134.132)
Transferência - Ativo financeiro	(35.391)
Saldo em 31/12/2023	244.166

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

(14) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2021	954.604	143	954.748
Custo histórico	1.526.053	296	1.526.350
Amortização acumulada	(571.449)	(153)	(571.602)
Amortização	(67.744)	(89)	(67.833)
Transferência - ativo contratual	151.442	-	151.442
Transferência - ativo financeiro	1.035	-	1.035
Baixa e transferência - outros ativos	(8.666)	-	(8.666)
Saldo em 31/12/2022	1.030.671	54	1.030.726
Custo histórico	1.651.324	296	1.651.621
Amortização acumulada	(620.653)	(242)	(620.895)
Amortização	(71.470)	(45)	(71.515)
Transferência - ativo contratual	134.132	-	134.132
Transferência - ativo financeiro	(86)	-	(86)
Baixa e transferência - outros ativos	(13.625)	-	(13.625)
Saldo em 31/12/2023	1.079.622	10	1.079.632
Custo histórico	1.755.166	296	1.755.463
Amortização acumulada	(675.544)	(286)	(675.831)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados, durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No exercício de 2023 foram capitalizados R\$ 3.257 (R\$ 1.779 em 2022) a uma taxa média de 7,38% a.a. (7,13% a.a. em 2022) (nota 26).

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre

outros. Para os exercícios de 2023 e 2022, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

(15) FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Encargos de serviço do sistema	3.769	503
Suprimento de energia elétrica	62.861	61.628
Encargos de uso da rede elétrica	33.003	28.383
Materiais e serviços	45.128	32.760
Energia livre	2.367	2.094
Total	147.129	125.368

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Captção	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	403.269	-	(31.805)	35.906	-	(17.432)	389.938
Gastos com captação	(3.229)	-	-	453	-	-	(2.776)
Total moeda nacional	400.040	-	(31.805)	36.359	-	(17.432)	387.162
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	366.420	232.049	(43.705)	15.326	(35.834)	(12.877)	521.379
Euro	-	81.564	-	2.471	(891)	-	83.144
Marcação a mercado	(30.858)	-	-	12.443	-	-	(18.415)
Total moeda estrangeira	335.562	313.613	(43.705)	30.240	(36.725)	(12.877)	586.108
Total	735.602	313.613	(75.509)	66.599	(36.725)	(30.309)	973.270
Circulante	77.398						88.521
Não circulante	658.204						884.749

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captção	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	352.671	48.945	(22.133)	41.305	-	(17.519)	403.269
Gastos com captação	(3.682)	-	-	453	-	-	(3.229)
Total moeda nacional	348.990	48.945	(22.133)	41.758	-	(17.519)	400.040
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	333.092	89.000	(35.725)	7.386	(20.504)	(6.829)	366.420
Euro	134.433	-	(118.278)	190	(16.103)	(241)	83.144
Marcação a mercado	(14.194)	-	-	(16.664)	-	-	(30.858)
Total moeda estrangeira	453.329	89.000	(154.002)	(9.088)	(36.607)	(7.071)	335.562
Total	802.319	137.945	(176.135)	32.670	(36.607)	(24.589)	735.602
Circulante	194.856						77.398
Não circulante	607.463						658.204

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o

descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 18.415 (R\$ 30.858 em 31 de dezembro de 2022), que reduzidos das perdas acumuladas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, de R\$ 19.689 (R\$ 28.978 em 31 de dezembro de 2022), contratados para proteção da variação cambial (nota 31.b), geraram uma perda total líquida não realizada de R\$ 1.274 (ganho de R\$ 1.880 em 31 de dezembro de 2022).

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2023	31/12/2022	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
Pré Fixado					
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27 a 4,80%	389.938	403.269	2024 a 2040	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
Gastos com captação		(2.776)	(3.229)		
Total moeda nacional		387.162	400.040		
Mensuradas ao valor justo					
Moeda estrangeira					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)					
Dólar	US\$ + de 1,85% a 5,91%	521.379	366.420	2024 a 2026	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Euro	Euro + 4,2245%	83.144	-	2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(18.415)	(30.858)		
Total moeda estrangeira		586.108	335.562		
Total		973.270	735.602		
Circulante		88.521	77.398		
Não circulante		884.749	658.204		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30. A taxa efetiva dos empréstimos mensurados ao custo variam de 79% a 83,5% do CDI.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2025	391.372
2026	245.676
2027	40.673
2028	29.071
2029 a 2033	86.371
2034 a 2040	109.403
Subtotal	902.566
Marcação a mercado	(17.817)
Total	884.749

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		% da dívida	
	2023	2022	31/12/2023	31/12/2022
IPCA	4,62	5,79	39,78	54,38
CDI	11,65	13,65	60,22	45,62
			100,00	100,00

Adições no exercício:

Modalidade	Valor	Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro / taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
Moeda Estrangeira						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)						
Dólar	80.000	Semestral	Parcela única em Fevereiro de 2026	Capital de Giro	USD + 5,91%	CDI + 1,33%
Dólar	152.049	Semestral	Parcela única em Dezembro de 2025	Capital de Giro	USD + 5,07%	CDI + 1,20%
Euro	81.564	Semestral	Parcela única em Março de 2025	Capital de Giro	EUR + 4,22%	CDI + 1,10%
	313.613					

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas a índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"). Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia para fins de apuração de covenants leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	192.494	(95.000)	18.326	(19.815)	96.005
Gastos com captação	(84)	-	59	-	(25)
Total ao custo	192.409	(95.000)	18.386	(19.815)	95.980
Total	192.409	(95.000)	18.386	(19.815)	95.980
Circulante	97.434				95.980
Não circulante	94.975				-

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Mensuradas ao custo				
Pós fixado				
CDI	191.613	24.434	(23.553)	192.494
Gastos com captação	(143)	59	-	(84)
Total ao custo	191.471	24.494	(23.553)	192.409
Total	191.471	24.494	(23.553)	192.409
Circulante	1.613			97.434
Não circulante	189.857			94.975

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures, e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2023	31/12/2022	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	107% do CDI	96.005	192.494	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação		(25)	(84)		
Total mensuradas ao custo		95.980	192.409		
Total		95.980	192.409		
Circulante		95.980	97.434		
Não circulante		-	94.975		

A taxa efetiva da debênture mensurada ao custo é de 107,84% do CDI.

Condições restritivas:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social a recolher				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	18.681	775	6.335	6.091
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	6.827	185	894	968
Total	25.508	959	7.229	7.059

	Circulante	
	31/12/2023	31/12/2022
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	25.506	8.606
Programa de integração social - PIS	1.452	1.157
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	6.722	5.378
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	1.121	3.000
Outros	3.021	2.368
Total	37.822	20.509

Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS: a redução em 2022 deve-se principalmente às alterações trazidas pela Lei Complementar nº 194/2022, que foram: redução da alíquota de ICMS sobre energia elétrica e não incidência do ICMS sobre determinados itens do faturamento. Em 09 de fevereiro de 2023, a liminar cautelar nº 7.195 determinou a suspensão da não incidência do ICMS sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica, que passaram a ser tributados novamente a partir de 18 de fevereiro de 2023.

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro. O caso de IRPJ em questão refere-se a Mandado de Segurança que discute a possibilidade de dedução da despesa de CSLL da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento em questão.

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 19 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	15.195	4.365	13.519	4.066
Cíveis	1.745	254	800	237
Fiscais	12.705	14.140	15.734	20.055
Regulatório	3.058	-	556	-
Total	32.704	18.759	30.608	24.358

A movimentação das provisões, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas	13.519	3.204	(348)	(3.726)	2.548	15.195
Cíveis	800	4.382	(300)	(3.200)	63	1.745
Fiscais	15.734	711	(266)	(5.500)	2.025	12.705
Regulatório	556	2.430	-	-	72	3.058
Total	30.608	10.728	(914)	(12.426)	4.709	32.704

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- **Trabalhistas:** as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).

- **Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- **Fiscais:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo PIS e COFINS.
- **Regulatórios:** os processos regulatórios estão relacionados a fiscalizações do órgão regulador.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estavam assim representadas:

	31/12/2023	31/12/2022	Principais causas
Trabalhistas	6.262	7.151	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	21.325	19.399	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos
Fiscais	97.379	94.198	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	57.257	50.271	INSS, ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	4.327	526	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	186.550	171.544	

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Consumidores e concessionárias	17.717	13.172	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	3.453	12.088	2.346	673
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	8.461	8.725	2.327	2.339
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	3.099	2.285	-	-
Fundo de reversão	185	185	2.471	2.656
Adiantamentos	402	11.554	200	372
Descontos tarifários - CDE	37	-	-	-
Folha de pagamento	921	740	-	-
Participação nos lucros	3.878	3.204	943	781
Convênios de arrecadação	4.304	3.956	-	-
Outros	3.332	2.838	1.194	1.203
Total	45.790	58.748	9.482	8.023

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos.

Programas de eficiência energética – PEE e Pesquisa e desenvolvimento – P&D: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente, a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária.

Fundo de reversão: refere-se a recursos derivados da reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/1957), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica.

Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorreria de acordo com determinações do poder concedente. Através do Decreto Lei nº 9.022/2017 foi determinado que mensalmente, a Companhia a partir de janeiro de 2018, deveria amortizar integralmente os débitos com o fundo até dezembro de 2026.

Adiantamentos: referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

Participação nos lucros: em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

Convênios de arrecadação: referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

Outros: refere-se, principalmente, ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia (nota 3.13) .

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	359.058.396	359.058.396	100,00
Total	359.058.396	359.058.396	100,00

21.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2023, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 3,43 vezes o EBITDA em 2023 (3,01 vezes em 2022), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

21.2 Aumento de Capital

Na AGE de 26 de abril de 2023 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 48.343, sendo R\$ 34.083 decorrente de Reserva Legal e R\$ 14.260 decorrente de Reserva estatutária de reforço de capital de giro apurados no exercício de 2022 sem emissão de novas ações.

21.3 - Dividendos e Juros sobre o capital próprio (“JCP”)

Na AGO de 26 de abril de 2023 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2022, através de (i) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 20.000 declarado em dezembro de 2022 e (ii) dividendo mínimo obrigatório de R\$ 8.852.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2023:

- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 30.000 (R\$ 25.500 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023, aprovado em AGE de março, junho, setembro e dezembro 2023;

No exercício de 2023, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 38.432 referente a dividendos e juros sobre capital próprio.

21.4 Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 261.528, que compreende: (i) Reserva legal R\$ 5.117, (ii) Reserva estatutária - reforço de capital de giro R\$ 247.457 e (iii) Reserva de lucros a realizar R\$ 8.954.

21.5 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2023
Lucro líquido do exercício	102.347
Realização da reserva de correção monetária especial "CME"	15
Lucro líquido base para destinação	102.362
Reserva legal	(5.117)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(28.701)
Reserva de lucros a realizar	(4.724)
Outras destinações - proposta de aumento de capital	(33.820)
Juros sobre capital próprio - AGE de 31/03/2023, 30/06/2023, 29/09/2023 e 29/12/2023	(30.000)

Considerando o elevado plano de investimento da Companhia para os próximos anos, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 28.701 à Reserva estatutária - reforço de capital de giro. Adicionalmente, parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 4.724, referente principalmente à atualização monetária do Ativo financeiro da concessão. Eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações nas reservas poderão ser realizadas durante o exercício de 2024, mediante aprovação da Administração.

Além disso, a administração está propondo aos acionistas na próxima AGO/E que parte do resultado da Companhia seja destinado a aumento de capital ou outra forma conforme legislação societária no montante de R\$ 33.820.

(22) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	2023	2022
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	102.347	103.407
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	359.058.396	359.058.396
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	285,04	288,00

Nos exercícios de 2023 e 2022 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	2023	2022
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	448.798	441.765	948	894	691.295	663.596
Industrial	3.022	2.957	194	215	141.892	156.408
Comercial	26.453	26.098	290	296	227.204	231.683
Rural	20.011	20.109	249	279	159.258	168.698
Poderes públicos	4.420	4.224	71	65	53.478	49.097
Iluminação pública	563	550	121	123	52.257	54.647
Serviço público	753	734	105	110	70.501	73.996
Fornecimento faturado	504.020	496.437	1.978	1.982	1.395.885	1.398.125
Consumo próprio	111	110	2	2	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	16.866	(1.692)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(838.010)	(687.822)
Fornecimento de energia elétrica	504.131	496.547	1.980	1.984	574.741	708.611
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			53	75	43.421	41.314
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(25.495)	(21.285)
Energia elétrica de curto prazo			53	222	4.025	27.050
Suprimento de energia elétrica			107	297	21.951	47.079
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					863.505	709.107
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					294.171	231.435
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(4.171)	(2.646)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					265.403	204.888
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					79.567	10.109
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					7.158	6.409
Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários					116.128	99.318
Outras receitas e rendas					34.291	33.087
Outras receitas operacionais					1.656.052	1.291.707
Total da receita operacional bruta					2.252.744	2.047.397
Deduções da receita operacional						
ICMS					(240.172)	(201.991)
PIS					(27.990)	(26.852)
COFINS					(128.960)	(122.035)
ISS					(5)	(309)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(282.701)	(259.957)
Programa de P & D e eficiência energética					(12.590)	(12.140)
PROINFA					(12.878)	(12.538)
Bandeiras tarifárias e outros					(4.778)	22.511
Outros					(2.118)	(2.055)
					(712.192)	(615.366)
Receita operacional líquida					1.540.552	1.432.031

23.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária ("PRORET"), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, essa obrigação especial passou a ser amortizada. Os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser constituídos em ativos e passivos financeiros setoriais, homologados em revisão tarifária periódica e amortizados até a próxima revisão tarifária periódica, e assim sucessivamente conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em função da renovação da concessão em 2015, os valores constituídos a partir de março de 2017 passaram a ser amortizados conforme os demais itens da tarifa da conta de ativos e passivos financeiros setoriais, ou seja, no momento da homologação do RTA, conforme orientação do Ofício Circular nº 112/2017-SFF/ANEEL e do submódulo 2.1 A Procedimentos gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) obrigações especiais e estão sendo

amortizadas e apresentadas líquidas no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25 e (ii) passivos financeiros setoriais os quais estão sendo amortizados e apresentados líquido na receita operacional líquida.

23.2 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Em março de cada ano, através de Resolução Homologatória (“REH”), a ANEEL reajusta a tarifa da Companhia, de 22 de março até 21 de março do ano subsequente. Os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram:

Em 2023 (REH nº 3.178), o reajuste tarifário anual - RTA médio foi de 5,65%, sendo 4,41% referentes ao reajuste tarifário econômico, 1,23% relativos aos componentes financeiros pertinentes e 9,02% o efeito médio total a ser percebido pelos consumidores.

Em 2022 (REH nº 3.017), o reajuste tarifário anual - RTA médio foi de 7,82%, sendo 8,14% referentes ao reajuste tarifário econômico, -0,31% relativos aos componentes financeiros pertinentes e 8,83% o efeito médio total a ser percebido pelos consumidores.

Adicionalmente, em 13 de julho de 2022, a ANEEL publicou a REH nº 3.059, relativa à revisão tarifária extraordinária - RTE, que reduziu a tarifa e o efeito médio a ser percebido pelos consumidores em -2,32%.

23.3 Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2023, foi registrada receita de R\$ 116.128 (R\$ 99.318 em 2022), sendo (i) R\$ 13.881 (R\$ 13.963 em 2022) referentes à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 87.287 (R\$ 72.225 em 2022) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 10.928 de subvenção CCRBT (R\$ 13.130 em 2022) e (iv) R\$ 4.032 de custeio temporário dos componentes tarifárias não associadas ao custo da energia e não remuneradas pelo consumidor-gerador, incidentes sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (“SCEE”) conforme institui a Lei nº 14.300 de 6 de janeiro de 2022.

23.4 Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da REH nº 3.165, de 13 de dezembro de 2022, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO, relativas às competências de janeiro a março de 2023.

A REH nº 175, de 07 de março de 2023, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2023 e as quotas da CDE-GD, criada pela Lei nº 14.300 de 2022, cujos valores foram pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2023.

A CDE Conta-Covid foi criada pela REN nº 885, de 23 de junho de 2020 com as quotas homologadas pelo Despacho nº 181 de 26 de janeiro de 2021, com retificação por meio do Despacho nº 939 de 05 de abril de 2021, cujos valores são pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2021 até 2026.

A CDE Escassez Hídrica, criada pela REN nº 1.008 de 15 de março de 2022, cujas quotas foram homologadas por meio do Despacho nº 510 de 24 de janeiro de 2023, sendo os valores pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2023.

23.5 Suspensão da não incidência de ICMS nas tarifas de energia elétrica

Em 23 de junho de 2022 foi publicada a Lei Complementar nº 194, que determinou a redução das alíquotas do ICMS sobre energia elétrica pelos Estados, bem como reduziu a base de cálculo do tributo. Nesse contexto, a Companhia realizou a análise das normas e legislações estaduais sobre o tema de forma a refletir o melhor entendimento da nova determinação em seus sistemas de faturamento.

Em 09 de fevereiro de 2023, a liminar cautelar nº 7.195 determinou a suspensão da não incidência do ICMS sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica, que passaram a ser tributados novamente, a partir de 18 de fevereiro de 2023.

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2023	2022	2023	2022
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	501	504	108.231	146.920
PROINFA	46	48	21.374	28.035
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	1.906	2.034	362.532	369.272
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(45.083)	(50.242)
Subtotal	2.454	2.586	447.053	493.985
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			254.579	202.422
Encargos de transporte de itaipu			18.417	14.040
Encargos de conexão			7.463	8.448
Encargos de uso do sistema de distribuição			17.495	15.286
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			7.740	22.986
Encargos de energia de reserva - EER			49.151	35.021
Crédito de PIS e COFINS			(32.820)	(27.581)
Subtotal			322.025	270.622
Total			769.078	764.607

(*) Conta de energia de reserva

(25) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Outras despesas operacionais											
	Outros custos com operação		Custo do serviço prestado a terceiros									
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pessoal	54.279	46.043	-	-	7.648	6.487	18.956	13.698	-	-	80.883	66.228
Material	13.289	16.081	134	126	114	123	3.251	765	-	-	16.788	17.094
Serviços de terceiros	21.702	21.102	268	192	15.322	14.881	27.893	21.882	-	-	65.185	58.057
Custos com construção da infraestrutura	-	-	265.403	204.888	-	-	-	-	-	-	265.403	204.888
Outros	199	136	-	-	4.604	4.866	14.332	7.728	9.644	8.386	28.779	21.116
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	4.323	4.601	-	-	-	-	4.323	4.601
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	995	275	-	-	995	275
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.088	946	-	-	1.088	946
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	10.607	5.709	-	-	10.607	5.709
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	9.097	8.091	9.097	8.091
Outros	199	136	-	-	281	265	1.641	798	547	295	2.669	1.494
Total	89.470	83.362	265.806	205.206	27.688	26.356	64.432	44.073	9.644	8.386	457.040	367.383

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	19.725	11.142
Acréscimos e multas moratórias	15.268	17.143
Atualização de créditos fiscais	2.442	7.704
Atualização de depósitos judiciais	1.468	1.381
Atualizações monetárias e cambiais	4.540	5.028
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	775	731
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	5.606	18.024
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.538)	(3.029)
Outros	2.964	3.987
Total	51.249	62.110
Despesas		
Encargos de dívidas	(55.925)	(51.088)
Atualizações monetárias e cambiais	(81.252)	(64.942)
(-) Juros capitalizados	3.257	1.779
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(3.701)	(5.175)
Atualização da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 8.1)	(758)	(7.047)
Outros	(4.142)	(3.822)
Total	(142.520)	(130.295)
Resultado financeiro	(91.271)	(68.184)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,38% a.a. em 2023 (7,13% a.a. em 2022) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 82.069 (R\$ 91.113 em 2022) (nota 30).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2023, as seguintes empresas como acionistas controladores:

State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A..

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços: Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.

Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos: A Companhia cobra tarifas

pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2023, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) – Partes Relacionadas foi de R\$ 3.798 (R\$ 3.327 em 2022). Este valor é composto por R\$ 3.358 (R\$ 2.990 em 2022) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 30 (R\$ 18 em 2022) de benefícios pós-emprego e R\$ 411 (R\$ 319 em 2022) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	2023	2022
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	660	323	1.754	1.300	-	-	17.176	11.423
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	1	-	848	326	248	302	255	234
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	12.920	25.852	-	-	-	-
Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviço								
Entidades sob o controle da CPFL Energia (*)	49.905	43.007	7.216	5.528	6	7	23.129	21.976
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	44	26	329	3.505	2.552	1.856	4.653	34.151
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	-	-	138	90	-	-	899	818
Encargos - Rede básica								
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	-	-	-	-	19.721	17.786
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	(663)	254	117
Outras operações financeiras								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	13	-	1.944	2.312	6	-	-	-

(*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados o montante de R\$ 49.786 no exercício (R\$ 42.865 em 2022), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(28) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2023
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Riscos nomeados	133.000
Transporte	Transporte nacional	67.844
Responsabilidade civil	Geral e riscos ambientais	50.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	62.137
Garantia	Seguro Garantia	58.596
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
Total		521.577

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil, são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

(29) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO (Data Protection Officer), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de riscos propostos.
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los; e
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;
- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados;
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento; e

- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos da Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Identificar e documentar os riscos aos quais a Companhia está exposta;
- Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;
- Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da Companhia;
- Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e
- Avaliar o ambiente de controles internos da Companhia e interagir com os respectivos gestores dos negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 30. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 30.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Ao longo de 2023, observa-se continuidade do cenário hidrológico favorável ocorrido em 2022, e os principais reservatórios seguem em níveis confortáveis.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de *software* Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para

mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria / Mensuração	Nível(*)	31/12/2023	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	70.311	70.311
Titulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	17.935	17.935
Derivativos	30	(a)	Nível 2	5.139	5.139
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	183.111	183.111
Total				276.496	276.496
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	387.162	387.162
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	586.108	586.108
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	95.980	95.991
Derivativos	30	(a)	Nível 2	62.912	62.912
Total				1.132.162	1.132.173

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda R\$ 12.443 em 2023 (um ganho R\$ 16.664 em 2022).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) .

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação, (vi) ativo financeiro setorial e (vii) arrendamento;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários – CDE, (vii) passivo financeiro setorial e (viii) fundo de reversão.

Adicionalmente, não houve em 2023 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros, sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)				Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / Indexador dívida	Moeda / Indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾					
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	5.139	(56.948)	(51.809)	(32.041)	(19.768)	US\$ + de 1,85% a 5,91%	CDI + 0,8% a CDI + 1,33%	fev/24 a set/26	535.049
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(5.964)	(5.964)	(6.043)	79	EUR + de 4,22%	CDI + 1,10%	mar/23	81.564
	5.139	(62.912)	(57.773)	(38.084)	(19.689)				
Total	5.139	(62.912)	(57.773)	(38.084)	(19.689)				
Circulante	1.701	-							
Não circulante	3.438	(62.912)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2022	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2023
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	13.569	(91.358)	39.705	(38.084)
Marcação a mercado (*)	(28.978)	9.289	-	(19.689)
Total	(15.409)	(82.069)	39.705	(57.773)
Ativo circulante	-			1.701
Ativo não circulante	14.317			3.438
Passivo não circulante	(29.726)			(62.912)

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2023 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2023 e 2022, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente
	2023	2022	2022
Variação cambial	(91.358)	(72.935)	-
Marcação a mercado	9.289	(18.178)	84
Total	(82.069)	(91.113)	84

c) Ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado acima, a Companhia tem classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício de 2023 foi de R\$ 7.214 (R\$ 6.586 em 2022), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 11 e 23.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2023 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(502.377)		(20.899)	109.920	240.739
Derivativos - swap plain vanilla	514.071		21.385	(112.479)	(246.343)
	11.693	baixa dolar	487	(2.558)	(5.603)
Instrumentos financeiros passivos	(83.731)		(4.312)	17.698	39.709
Derivativos - swap plain vanilla	84.737		4.364	(17.911)	(40.186)
	1.006	baixa euro	52	(213)	(477)
Total	12.699		539	(2.771)	(6.080)
Efeitos no resultado do exercício			539	(2.771)	(6.080)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2023 foi de R\$ 4,84 para o dólar e R\$ 5,38 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 5,04 e R\$ 5,66 e a depreciação cambial de 4,16% e 5,15%, do dólar e do euro respectivamente em 31.12.2023.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro, portanto o câmbio foi apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2023 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	82.044				8.295	10.368	12.442
Instrumentos financeiros passivos	(96.005)				(9.706)	(12.133)	(14.559)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(656.581)				(66.380)	(82.975)	(99.570)
	(670.541)	alta CDI	11,65%	10,11%	(67.791)	(84.740)	(101.687)
Instrumentos financeiros passivos	(389.938)				(13.609)	(17.011)	(20.413)
Ativo financeiro da concessão	183.111				6.391	7.988	9.586
	(206.828)	alta IPCA	4,62%	3,49%	(7.218)	(9.023)	(10.827)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(11.490)				(1.162)	(1.452)	(1.743)
	(11.490)	alta SELIC	11,65%	10,11%	(1.162)	(1.452)	(1.743)
Total	(888.860)				(76.171)	(95.215)	(114.257)
Efeitos no resultado do exercício					(76.171)	(95.215)	(114.257)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como expected credit losses, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência ("Probability of Default - PD"), Exposição na Inadimplência ("Exposure at Default - EAD") e Perda Dada a Inadimplência ("Loss Given Default - LGD").

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por swaps de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um rating local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys, Fitch, e em caso de mais de uma, é considerado o menor rating entre elas (nota 30b). A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

g) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2023	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	141.445	5.684	-	-	-	-	147.129
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	4.827	85.106	90.087	470.995	309.535	290.355	1.250.905
Derivativos	30	-	-	-	62.912	-	-	62.912
Debêntures - principal e encargos	17	-	-	100.123	-	-	-	100.123
Taxas regulamentares	-	5.665	-	-	-	-	-	5.665
Outros	20	4.471	17.596	3.237	369	369	1.733	27.775
Consumidores e concessionárias	-	4.456	13.261	-	-	-	-	17.717
EPE / FNDCT / PROCEL	-	-	-	3.099	-	-	-	3.099
Convênio de arrecadação	-	-	4.304	-	-	-	-	4.304
Fundo de reversão	-	15	31	139	369	369	1.733	2.656
Total		156.409	108.385	193.446	534.276	309.904	292.088	1.594.509

(31) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2023, um valor de R\$ 3.257 (R\$ 1.779 em 2022) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 26).

Ainda em 2023, houve o aumento do capital social (nota 21) da Companhia no montante de R\$ 48.343, sendo R\$ 34.083 decorrente de Reserva Legal e R\$ 14.260 decorrente de Reserva estatutária de reforço de capital de giro apurados no exercício de 2022.

(32) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2023	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 21 anos	368.728	634.810	633.454	3.053.648	4.690.640
Compra de energia de Itaipu	Até 21 anos	103.570	237.283	242.783	1.997.762	2.581.398
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 21 anos	295.572	592.453	649.747	6.435.795	7.973.566
Projetos de construção de subestação	Até 2 anos	58.722	7.157	-	-	65.878
Fornecedores de materiais e serviços	Até 5 anos	102.522	102.647	43.562	-	248.731
Total		929.113	1.574.350	1.569.545	11.487.205	15.560.213

DIRETORIA

CARLOS ZAMBONI NETO

Diretor Presidente

YUEHUI PAN

Diretor Financeiro

**JAIRO EDUARDO DE BARROS
ALVARES**

Diretor de Assuntos Regulatórios

RAFAEL LAZZARETTI

Diretor Comercial

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA

Diretor de Operações

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO

Diretor Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE

Diretor de Contabilidade

CT CRC 1SP192.767/O-6

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO

Gerente de Contabilidade das Distribuidoras

CT CRC 1SP217.200/O-6



Companhia Jaguari de Energia

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Jaguari de Energia

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Jaguari de Energia ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para empresas de capital fechado, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

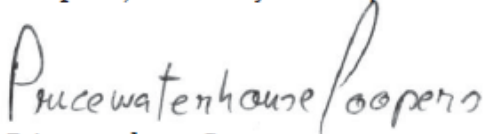
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 21 de março de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5



Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Companhia Jaguarí de Energia
CNPJ no 53.859.112/0001-69

Balanços Patrimoniais em
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo Circulante		538.763	400.424
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	70.311	75.219
Consumidores	6	242.090	179.537
Concessionárias e Permissionárias	6	1.967	4.716
Serviços em Curso		7.191	17.617
Tributos Compensáveis	7	21.290	21.500
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	122.674	60.190
Almoxarifado Operacional		4.083	4.719
Investimentos Temporários	8	22.772	5.277
Ativos Financeiros Setoriais	9	9.970	4.415
Despesas Pagas Antecipadamente		6.371	3.597
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	1.701	-
Outros Ativos Circulantes	11	28.341	23.638
Ativo Não Circulante		1.993.308	1.942.943
Consumidores	6	12.993	14.828
Tributos Compensáveis	7	25.104	22.377
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	24.632	138.113
Depósitos Judiciais e Cauções	17	18.759	24.358
Ativos Financeiros Setoriais	9	2.879	-
Despesas Pagas Antecipadamente		1.430	35
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	3.438	14.317
Outros Ativos Não Circulantes	11	27	245
Imobilizado	12	1.856.380	1.688.015
Intangível	12	47.667	40.655
Total do Ativo		2.532.071	2.343.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Jaguari de Energia
CNPJ no 53.859.112/0001-69

Balanços Patrimoniais em
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo Circulante		593.071	502.274
Fornecedores	13	147.129	125.368
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	14	185.051	175.389
Obrigações Sociais e Trabalhistas		10.962	9.376
Tributos	16	63.329	21.468
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	25	12.920	25.852
Encargos Setoriais	15	20.678	25.287
Passivos Financeiros Setoriais	9	20.919	32.681
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	106.358	55.308
Outros Passivos Circulantes	18	25.726	31.545
Passivo Não Circulante		1.294.052	1.250.405
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	14	885.044	753.434
Tributos	16	139	139
Provisão para Litígios	17	39.794	37.528
Encargos Setoriais	15	4.673	3.012
Tributos Diferidos	10	52.682	81.458
Passivos Financeiros Setoriais	9	3.420	15.530
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	62.912	29.726
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	41.988	132.452
Outros Passivos Não Circulantes	18	4.513	4.757
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	19	198.888	192.371
Total do Passivo		1.887.123	1.752.679
Patrimônio Líquido	20		
Capital Social		218.756	170.413
Reservas de Capital		6.071	6.086
Outros Resultados Abrangentes		174.067	192.082
Reservas de Lucros		200.675	210.475
Recursos Destinados a Aumento de Capital		33.820	-
Lucros ou prejuízos Acumulados		11.559	11.631
Total do Patrimônio Líquido		644.948	590.688
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		2.532.071	2.343.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Jaguarí de Energia
CNPJ no 53.859.112/0001-69

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Receita	21	1.951.623	1.807.116
Fornecimento de Energia Elétrica		574.741	708.506
Suprimento de Energia Elétrica		17.925	20.029
Energia Elétrica de Curto Prazo		4.025	27.050
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição		1.157.676	940.543
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		79.567	10.109
Serviços Cobráveis		1.561	1.456
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		116.128	99.422
Tributos		(396.639)	(348.174)
ICMS		(239.722)	(202.037)
PIS-PASEP		(27.990)	(26.024)
COFINS		(128.923)	(119.804)
ISS		(5)	(309)
Encargos - Parcela "A"		(315.133)	(264.179)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(6.295)	(6.070)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(6.295)	(6.070)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(282.701)	(259.957)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(2.185)	(2.055)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas - PROINFA		(12.878)	(12.538)
Outros Encargos		(4.778)	22.511
Receita Líquida / Ingresso Líquido		1.239.851	1.194.762
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"	22	(769.078)	(764.607)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(447.053)	(493.985)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(322.025)	(270.622)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		470.772	430.155
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(261.853)	(233.408)
Pessoal e Administradores	23	(80.845)	(66.253)
Material		(16.788)	(17.094)
Serviços de Terceiros		(65.185)	(58.057)
Arrendamento e Aluguéis		(1.610)	(1.328)
Seguros		(467)	(423)
Doações, Contribuições e Subvenções		(13)	537
Provisões		(9.965)	(8.178)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(6.019)	(10.635)
(-) Recuperação de Despesas		2.101	1.912
Tributos		(825)	(645)
Depreciação e Amortização		(87.182)	(81.180)
Depreciação		(83.145)	(75.278)
Amortização		(4.037)	(5.901)
Gastos Diversos		(15.670)	(13.419)
Outras Receitas Operacionais		34.665	35.309
Outras Despesas Operacionais		(14.048)	(13.956)
Resultado da Atividade		208.919	196.746
Resultado Financeiro	24	(91.271)	(67.978)
Receitas Financeiras		87.974	98.718
Despesas Financeiras		(179.245)	(166.696)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		117.649	128.768
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(33.607)	(40.864)
Resultado Líquido do Exercício		84.042	87.904
Atribuível aos Acionistas Controladores		84.042	87.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Jaguari de Energia
CNPJ no 53.859.112/0001-69

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado Líquido do Exercício	84.042	87.904
Outros Resultados Abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	(177)
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Constituição de reserva de reavaliação, líquido dos efeitos tributários	218	-
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	218	(177)
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	84.260	87.727
Atribuível aos Acionistas Controladores	84.260	87.727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Jaguarí de Energia
CNPJ no 53.859.112/0001-69

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	84.042	87.904
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	4.037	5.901
Depreciação	83.145	76.331
Ganhos/baixas líquidos do ativo imobilizado	13.752	11.552
Imposto de renda e Contribuição social	33.607	40.864
Juros e variações monetárias	127.300	99.056
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	6.019	10.635
Provisões para litígios	9.955	8.217
Outros	615	-
	362.472	340.461
Redução (aumento) de ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(64.160)	40.388
Depósitos vinculados a litígios	7.067	(442)
Tributos compensáveis	59.274	59.961
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	(5.911)	657
Ativos financeiros setoriais	(7.410)	30.657
Outros ativos operacionais	10.178	(2.004)
Aumento (redução) de passivos		
Encargos setoriais	3.476	18
Fornecedores	21.761	(45.638)
Passivos financeiros setoriais	(71.441)	39.007
Salários e encargos sociais	912	595
Tributos e contribuição social	12.817	(23.634)
Provisões para litígios pagos	(12.430)	(10.791)
Repasse para o Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	37	(3.578)
Outros passivos operacionais	(10.569)	10.360
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	306.073	436.016
Encargos de dívidas pagos	(50.124)	(48.142)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(37.943)	(71.573)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	218.006	316.301
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições do imobilizado e intangível	(287.560)	(228.306)
Participação financeira do consumidor	16.877	12.678
Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(61.375)	(37.147)
Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	44.176	34.431
Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de investimento	(287.881)	(218.344)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos	313.613	137.945
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(170.509)	(176.135)
Liquidação de operações com derivativos	(39.705)	(5.345)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(38.432)	(70.208)
Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de financiamento	64.967	(113.743)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	(4.908)	(15.786)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	75.219	91.005
No fim do exercício	70.311	75.219

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Jaguarí de Energia
CNPJ no 53.859.112/0001-69

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Outros Resultados Abrangentes				Reserva de lucros			Dividendo Adicional Proposto	Lucros ou prejuízos Acumulados	Total
	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Reavaliação	Outros	Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Reserva de lucros a realizar			
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	170.413	6.080	208.705	-	34.083	101.843	-	64.494	10.689	596.307
Resultado abrangente total										
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	87.904	87.904
Outros resultados abrangentes: Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial, líquida dos impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes: realização de reserva de reavaliação	-	-	(16.623)	-	-	-	-	-	16.623	-
Outros resultados abrangentes: risco de credito na marcação a mercado de passivos financeiros adoção MCSD	-	-	-	177	-	-	-	-	(177)	-
Outros resultados abrangentes: risco de credito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	(177)	-	-	-	-	-	(177)
Mutações internas do patrimônio líquido										
Realização da correção monetária especial - Lei nº 8.200/91	-	6	-	-	-	-	-	-	(6)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	-	-	70.320	-	-	(70.320)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	4.230	-	(4.230)	-
Transações de capital com os acionistas										
Juros sobre o capital próprio - AGE de 30/12/2022	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.852)	(8.852)
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(64.494)	-	(64.494)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	170.413	6.086	192.082	-	34.083	172.162	4.230	-	11.631	590.688
Resultado abrangente total										
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	84.042	84.042
Outros resultados abrangentes: realização de reserva de reavaliação, líquida dos efeitos tributários	-	-	(18.232)	-	-	-	-	-	18.232	-
Outros resultados abrangentes: constituição de reserva de reavaliação, líquida dos impostos	-	-	218	-	-	-	-	-	-	218
Mutações internas do patrimônio líquido										
Aumento de capital	48.343	-	-	-	(34.083)	(14.260)	-	-	-	-
Realização da correção monetária especial - Lei nº 8.200/91	-	(15)	-	-	-	-	-	-	15	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	5.117	-	-	-	(5.117)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	-	-	28.701	-	-	(28.701)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	4.724	-	(4.724)	-
Proposta de aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	33.820	(33.820)	-
Transações de capital com os acionistas										
Juros sobre o capital próprio - AGE de 31/03/2023, 30/06/2023, 29/09/2023 e 29/12/2023	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	218.756	6.071	174.067	-	5.117	186.604	8.954	-	11.559	644.948

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia Jaguari de Energia ("CPFL Santa Cruz" ou "Companhia") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Considerações Iniciais – A CPFL Santa Cruz atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de sua existência. Em 2023, a CPFL Santa Cruz cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 497 mil clientes, em 45 municípios, sendo 39 localizados no Estado de São Paulo, 3 em Minas Gerais e 3 no Paraná. O volume de energia vendida pela Companhia, em termos percentuais, corresponde a 0,6% de participação no mercado nacional.

Além disso, as vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 1,2% em relação ao exercício de 2022. Destaca-se a classe industrial, que registrou uma queda de 9,5%, refletindo a desaceleração da produção industrial e a migração de clientes cativos para o mercado livre. Contribuindo para o resultado negativo, a classe Comercial, apresentou uma redução de 2,1%, refletindo o incremento de MMGD (Micro e Minigeração Distribuída) e a migração de clientes cativos para o mercado livre. Em contrapartida, a classe residencial registrou um aumento de 6,0%, devido a maiores temperaturas registradas no período, a melhora da massa de renda real, e o incremento de unidades consumidoras em 2023 quando comparado ao ano de 2022. Apesar disso, tivemos o impacto negativo referente ao aumento de unidades de MMGD.

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela Companhia para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificado por meio do Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 78,2, na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, resultado 7,5 pontos (ou 10,6%) acima do resultado de 2022 e que manteve a empresa acima da média nacional, que foi de 72,5 pontos.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

Perfil – A CPFL Santa Cruz distribui energia elétrica para aproximadamente 1,1 de clientes, numa área que abrange 46 municípios, sendo 40 localizados no estado de São Paulo, 3 em Minas Gerais e 3 no Paraná. Atende atualmente 0,5 milhões consumidores cativos e 286 consumidores livres. Em 2023, a Concessionária distribuiu 2.031 GWh ao mercado cativo e 1.184 GWh ao mercado livre (com Uso D).

Ligação de consumidores – No ano de 2023, o mercado cativo teve 7.275 unidades consumidoras a mais que em 2022. As novas unidades consumidoras concentram-se principalmente na classe residencial (7.089 a mais em relação ao ano de 2022). Na classe comercial houve um aumento de 302 unidades consumidoras enquanto a classe rural apresentou redução de 330 unidades consumidoras em relação à quantidade faturada de 2022, muito em função da reclassificação de clientes que alocou boa parte destes na classe comercial.

A seguir são apresentados os resultados sobre a quantidade de consumidores faturados e sua

variação no período:

Número de Consumidores					
Classe	2019	2020	2021	2022	2023
Residencial	408.272	419.006	431.718	441.765	448.798
Industrial	3.241	3.175	3.062	2.957	3.022
Comercial	24.266	23.578	23.044	26.098	26.453
Rural	24.647	24.450	24.079	20.109	20.011
Poderes Públicos	4.005	4.056	4.145	4.224	4.420
Iluminação Pública	492	508	533	550	563
Serviço Público	697	717	726	734	753
Total	465.620	475.490	487.307	496.437	504.020
Variação	1,9%	2,1%	2,5%	1,9%	1,5%

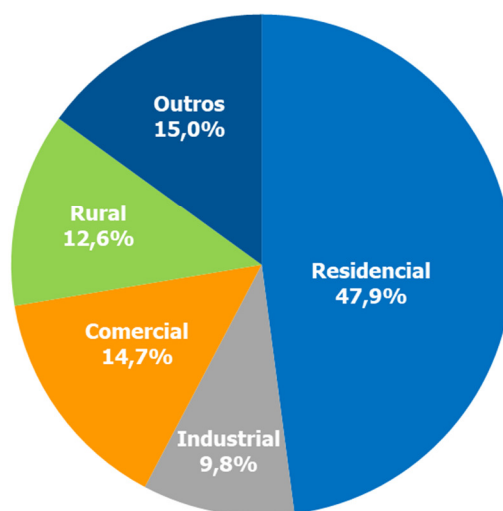
Comportamento do mercado – A distribuição de energia da CPFL Santa Cruz, no período de janeiro a dezembro de 2023, totalizou 3.215 GWh, representando um aumento de 1,1% em relação ao mesmo período de 2022, sendo 2.031 GWh para o mercado cativo (2.057 GWh em 2022), 1.099 GWh para o mercado livre (1.039 GWh em 2022) e 85,5 GWh como Uso D (84,6 GWh em 2022).

Destaque para a migração de clientes para o mercado livre, que levou a um crescimento de 5,4% nesse mercado. No mercado cativo, a classe residencial apresentou crescimento de 6,0% em relação a 2022 devido a melhora da massa de renda, temperaturas maiores registradas e o incremento de unidades consumidoras em 2023 quando comparado ao ano de 2022. As classes industrial e comercial apresentaram, respectivamente, queda de -9,5% e -2,1%, sendo ambas afetadas pela migração de clientes para o mercado livre e, no caso da classe industrial, pela desaceleração da produção industrial. Já as classes rural e serviço público também apresentaram reduções de -10,9% e -4,8%, respectivamente, refletindo casos de reclassificação de consumidores para a classe comercial. A classe poder público apresentou desempenho positivo de 8,9% devido ao incremento de unidades consumidoras em 2023 se comparado ao ano de 2022.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido					
Mercado Atendido - GWh	2019	2020	2021	2022	2023
Energia Faturada	2.331	2.236	2.188	2.057	2.031
Fornecimento	2.163	2.057	2.015	1.982	1.978
<i>Residencial</i>	<i>836</i>	<i>870</i>	<i>889</i>	<i>894</i>	<i>948</i>
<i>Industrial</i>	<i>386</i>	<i>279</i>	<i>237</i>	<i>215</i>	<i>194</i>
<i>Comercial</i>	<i>345</i>	<i>297</i>	<i>286</i>	<i>296</i>	<i>290</i>
<i>Rural</i>	<i>296</i>	<i>322</i>	<i>311</i>	<i>279</i>	<i>249</i>
<i>Poderes Públicos</i>	<i>64</i>	<i>50</i>	<i>55</i>	<i>65</i>	<i>71</i>
<i>Iluminação Pública</i>	<i>126</i>	<i>128</i>	<i>125</i>	<i>123</i>	<i>121</i>
<i>Serviço Público</i>	<i>110</i>	<i>110</i>	<i>113</i>	<i>110</i>	<i>105</i>
Suprimento p/ agentes de distribuição	168	179	173	74	53
Uso da Rede de Distribuição	732	834	1.009	1.124	1.184
<i>Consumidores Livres/Dist./Ger.</i>	<i>732</i>	<i>834</i>	<i>1.009</i>	<i>1.124</i>	<i>1.184</i>
<i>Consumidores Rede Básica</i>	-	-	-	-	-
Total	3.064	3.070	3.197	3.180	3.215
Variação	6,4%	0,2%	4,1%	-0,5%	1,1%

Mercado Cativo Atendido
Consumo por classe de consumidores | 2023



Perdas – O Plano de Perdas da CPFL Santa Cruz tem sido intensificado nos últimos anos, aumentando os investimentos nos projetos de blindagem, como Caixa Blindada e Conjunto de Medição, além da regularização de consumidores Clandestinos com redes diferenciadas e robustas.

Além disto, a CPFL Santa Cruz está focando na melhoria da qualidade operacional, aprimorando os critérios de seleção dos alvos de inspeção (aumentando a assertividade das seleções), além de executar as inspeções com equipamentos mais precisos, como *fiber scope* e ADR. Entre os anos de 2022 e 2023, as perdas reais foram de 9,43% e 10,21%, respectivamente, considerando perdas na rede básica. Desconsiderando as perdas na rede básica, não gerenciáveis pela distribuidora, o nível de perdas de distribuição para os anos de 2022 e 2023, foram de 7,11% e 7,83%, respectivamente.

Essa performance é sustentada pelo programa de recuperação de energia, que em 2023 recuperou 11,8 GWh, através de inspeções em 10,3 mil unidades consumidoras, recorte de 1,8 mil instalações inativas religadas à revelia, além da implementação das melhorias de qualidade operacional, melhorando o ticket médio de energia. Por fim, a CPFL Santa Cruz regularizou mais de 200 consumidores clandestinos, além de blindar 0,2 mil consumidores em baixa tensão e mais de 50 em média tensão.

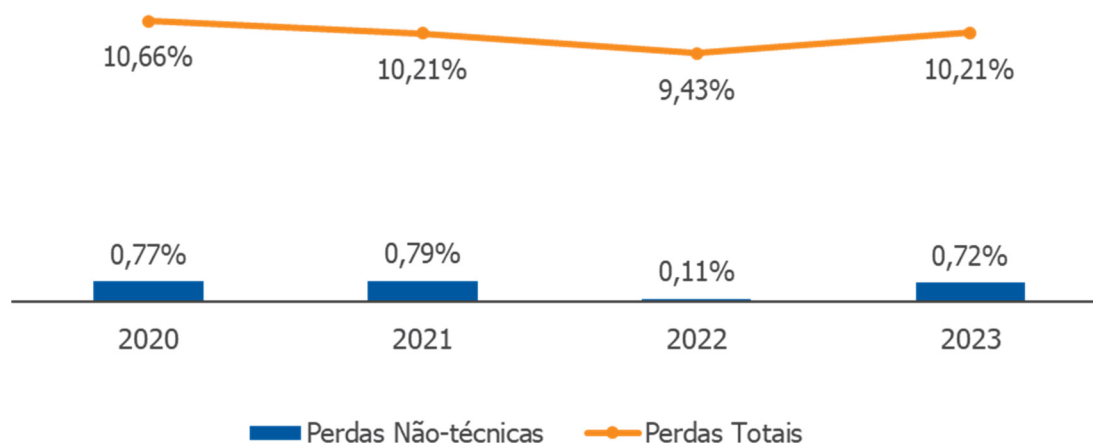
Também foram realizadas ações com a polícia e publicações em mídia alertando aos consumidores que o furto é crime e passível de prisão.

Importante observar que o índice de perdas resultante e mostrado na tabela abaixo além de contabilizar as perdas na rede básica, é obtido com critério diferente, que não considera em sua base o montante de energia decorrente de inversão de fluxo, além da inserção das energias de MMDG, razão pela qual diverge do valor utilizado pela Agência em outras análises.

Balço Energético					
Energia Requerida	2019	2020	2021	2022	2023
Venda de Energia	2.333	2.261	2.190	2.046	2.033
<i>Fornecimento</i>	<i>2.165</i>	<i>2.081</i>	<i>2.017</i>	<i>1.865</i>	<i>1.877</i>
<i>Suprimento p/ agentes de distribuição¹</i>	<i>168</i>	<i>179</i>	<i>173</i>	<i>181</i>	<i>156</i>
Consumidores Livres/Dist./Ger.	739	853	1.016	1.150	1.229
Consumidores Rede Básica	0	0	0	0	0
Mercado Atendido	3.072	3.113	3.206	3.196	3.262
Perdas na Rede Básica	93	103	93	88	94
Perdas na Distribuição	262	269	271	245	277
<i>Perdas Técnicas</i>	<i>238</i>	<i>242</i>	<i>243</i>	<i>241</i>	<i>251</i>
<i>Perdas não Técnicas - PNT</i>	<i>24</i>	<i>27</i>	<i>28</i>	<i>4</i>	<i>26</i>
PNT / Energia Requerida %	0,70%	0,77%	0,79%	0,11%	0,72%
Perdas Totais - PT	355	371	364	333	371
PT / Energia Requerida %	10,36%	10,66%	10,21%	9,43%	10,21%
Total	3.427	3.485	3.571	3.529	3.633
Perdas na D	7,87%	7,94%	7,80%	7,11%	7,83%

Nota: (1) Energia faturada de suprimento conforme critério utilizado para o Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica (SAMP).

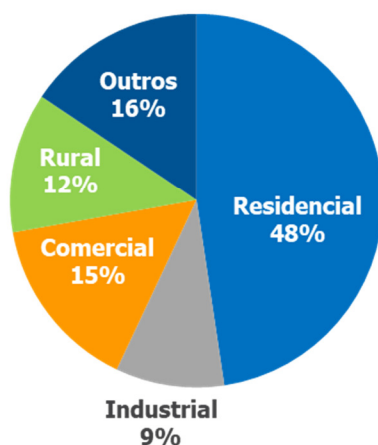
Obs.: Os números das linhas de Venda de Energia e de Consumidores Livres divergem dos apresentados na tabela Mercado Atendido por estarem na "visão carga"; os clientes do grupo A são faturados no mês seguinte ao consumo.



Receita – A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS e COFINS, totalizou em R\$ 1.181 milhões, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida por classe de consumidores R\$ mil			
Classe	2023	2022	%
Residencial	562.098	543.270	3,5%
Industrial	111.271	124.971	-11,0%
Comercial	179.133	188.184	-4,8%
Rural	143.909	154.338	-6,8%
Outros	184.147	186.893	-1,5%
Total	1.180.558	1.197.656	-1,4%

Receita líquida por classe de consumidores | 2023



Número de consumidores – O número de consumidores em dezembro de 2023 apresentou um crescimento de 1,5% sobre o mesmo mês de 2022, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores			
Classe	2023	2022	%
Residencial	448.798	441.765	1,6%
Industrial	3.022	2.957	2,2%
Comercial	26.453	26.098	1,4%
Rural	20.011	20.109	-0,5%
Outros	5.736	4.224	35,8%
Total	504.020	495.153	1,8%

Tarifas – A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em 2023, atingiu R\$ 596,85/MWh, com uma redução de 1,2% em relação a 2022.

O Reajuste Tarifário Anual (RTA) foi estabelecido em 21 de março de 2023, e por meio da Resolução Homologatória (REH) nº 3.178, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da CPFL Santa Cruz em 5,65%, sendo 4,41% relativos ao Reposicionamento Tarifário Econômico e 1,23% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 9,02% percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reposicionamento econômico foi de 3,24% e da Parcela B de 1,17%. As novas tarifas entraram em vigor em 22 de março de 2023.

Tarifa Média de Fornecimento	
Classe	em R\$/ MWh
Residencial	593,18
Industrial	573,02
Comercial	618,07
Rural	578,01
Outros	619,24
Tarifa Média	596,85

Para o cálculo das tarifas médias de fornecimento por classe foi considerado a Receita do Consumo e Demanda Ativa bruta e o mercado apurado para cada classe de consumo, conforme quadro mostrado no item “Comportamento de Mercado”.

Tarifa por faixa de consumo	Até 90 kWh	de 91 kWh a 200 kWh	Acima de 200 kWh
Tarifas brutas R\$	658,16	660,17	711,81

Para as tarifas por faixa de consumo da CPFL Santa Cruz, foram consideradas as tarifas para a classe residencial de até 90 kWh, de 91 a 200 kWh e acima de 200 kWh, sendo a sua composição formada pela Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e a Tarifa de Energia (TE), com tributos (ICMS, PIS e COFINS).

Qualidade do fornecimento – Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC Horas	FEC Interrupções
2019	5,56	4,25
2020	4,89	3,68
2021	5,66	4,21
2022	4,74	3,22
2023	5,04	3,22

*Consideramos o valor das empresas agrupadas para todos os períodos demonstrados na tabela.

Atendimento ao consumidor – A CPFL Santa Cruz, em seu compromisso de excelência no atendimento ao consumidor, possui uma ampla estrutura de atendimento presencial voltada para o cliente de baixa tensão, que são as Agências de Atendimento. Essa estrutura está presente em toda a área de concessão da CPFL Santa Cruz, composta de 45 municípios, e dimensionada para cumprir com qualidade e eficiência e presteza, as diretrizes regulatórias vigentes.

As Agências além de possibilitarem aos consumidores o atendimento às suas necessidades relativas aos serviços de distribuição de energia elétrica, são responsáveis por processos de negociação de débitos de contas regulares e de irregularidade, ressarcimento de danos, bem como pelo

relacionamento com os Procons, imobiliárias e outros parceiros que também prestam serviços aos clientes.

Como resultado dessa intensa interação com o consumidor e com presença em todos os municípios da área de concessão da CPFL Santa Cruz, no ano de 2023, houve negociações de débitos de irregularidades de anos anteriores em torno de R\$ 39 mil.

Na CPFL Santa Cruz, essa estrutura é composta por 2 agências de atendimento, 182 imobiliárias e 48 credenciados rede fácil, responsáveis por 1,20 milhão de serviços gerados nos atendimentos em 2023.

Além das Agências de Atendimento presencial e credenciados, as distribuidoras do Grupo CPFL estão sempre inovando na forma de se relacionar com os consumidores, incentivando a utilização de novas formas de atendimento.

Dados de atendimento da CPFL Santa Cruz:

- *Call Center*: com capacidade de atendimento de 1,2 mil chamadas/dia que, aliado a outros canais de atendimento, absorve 728 mil/mês de interação com os clientes, sem que com isto ocorra congestionamentos nos canais de atendimento;
- Site CPFL: 3,3 milhões de atendimentos realizados;
- Aplicativo CPFL Energia: 2,6 milhões de atendimentos realizados;
- WhatsApp: 500,8 mil atendimentos realizados;
- SMS: 16,5 mil mensagens recebidas;
- E-mail: 5,2 mil atendimentos realizados;
- Canais exclusivos para Imobiliárias, Condomínios, Agentes Públicos e Hospitais: 363 mil atendimentos realizados;
- Mídias Sociais (Facebook, Twitter, Reclame Aqui e Consumidor.gov): 3,7 mil atendimentos realizados.

Tecnologia da informação – O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2023, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram: (i) ADR; (ii) CP18 - Resolução 1000; (iii) ARRC; (iv) Geração Distribuída; (v) Programa Gestão de RH; (vi) Novo GED; (vii) Programa de Automatização – Despacho Dinâmico de Serviços.

Desempenho econômico-financeiro – Ressaltamos que os dados econômico-financeiros aqui publicados refletem as Demonstrações Contábeis Regulatórias e diferem dos resultados anteriormente publicados em IFRS.

Em 2023, a CPFL Santa Cruz alcançou receita líquida de R\$ 1.240 milhões, um aumento de 3,8% (R\$ 45 milhões), principalmente em decorrência das seguintes variações: (i) aumento de 23,1% (R\$ 217 milhões) na disponibilização do sistema de transmissão e distribuição; (ii) aumento de 687,1% (R\$ 69 milhões) nos ativos e passivos financeiros setoriais; (iii) aumento de 16,8% (R\$ 17 milhões) nas doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido; e (iv) aumento de 7,2% (R\$ 0,1 milhão) nos serviços cobráveis. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelas seguintes variações: (i) redução de 18,9% (R\$ 134 milhões) no fornecimento de energia elétrica; (ii) aumento de 19,3% (R\$ 51 milhões) em encargos de parcela A; (iii) aumento de 13,9% (R\$ 48 milhões) nos tributos; (iv) redução de 85,1% (R\$ 23 milhões) na energia elétrica de curto prazo; e (v) redução de 10,5% (R\$ 2 milhões) no suprimento de energia elétrica.

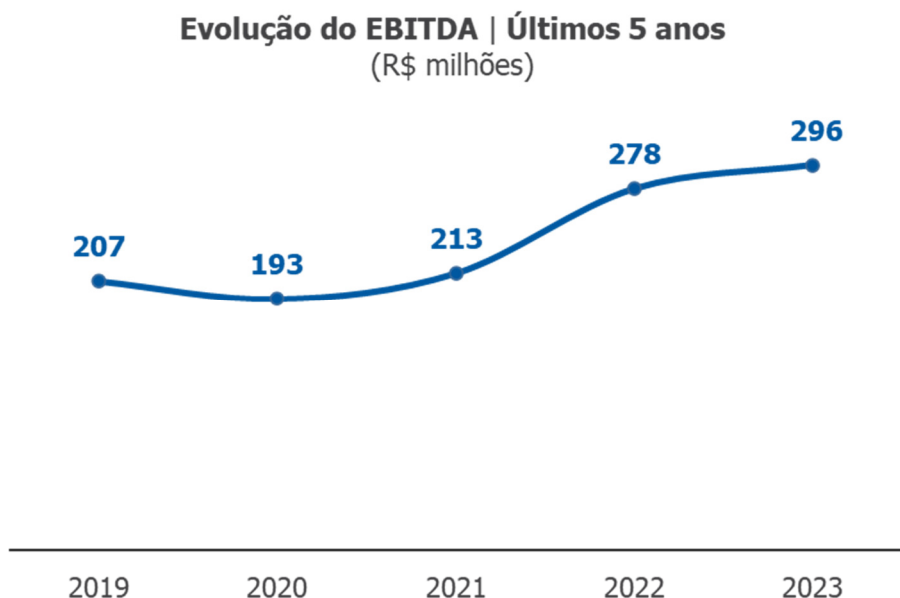
Nos custos não gerenciáveis (Parcela A), houve um aumento de 0,6% (R\$ 4 milhões), devido ao aumento de 19,0% (R\$ 51 milhões) no encargo de transmissão, conexão e distribuição, parcialmente

compensado pela redução de 9,5% (R\$ 47 milhões) na energia elétrica comprada para revenda.

As despesas operacionais (Parcela B) em 2023 foram de R\$ 262 milhões, um aumento de 12,2% (R\$ 28 milhões).

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
Em R\$ mil	2023	2022
Resultado Líquido	84.042	87.904
Depreciação e Amortização	87.182	81.180
Resultado Financeiro	91.271	67.978
Impostos Sobre o Lucro	33.607	40.864
EBITDA	296.102	277.926

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 296 milhões em 2023, um aumento de 6,5% (R\$ 18 milhões), em relação a 2022. Segue abaixo o gráfico da evolução do EBITDA:



Em 2023, a CPFL Santa Cruz apurou um Resultado Financeiro negativo (despesa financeira líquida) de R\$ 91 milhões, um aumento de 34,3% (R\$ 23 milhões). A Receita Financeira foi de R\$ 88 milhões, uma redução de 10,9% (R\$ 11 milhões), e a Despesa Financeira foi de R\$ 179 milhões, um aumento de 7,5% (R\$ 13 milhões).

Em 2023, a CPFL Santa Cruz apurou Resultado Líquido de R\$ 84 milhões, uma redução de 4,4% (R\$ 4 milhões).

Investimentos - Em 2023, os investimentos em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição na CPFL Santa Cruz, totalizaram R\$ 181 milhões, uma redução de 5,5% em relação à 2022. Para esta mesma rubrica nos próximos cinco anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 1.674 milhões (vide quadro Evolução e Projeção de Investimentos).

Evolução e Projeção dos Investimentos

Plano de Desenvolvimento de Distribuição R\$ Mil	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
	Realizado	Realizado	Realizado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado
AIS Bruto	149.714	191.183	180.672	261.559	461.482	153.797	204.416	592.641
Transformador de Distribuição	21.490	27.959	26.211	8.798	10.177	11.247	12.245	13.324
Medidor	4.383	6.308	6.365	7.187	8.236	7.883	8.376	9.079
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	43.322	44.977	38.506	16.815	19.285	21.827	22.807	23.583
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	63.708	89.953	77.012	135.265	150.679	103.879	111.239	360.018
Redes Alta Tensão (69 kV)	4.325	2.513	101	36.438	44.031	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	543	2.362	1.282	-	1.217	591
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	1.943	3.822	5.424	25.976	-	-	8.109	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	5.399	343	10.311	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	327	1.178	405	28.718	227.793	8.960	40.422	186.048
Subestações Alta Tensão (primário maior igual a 230 kV)	-	214	98	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	4.816	13.915	15.695	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(20.265)	(15.251)	(18.214)	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(20.265)	(15.251)	(18.214)	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
<i>Ultrapassagem de demanda</i>	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
<i>Excedente de reativos</i>	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
<i>Diferença das perdas regulatórias</i>	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
<i>Outros</i>	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros - Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

R\$ Mil	2023R	2024P	2025P	2026P	2027P	2028P
Plano de Investimentos 2023	180.672	261.559	461.482	153.797	204.416	592.641

R\$ Mil	2023P	2024P	2025P	2026P	2027P
Plano de Investimentos 2022	168.768	231.173	274.558	252.876	250.862

Diferença	7,1%	13,1%	68,1%	-39,2%	-18,5%
------------------	-------------	--------------	--------------	---------------	---------------

Em relação às diferenças entre os Planos de Investimento de 2023 e de 2022 da CPFL Santa Cruz, é importante ressaltar que as obras previstas no PDD (Plano de Desenvolvimento da Distribuição) são orientativas e devido às variações de mercado ou de outros eventos, podem sofrer deslocamento no tempo e/ou alterações em seus escopos.

Adicionalmente, as justificativas dos desvios referentes ao ano de 2023 podem ser obtidas em detalhes através das críticas de obras do banco de dados do PDD disponível na ANEEL.

É importante ressaltar que os valores aqui apresentados diferem da previsão anteriormente publicada junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), já que neste comparativo, é incluído apenas o PDD (Plano de Desenvolvimento da Distribuição), que é somente voltado para ativos elétricos da Distribuição, enquanto os números divulgados junto à CVM incluem também investimentos em ativos não elétricos.

Captações de recursos – Para reforço de capital de giro, a Companhia realizou captações sob amparo da Lei 4.131 (R\$ 314 milhões).

Valor adicionado – Em 2023, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CPFL Santa Cruz foi de R\$ 992 milhões, representando 51% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:

R\$ mil	2023	%
Pessoal e Encargos	76.358	7,7%
Remuneração direta	48.964	4,9%
Benefícios	24.767	2,5%
F.G.T.S.	2.627	0,3%
Impostos, taxas e contribuições	666.478	67,2%
Federais	425.472	42,9%
Estaduais	240.708	24,3%
Municipais	298	0,0%
Remuneração de capital de terceiros	146.419	14,8%
Juros	145.407	14,7%
Aluguéis	1.012	0,1%
Remuneração de capital próprio	102.347	10,3%
Juros sobre o capital próprio (incluindo adicional proposto)	30.000	3,0%
Dividendo (incluindo adicional proposto)	-	0,0%
Lucros retidos	72.347	7,3%
Total	991.603	100,0%

Importante ressaltar que a distribuição apresentada na tabela acima, segue o que foi reportado nas Demonstrações Financeiras Societárias e que a Receita Operacional Bruta utilizada para calcular a representatividade do Valor Adicionado é a reportada nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, que em 2023 foi de R\$ 1.951.623 mil.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos – De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 26 de abril de 2023, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2022, através de (i) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 20.000 mil aprovado em dezembro de 2022, e (ii) dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 8.852 mil.

Foram aprovadas em Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs) de 31 de março, 30 de junho, 29 de setembro e 29 de dezembro de 2023, as declarações de Juros sobre Capital Próprio, no montante total de R\$ 30.000 mil (R\$ 25.500 mil líquido do IRRF), a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2023.

No exercício de 2023, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 8.852 mil referente a dividendos e R\$ 50.000 mil referente a Juros sobre Capital Próprio, totalizando R\$ 58.852 mil.

Composição acionária – A CPFL Santa Cruz é uma empresa de capital aberto, cujo controle é 100% detido pela CPFL Energia. Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da CPFL Santa Cruz era de R\$ 218.756 mil, composto por 359.058.396 ações ordinárias nominais sem valor nominal.

Planejamento Empresarial – Desde 2002, a Diretoria de Estratégia e Inovação realiza o Planejamento Estratégico para o grupo CPFL Energia, com aprovação do Conselho de Administração

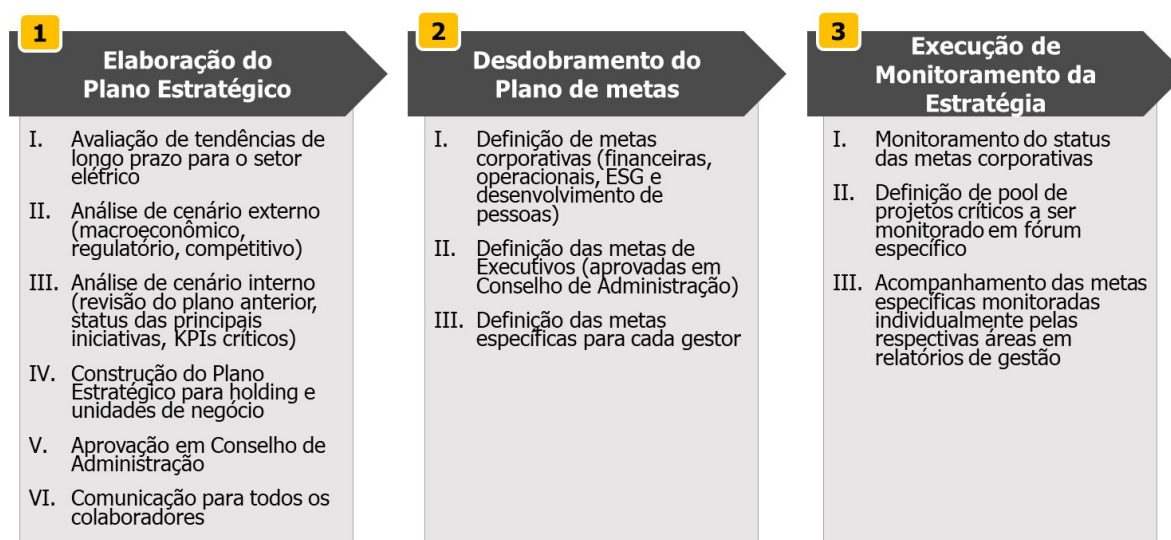
e o desdobramento para cada unidade de negócio e áreas corporativas.

O Plano Estratégico é realizado anualmente, para o ciclo de 5 anos. O processo segue as seguintes etapas:

- i) Definição das macrotendências globais para o setor elétrico, com base em *desk research* e suporte dos especialistas internos;
- ii) Análise de cenário externo suportadas por especialistas em temas críticos (Tendências do Mercado de Energia, Projeções Macroeconômicas; Cenário Competitivo; ESG; Digitalização e experiência do consumidor, entre outros);
- iii) Análise interna, com avaliação do status de atingimento das metas traçadas no ciclo anterior de Planejamento;
- iv) Construção do Planejamento Estratégico para o próximo ciclo de 5 anos.

Ao longo do processo, cada uma das etapas é validada junto à Diretoria Executiva, com aprovação final em Conselho de Administração, seguindo as melhores práticas de governança.

O desdobramento possibilita a visão de desempenho dos processos sob a responsabilidade de cada uma das VPs e Negócios, e é composto por três principais etapas (figura abaixo):



Paralelamente à elaboração do Plano Estratégico, acontece o planejamento orçamentário plurianual, administrado pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores, e submetido ao Conselho de Administração.

Análises de Cenários Externo & Interno - Na elaboração do Plano Estratégico, são realizadas análises de cenário externo com suporte externo de especialistas em diversos assuntos, como por exemplo:

- i. Tendências de Mercado (ex: mudanças tecnológicas, mudanças regulatórias, riscos de negócio);
- ii. Análises Macroeconômicas (ex: projeção de aumento de carga, crescimento de PIB, taxas de câmbio);
- iii. Cenário Competitivo (ex: estratégia aparente de competidores, cenário de oportunidades e riscos em M&A);
- iv. Tendências ESG (ex: impactos socioambientais, governança, diversidade, reputação);

- v. Digitalização (ex: implementação de cultura de *data analytics*, revisão de canais de atendimento);
- vi. Liberalização e foco no cliente (ex: mapeamento de jornadas do cliente, cases internacionais de mercados de energia liberalizados, estudos de casos de setor que passaram pelo processo de liberalização, estudos de novos produtos).

Em paralelo, é realizada a avaliação do cenário interno: atualização das principais iniciativas, análise de resultados e objetivos operacionais/ financeiros, metas e indicadores do ciclo anterior.

A partir dessas análises, as principais tendências e oportunidades de cada negócio são mapeadas para o Planejamento Estratégico.

Elaboração da Estratégia - Com os status dos resultados do ano anterior e priorizando indicadores levantados nas avaliações de cenários (incluindo critérios de segurança, qualidade no atendimento, eficiência operacional, sustentabilidade do negócio e crescimento) são determinadas as novas iniciativas e diretrizes de negócio, com projetos prioritários e planos de ação necessários para atingir os objetivos, até a consolidação no Plano Estratégico, validado e aprovado no Conselho Administrativo.

Desdobramento em Metas - A etapa de desdobramento ocorre após a aprovação do Plano Estratégico, quando são analisados os resultados recentes e elaboradas as metas e planos de ação para o próximo ano, alinhados ao orçamento aprovado.

Para o processo de metas e levantamento dos principais utilizadores da empresa, foi incorporado o uso da metodologia BSC (*Balanced ScoreCard*), dividindo os objetivos em 4 grandes perspectivas: Financeira/Criação de Valor; Clientes/Partes Interessadas; Processos Internos; Capacidade Organizacional. A partir dessas perspectivas, foram mapeados os principais temas que acompanham a estratégia da empresa, detalhando para cada um desses temas os principais indicadores que podem ser utilizados para acompanhar seu desenvolvimento.

Divulgação Planejamento Estratégico - As principais diretrizes da estratégia são disseminadas para todos os colaboradores, incentivando o engajamento do colaborador; de modo a instigá-lo a criar valor e descobrir como sua área pode contribuir para o crescimento organizacional.

Os canais formais de divulgação são:

- Evento de divulgação com participação dos Executivos, com participação ativa dos colaboradores;
- Vídeo com o resumo das principais diretrizes e iniciativas do Plano Estratégico;
- Workshops nas áreas de negócio;
- Campanhas internas – banners e cartazes em diversos locais;
- Kit de divulgação para lideranças, com conteúdo sobre plano da holding e materiais customizados para cada unidade de negócio;
- Quiz para engajamento dos colaboradores, com reconhecimento para os maiores pontuadores;
- Portal de Planejamento Estratégico (intranet) – área onde é disponibilizada uma síntese dos principais direcionadores estratégicos do grupo e dos negócios.

A CPFL Energia conclui a divulgação das principais diretrizes do grupo para todos os stakeholders através da página de Relações com Investidores, por meio do resumo com as orientações fundamentais dos negócios e do grupo.

Implementação & Monitoramento da Estratégia - São acompanhadas e monitoradas ao longo do ano pela Diretoria de Estratégia e Inovação e pelas áreas de negócio por meio de ferramentas de gestão customizadas (relatórios de gestão, comitês de projetos com participação dos Executivos e Plataforma de Sustentabilidade), com planos de ação tempestivos elaborados à medida que se faça necessário.

Sistemas de Gestão e programas da qualidade – Em 2023, as atividades compreenderam:

- Recertificação dos Sistemas de Gestão, que compreendem as normas NBR ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade), NBR ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental) e ISO 45001 (Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho). Adicionalmente, a CPFL Santa Cruz participou do escopo de manutenção da recertificação da CPFL Holding na norma ISSO 27001 (Segurança da Informação) e manutenção da certificação da ISSO 37001 (Gestão Antissuborno).
- Das 23 Estações Avançadas do grupo CPFL Santa Cruz, 23 unidades participaram do programa Colaborativo, representando 100% de adesão ao programa. As EAs obtiveram resultado médio de 86,94% nas avaliações dos pilares referente aos temas de Utilização, Organização e segurança, Limpeza e economia, Disciplina. Destas 23 localidades operacionais que participaram, 16 obtiveram avaliações superior à média que corresponde a cerca de 69%.
- Prêmio ABRADÉE 2023 – Campeã na categoria “Nacional” e finalista nas categorias “Responsabilidade Socioambiental”, “Avaliação pelo Cliente” e “Gestão Operacional” para as empresas com até 500 mil consumidores.
- Melhores em Gestão FNQ - Fundação Nacional da Qualidade. A CPFL Santa Cruz foi reconhecida na categoria “Bronze”.

Recursos humanos – Em 2023 a CPFL Santa Cruz investiu cerca de R\$ 1 milhão em programas de formação em excelência operacional e desenvolvimento profissional de alta performance de seus colaboradores.

Uma das dimensões do “Nosso Jeito de Ser”, nosso direcionador de comportamento é aprender com a jornada e ser o protagonista do seu desenvolvimento e nós aqui na Universidade CPFL atuamos como facilitadores deste movimento, incentivando o colaborador a assumir e buscar caminhos para cada vez mais evoluir em sua própria carreira. Realizamos isso por meio do aprendizado de *soft skills*, ou habilidades técnicas e comportamentais, emocionais e sociais. Hoje ofertamos em nossa plataforma de aprendizagem (Success) o Guia de autodesenvolvimento que compõe cursos de Habilidades técnicas e comportamentais; palestras ao vivo com especialistas em temas técnicos e comportamentais, parceria com Instituições Nacionais, Unicast (Podcast) além da adaptação dos treinamentos presenciais para os formatos online, buscando inovação em ferramentas, dinamismo na entrega dos conteúdos e aplicação de cases reais e atividades práticas. Essas ações permeiam a frente das quatro escolas de ensino da Universidade CPFL: Excelência Operacional, Excelência no Atendimento, Negócios e Inovação e Liderança.

A partir disso, em 2023, tivemos **+ de 4 mil participações** em treinamentos, com **55 horas de treinamento** por colaborador neste período.

Sustentabilidade – A CPFL Paulista mantém foco estratégico no desenvolvimento sustentável e, reforçando este compromisso, a *holding* CPFL Energia lançou em 2022 o Plano ESG 2030, evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, que abrange todos os seus negócios, com foco em quatro pilares – Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O Plano ESG 2030 é desdobrado em 23 compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa. Mais informações estão disponíveis no Relatório Anual em www.grupocpfl.com.br/sustentabilidade/relatorio-anual e www.cpfl.com.br/ri.

CPFL Santa Cruz em números:

Atendimento	2023	2022	%
Número de consumidores	504.020	496.437	1,5%
Número de empregados ¹	54	53	1,9%
Número de consumidores por empregado	9.336	9.369	-0,4%
Número de localidades atendidas	46	46	0,0%
Número de agências	2	2	0,0%
Número de postos de atendimento	50	50	0,0%

Nota: (1) Número de empregados = número de atendentes agência + 1 atendente por rede fácil.

Operacionais	2023	2022	%
Número de subestações	73	73	0,0%
Linhas de transmissão (Km)	526	526	0,0%
Linhas de distribuição (Km)	24.093	23.852	1,0%

Mercado	2023	2022	%
Área de concessão (Km ²)	20.250	20.250	0,0%
Demanda máxima (MWh/h)	597	547	9,1%
Mercado atendido (GWh)	3.240	3.180	1,9%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.111	2.023	4,4%

Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh):

Total (exceto curto prazo)	596,85	604,20	-1,2%
<i>Residencial</i>	<i>593,18</i>	<i>607,88</i>	<i>-2,4%</i>
<i>Industrial</i>	<i>573,02</i>	<i>582,23</i>	<i>-1,6%</i>
<i>Comercial</i>	<i>618,07</i>	<i>635,89</i>	<i>-2,8%</i>
<i>Rural</i>	<i>578,01</i>	<i>552,51</i>	<i>4,6%</i>
<i>Outros</i>	<i>619,24</i>	<i>625,90</i>	<i>-1,1%</i>
DEC (horas)	5,04	4,74	6,3%
FEC (número de interrupções)	3,22	3,22	0,0%
Número de reclamações por 10.000 consumidores	73,27	27,57	165,8%

Financeiros	2023	2022	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	1.951.623	1.807.116	8,0%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	1.239.851	1.194.762	3,8%
Resultado da atividade (R\$ mil)	208.919	196.746	6,2%
Margem operacional do serviço líquida (%)	16,9%	16,5%	2,3%
EBITDA ou LAJIDA (R\$ mil)	296.102	277.926	6,5%
Lucro líquido (R\$ mil)	84.042	87.904	-4,4%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	644.948	590.688	9,2%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	13,0%	14,9%	-12,4%
Endividamento (incluindo derivativos) (R\$ mil)	1.127.868	944.232	19,4%
Em moeda nacional (%)	42,9%	62,8%	-31,7%
Em moeda estrangeira (%)	57,1%	37,2%	53,6%

Agradecimentos – Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria Executiva pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CPFL Santa Cruz. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CPFL Santa Cruz.

Jaguariúna, 25 de abril de 2024.

A Administração.

Companhia Jaguari de Energia
CNPJ no 53.859.112/0001-69

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Jaguari de Energia (com nome fantasia “CPFL Santa Cruz” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede social da Companhia está localizada à Rua Vigato, nº 1620, 1º andar, sala 03, Jaguariúna, São Paulo, CEP 13820-000.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 7 de julho de 2045.

A área de concessão da Companhia contempla 45 municípios, sendo 39 no interior do Estado de São Paulo, 3 no norte do Estado do Paraná e 3 no sul do Estado de Minas Gerais, atendendo a aproximadamente 504 mil consumidores, entre os principais municípios estão Itapetininga, Jaguariúna, Mococa, Ourinhos e São José do Rio Pardo.

1.1 Setor Elétrico no Brasil:

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Companhia pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda exceda a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um

consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito através de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – (“ONS”), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

1.2 Mudanças climáticas:

Como posicionamento frente às mudanças climáticas, a Companhia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia GHC Protocol. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Ser carbono neutro a partir de 2025¹, reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (ii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Na publicação “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

¹Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025

1.3 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras, o capital circulante líquido negativo de R\$ 54.308 (R\$ 101.850 em 31 de dezembro de 2022), sendo que, caso necessário, potenciais aprovações de financiamento serão realizadas. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1 Base de preparação:

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram elaboradas e estão sendo apresentadas em

conformidade com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas e aprovadas pela ANEEL, as quais constam no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, substituída em 2021 pela Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ("CPC"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis emitidas e aprovadas pela ANEEL.

A ANEEL, em 17 de setembro de 2021, através do Despacho nº 2.904, no uso da atribuição que lhe foi delegada por meio da Resolução Normativa nº 933, de 2021, decidiu: (i) revisar o MCSE, na dimensão procedimental; (ii) revogar a versão 2015 do MCSE, aprovada pela Resolução Normativa nº 605, de 2014, substituída pela Resolução Normativa nº 933/2021; e (ii) aprovar a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. A versão vigente foi aprovada através do Despacho nº 1.690 de 28 de junho de 2022.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, podendo apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão apresentadas e explicadas na nota 31, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão regulatória da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis regulatórias foi dada pela Administração em 24 de abril de 2024.

Essas demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (www.aneel.gov.br) e da Companhia (www.cpfl.com.br).

2.2 Base de mensuração:

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, cuja classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 28 de Instrumentos financeiros, e iii) ativo imobilizado, intangível e obrigações especiais.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e

premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição ("TUSD") não faturados;

- Nota 9 – Ativos e passivos financeiros setoriais: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 10 – Tributos diferidos: reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 11 – Outros ativos circulantes e não circulantes: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;
- Nota 12 – Imobilizado e intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 14 – Empréstimos, financiamentos e debêntures: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 17 – Provisão para litígios e depósitos judiciais e cauções: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos, e
- Nota 28 – Instrumentos Financeiros: principais premissas para determinação do valor justo.

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações contábeis regulatórias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas que as adotadas nas demonstrações financeiras societárias apresentadas nas Demonstrações Financeiras de 2023 na nota explicativa 3 – Sumário das principais políticas contábeis, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1 Imobilizado em serviço:

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação regulatória compulsória, conforme determina a Resolução Normativa nº 396 de 23 de fevereiro de 2010. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador (nota 12).

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.2 Imobilizado em curso:

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no MCSE. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as distribuidoras de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Nas demonstrações financeiras societárias, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados, em conformidade com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente e com ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível. A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, sendo a parcela remanescente registrada como um ativo financeiro e avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

3.3 Intangível:

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear e em conformidade às taxas estabelecidas pelo poder concedente.

Os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados aos ativos intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

3.4 Obrigações especiais vinculadas à concessão:

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, acrescidos do valor da reavaliação. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.5 Reserva de reavaliação e Reavaliação regulatória compulsória:

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº 31.3.1.

A constituição da reavaliação se dá por meio do processo de revisão tarifária periódica, que no caso da Companhia ocorre a cada cinco anos. Neste processo a Companhia prepara, em conjunto com empresa avaliadora credenciada junto ao órgão regulador, o Laudo de Avaliação que contém o Valor Novo de

Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e a diferença para o valor contábil, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, é registrado contabilmente como reavaliação regulatória compulsória, nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 e suas atualizações.

Esse laudo é revisado e homologado pela ANEEL. A última reavaliação registrada pela Companhia considera o processo de Revisão Tarifária Periódica, na data-base de 30 de setembro de 2020, que foi aprovado pela Resolução Homologatória da ANEEL nº 2.837 de 16 de março de 2021, portanto a Companhia reconheceu a referida reavaliação nas demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2021. O registro da reavaliação considerou a atualização monetária pelo IPCA da data-base de 01 de outubro de 2020 até 31 de março de 2021.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 28) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Valor reavaliado de um ativo:

O ativo imobilizado e intangível é contabilizado pelo custo de aquisição deduzidos da depreciação acumulada. Os valores são acrescidos da parcela de reavaliação de ativo homologado pela ANEEL por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR. Neste processo a Companhia prepara, em conjunto com empresa avaliadora credenciada junto ao órgão regulador, o Laudo de Avaliação que contém o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e a diferença para o valor contábil, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, é registrado contabilmente como reavaliação regulatória compulsória, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010 e suas atualizações.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa	11.039	5.152
Equivalentes de caixa	59.272	70.068
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	817	-
Títulos de crédito privado (b)	46.042	70.068
Fundos de investimento (c)	12.413	-
Total	<u>70.311</u>	<u>75.219</u>

(a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

(b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 22.673 (R\$ 59.342 em 31 de dezembro de 2022) e (ii) operações compromissadas em debêntures R\$ 23.369 (R\$ 10.726 em 31 de dezembro de 2022), todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 101,89% do CDI (100,21% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

(c) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média 100,38% do CDI tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI, lastreadas em títulos públicos federais, CDB's e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Valores Correntes						Valores Renegociados					Total em 31/12/2023	Total em 31/12/2022
	Correntes a Vencer		Correntes Vencidas				Renegociados a Vencer		Renegociados Vencidos				
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos		
Fornecimento de Energia	169.151	57.309	6.302	1.502	4.294	(6.305)	(1.841)	8.240	1.252	2.565	(4.082)	238.387	179.516
Residencial	41.067	34.335	2.398	94	2.251	(3.568)	108	618	711	465	(2.167)	76.313	54.731
Industrial	4.625	5.331	311	562	625	(620)	227	857	190	1.014	(1.192)	11.930	9.314
Comercial	11.206	5.704	505	91	50	(738)	(173)	128	189	305	(542)	16.726	10.660
Rural	7.026	3.533	599	-	108	(281)	(9)	46	33	44	(167)	10.931	8.290
Poderes Públicos	1.955	3.053	727	635	963	(914)	(1.186)	2.871	2	-	(7)	8.099	7.644
Iluminação Pública	4.607	3.376	482	121	295	(180)	(26)	26	-	-	(7)	8.694	5.772
Serviço Público	6.162	1.897	1.239	-	-	(4)	(782)	3.695	127	737	-	13.070	10.902
Serviço Taxado	178	79	40	1	2	-	-	-	-	-	-	301	329
Fornecimento Não Faturado	92.672	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92.672	72.474
(-) Arrecadação Processo Classif.	(348)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(348)	(601)
Encargos Tarifários	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Outros consumidores	16.693	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.693	14.846
Consumidores	185.847	57.309	6.302	1.502	4.294	(6.305)	(1.841)	8.240	1.252	2.565	(4.082)	255.083	194.365
Suprimento Energia - Moeda Nacional	1.472	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.472	703
Energia Elétrica de Curto Prazo	494	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	494	4.011
Outros	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Concessionárias e permissionárias	1.967	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.967	4.716
Consumidores, concessionárias e permissionárias	187.814	57.309	6.302	1.502	4.294	(6.305)	(1.841)	8.240	1.252	2.565	(4.082)	257.050	199.081

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"):

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 3.7 e 28 (e).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias
Saldo em 31/12/2021	(12.984)
Provisão revertida (constituída) líquida	(18.745)
Recuperação de receita	8.136
Baixa de contas a receber provisionadas	9.205
Saldo em 31/12/2022	(14.389)
Provisão revertida (constituída) líquida	(9.968)
Recuperação de receita	3.878
Baixa de contas a receber provisionadas	10.093
Saldo em 31/12/2023	(10.387)

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	1.856
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	1.153	1.943
ICMS a compensar	16.779	15.548
Programa de integração social - PIS	536	362
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	2.821	1.791
Total	21.290	21.500
<u>Não circulante</u>		
ICMS a compensar	25.104	22.377
Total	25.104	22.377

ICMS a compensar: refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativo intangíveis e ativos financeiros. O aumento na utilização mensal dos créditos deve-se a suspensão da incidência de ICMS nas tarifas de energia elétrica (nota 21.5)

7.1 Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS:

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>		
PIS sobre ICMS	21.882	11.035
COFINS sobre ICMS	100.792	49.156
Total circulante	122.674	60.190
<u>Não circulante</u>		
PIS sobre ICMS	4.394	24.636
COFINS sobre ICMS	20.238	113.477
Total não circulante	24.632	138.113
Passivo	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	106.358	55.308
Total circulante	106.358	55.308
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	41.988	132.452
Total não circulante	41.988	132.452

Em 2019, a CPFL Jaguari de Energia – “CPFL Santa Cruz” obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial nº 0007887-82.2010.4.03.6105, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005).

Para a “CPFL Santa Cruz” os registros contábeis de ativos de tributos a compensar foram reconhecidos nas demonstrações financeiras, que atualizado até a data da última compensação somaria o montante de R\$ 206.852. Em 2020, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil e iniciou a utilização do crédito para compensar outros tributos a recolher administrados pela Receita Federal do Brasil. O crédito judicial foi totalmente utilizado até o ano de 2023.

Em relação ao saldo do passivo com consumidores, houve repasse nos reajustes tarifários como componente financeiro negativo extraordinário no total de R\$ 204.257, sendo que em março de 2021 (R\$ 20.241), março de 2022 (R\$ 135.567) e março de 2023 (R\$ 48.449) (nota 9), com isso, o saldo do passivo com consumidores em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.040.

A CPFL Jaguari de Energia – “CPFL Santa Cruz” incorporou em dezembro de 2017 a empresa “Companhia de Força e Luz Santa Cruz”, e conseqüentemente passou a deter direito sob a ação judicial relacionada ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e COFINS desta Companhia.

Tendo em vista (i) decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) em março de 2017 do tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõem a base de cálculo do PIS e COFINS, (ii) decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal (“STF”) que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, (iii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo” e (iv) a Companhia possuir por sucessão a ação judicial relacionado ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e COFINS nº 0012204-41.2010.4.03.6100, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 129.374.

Em 28 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385, a qual determina que a ANEEL promova, nos processos tarifários, a destinação integral do crédito em questão em proveito dos consumidores afetados pela cobrança de tributo a maior. A Companhia entende que tal dispositivo legal não lhe retira o direito de ter vertido em seu favor os créditos abarcados pela prescrição (acima de 10 anos), bem como continuará acompanhando os desdobramentos deste tema, de forma a adotar as medidas que sejam necessárias para resguardar seu direito.

Sobre este tema, em dezembro/2022 a Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), entidade da qual a Companhia é associada, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, distribuída sob nº 7324 questionando referida legislação, a qual pende de julgamento.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor até o momento, não significa qualquer renúncia de direito.

Ainda, em junho de 2023, a Companhia obteve o trânsito em julgado na ação judicial de sua sucedida, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005). Em outubro de 2023, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil, e estima-se que no 1º trimestre de 2024 será iniciada as compensações junto a Receita Federal do Brasil.

Considerando que a ação judicial nº 0007887-82.2010.4.03.6105 da “CPFL Santa Cruz” já foi totalmente utilizada, o montante total até 31 de dezembro de 2023 de ativos de tributos a compensar é de R\$ 147.306, já o passivo com consumidores é de R\$ 148.346, sendo que R\$ 147.306 refere-se a ação judicial da Companhia Luz e Força Santa Cruz (incorporada) e R\$ 1.040 refere-se a ação da “CPFL Santa Cruz” (incorporadora).

8. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicação direta (a)	4.837	5.277
Através de fundos de investimentos (b)	17.935	-
Total	22.772	5.277

- (a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, por meio de cotas de fundos de investimentos, destinando-se a composição de garantias contratuais em financiamentos junto ao BNDES, cujo a remuneração média era equivalente à 100% do CDI.
- (b) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, na média de 100,38% do CDI.

9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Atualização monetária	Perdas	Devolução do crédito de PIS/COFINS	Recebimento (c)		Saldo em 31/12/2023	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
							CDE Eletrobrás	Transferências				
CVA Ativa (a)	48.705	56.447	(48.429)	1.904	112	-	(4)	13.871	72.606	72.606	56.339	16.267
Aquisição de Energia Comprada - (CVAenerg)	(21.137)	(16.509)	21.021	(1.245)	-	-	-	(5.007)	(22.877)	(22.877)	(17.752)	(5.125)
Custo de Energia Itaipu	41.123	11.730	(40.883)	163	1	-	-	1.870	14.004	14.004	10.866	3.137
Proinfa	871	(355)	(861)	(10)	-	-	-	355	-	-	-	-
Transporte de Rede Básica	1.666	34.985	(1.643)	2.376	-	-	-	13.586	50.970	50.970	39.550	11.419
Transporte de Energia - Itaipu	114	4.457	(113)	162	-	-	-	595	5.215	5.215	4.046	1.168
ESS/EER	21.431	19.724	(21.317)	719	-	-	-	2.472	23.029	23.029	17.869	5.159
CDE	4.637	2.416	(4.632)	(261)	111	-	(4)	-	2.266	2.266	1.758	508
Demais Ativos Financeiros Setoriais (b)	(44.290)	(38.881)	54.219	(880)	-	(48.450)	-	18.526	(59.756)	(59.756)	(46.369)	(13.388)
Neutralidade da Parcela A	472	(9.985)	(472)	46	-	-	-	(9.532)	(19.472)	(19.472)	(15.109)	(4.363)
Sobrecontratação de Energia	411	715	(410)	288	-	-	-	715	1.719	1.719	1.333	385
Diferimento de Reposição na Revisão Tarifária Periódica	(5.469)	-	2.242	-	-	-	-	(6.944)	(10.171)	(10.171)	(7.893)	(2.279)
Bandeira Faturada	-	8	-	-	-	-	-	(9)	(1)	(1)	(1)	(0)
Devolução crédito de PIS e COFINS	(32.310)	-	32.310	-	-	(48.450)	-	48.450	-	-	-	-
Outros	(7.393)	(29.619)	20.549	(1.214)	-	-	-	(14.154)	(31.831)	(31.831)	(24.699)	(7.132)
Total Ativos Financeiros Setoriais	4.415	17.566	5.790	1.024	112	(48.450)	(4)	32.397	12.849	12.849	9.970	2.879

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Atualização monetária	Perdas	Recebimento (c)		Saldo em 31/12/2023	Valores em Amortização	Circulante	Não Circulante
						Acordo com consumidor	CDE Eletrobrás				
CVA Passiva (a)	(48.635)	12.847	43.999	(4.011)	43	-	(4.002)	(13.871)	(13.629)	(13.629)	-
Aquisição de Energia Comprada - (CVAenerg)	(62.107)	(4.367)	53.783	(6.970)	(241)	-	-	5.007	(14.896)	(14.896)	-
Custo de Energia Itaipu	57.609	(948)	(46.783)	5.021	(71)	-	-	(1.870)	12.957	12.957	-
Proinfa	-	(1.048)	1.229	(135)	-	-	-	(355)	(308)	(308)	-
Transporte de Rede Básica	38.809	13.327	(34.024)	3.941	-	-	-	(13.586)	8.467	8.467	-
Transporte de Energia - Itaipu	1.759	593	(1.511)	181	-	-	-	(595)	428	428	-
ESS/EER	(63.007)	5.275	52.100	(6.570)	355	-	-	(2.472)	(14.318)	(14.318)	-
CDE	(21.698)	15	19.205	521	-	-	(4.002)	-	(5.960)	(5.960)	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais (b)	425	(13.834)	17.144	4.892	(4.100)	3.290	-	(18.526)	(10.709)	(10.709)	(3.420)
Neutralidade da Parcela A	(19.975)	(4.209)	16.783	(716)	(6.201)	-	-	9.532	(4.786)	(4.786)	-
Sobrecontratação de Energia	15.138	525	(11.870)	304	4	-	-	(715)	3.385	3.385	-
Devoluções Tarifárias	39.975	2.914	(52.025)	7.518	3.689	-	-	6.944	9.016	12.436	(3.420)
Bandeira Faturada	(2)	(7)	-	-	-	-	-	9	-	-	-
Devolução crédito de PIS e COFINS	-	-	37.699	-	-	-	-	(48.450)	(10.751)	(10.751)	-
Outros	(34.712)	(13.057)	26.557	(2.214)	(1.592)	3.290	-	14.154	(7.574)	(7.574)	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	(48.211)	(988)	61.142	881	(4.057)	3.290	(4.002)	(32.397)	(24.339)	(20.919)	(3.420)

(a) CVA - Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Atualmente, os principais gastos considerados como custos não gerenciáveis são:

- Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”);
- Energia Elétrica Comprada para Revenda;
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”);
- Encargos de Serviço do Sistema (“ESS”) e Encargos de Energia de reserva (“EER”);
- Rede Básica;
- Repasse de Itaipu;
- Transporte de Itaipu.

Os itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela - CVA” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 22 de março de 2022 a 21 de março de 2023, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da CVA foi iniciada em 22 de março de 2023, logo após o final da vigência da Revisão Tarifária de março de 2023, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, a RTA não alterou o mecanismo de compensação.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

(b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

- **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.
- **Sobrecontratação:** as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.
- **Ressarcimento de Reposição na Revisão Tarifária Periódica:** refere-se aos componentes financeiros referentes a recálculos de processos tarifários, de forma a neutralizar os efeitos aos consumidores. O principal item é a ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, que passará a ser amortizado parte a partir da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica e outra parte a partir do próximo reajuste tarifário.
- **Outros componentes financeiros:** (i) Devolução do crédito de PIS e COFINS: conforme a Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.178 relativa ao RTA de 2023, foi considerado o passivo financeiro setorial decorrente dos créditos de PIS/COFINS referente exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 48.450. Este valor estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no primeiro trimestre de 2023 (nota 7.1) (ii) Outros: refere-se principalmente à ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, valores em constituição e valores já homologados em revisão tarifária periódica e que passaram a ser amortizados pelo prazo de vigência da revisão, entre outro.

(c) Recebimento

- **Acordo com consumidor:** garantia para compensação de efeitos aos consumidores da Companhia, em decorrência de aditamento de contrato de suprimento de energia solicitado por permissionária no montante de R\$ 3.290.
- **CDE Eletrobrás:** conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás serão destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, com início em 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2023 ocorreu em maio, cujo valor de R\$ 4.006 foi homologado por meio do Despacho nº 1.120 em abril de 2023.

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	9.779	27.210	4.618	12.875
Provisões para litígios	2.843	7.896	2.782	7.728
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	994	2.760	1.360	3.779
Programas de P&D e eficiência energética	1.151	3.198	751	2.087
Provisão relacionada a pessoal	294	815	230	639
Derivativos	3.428	9.521	(1.221)	(3.392)
Marcação a Mercado - Derivativos	1.775	4.930	2.611	7.252
Marcação a Mercado - Dívidas	(1.657)	(4.604)	(2.777)	(7.715)
Outros	953	2.693	882	2.497
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado	(23.738)	(65.934)	(26.194)	(72.758)
Reavaliação regulatória compulsória	(23.738)	(65.934)	(26.194)	(72.758)
Total	(13.958)	(38.724)	(21.575)	(59.883)

10.1 Expectativa do período de recuperação:

A expectativa do período de recuperação dos créditos e débitos fiscais diferidos registrados no passivo não circulante (em função de divulgar o saldo líquido considerando ativos e passivos), decorrentes dos valores ativos de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação

2024	10.139
2025	14.230
2026	9.487
2027	1.699
2028	2.325
2029 a 2034	5.369
Total	43.250

10.2 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social:

	2023		2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	117.649	117.649	128.768	128.768
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	(30.000)	(30.000)	(20.000)	(20.000)
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(362)	(362)	(910)	(910)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	12.154	12.154	10.779	10.779
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	2.066	(1.557)	3.709	776
Base de cálculo	101.506	97.883	122.346	119.413
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(9.136)	(24.471)	(11.011)	(29.853)
Corrente	(16.782)	(45.712)	(18.866)	(51.672)
Diferido	7.647	21.241	7.855	21.819

(*) Programa de Incentivo de Inovação Tecnológica

10.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido:

	2023		2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Reserva de Reavaliação	(27.295)	(27.295)	(25.186)	(25.186)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos em outros resultados abrangentes sobre reserva de reavaliação	2.456	6.824	2.267	6.297
Total	2.456	6.824	2.267	6.297

11. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos - Vivest	1.373	1.153	-	-
Adiantamentos - fornecedores	-	410	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.698	1.537	-	-
Contas a receber - CDE	19.637	13.726	-	-
Adiantamentos a funcionários	1.036	968	-	-
Arrendamentos e alugueis de postes	3.085	5.079	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(654)	(726)	-	-
Outros	2.167	1.491	27	245
Total	28.341	23.638	27	245

Contas a receber – CDE: refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 2.290 (R\$ 2.496 em 31 de dezembro de 2022), e (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 16.803 (R\$ 10.723 em 31 de dezembro de 2022) – (nota 21.3), (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 521 (R\$ 484 em 31 de dezembro de 2022) e (iv) Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica a receber R\$ 23 (R\$ 23 em 31 de dezembro de 2022).

Outros: refere-se, principalmente, aos contratos de direito de uso (arrendamento) da Companhia.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"):

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está detalhada abaixo:

	Outros Ativos Circulantes
Saldo em 31/12/2021	(700)
Provisão revertida (constituída) líquida	(25)
Saldo em 31/12/2022	(726)
Provisão revertida (constituída) líquida	72
Saldo em 31/12/2023	(654)

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado	2023				2022
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	3,95%	2.775.481	(1.154.026)	1.621.456	1.546.793
Custo Histórico		1.929.368	(620.428)	1.308.940	1.205.392
Correção Monetária Especial		12.590	(12.331)	259	(1.366)
Reavaliação		833.523	(521.266)	312.257	342.767
Administração	7,63%	29.427	(17.954)	11.473	12.406
Custo Histórico		21.907	(14.190)	7.717	8.493
Correção Monetária Especial		662	(536)	126	126
Reavaliação		6.858	(3.228)	3.630	3.787
Subtotal		2.804.908	(1.171.980)	1.632.928	1.559.199
Em Curso					
Distribuição		196.089	-	196.089	118.559
Administração		27.362	-	27.362	10.258
Subtotal		223.451	-	223.451	128.817
Total		3.028.359	(1.171.980)	1.856.380	1.688.015

A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível	2023				2022
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	13,09%	34.954	(23.210)	11.745	10.824
Custo Histórico		17.591	(10.653)	6.938	5.708
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		17.364	(12.557)	4.807	5.116
Administração	20,00%	88.641	(81.403)	7.238	6.818
Custo Histórico		60.244	(53.178)	7.067	6.531
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		28.397	(28.226)	171	287
Subtotal		123.596	(104.613)	18.983	17.642
Em Curso					
Distribuição		21.250	-	21.250	12.865
Administração		7.434	-	7.434	10.148
Subtotal		28.684	-	28.684	23.013
Total		152.279	(104.613)	47.667	40.655

A movimentação do imobilizado no exercício é demonstrada abaixo:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassif.	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Distribuição	2.640.649	309	(46.771)	181.501	(207)	2.775.481	135.039	(1.154.026)	1.621.456	1.546.793
Terrenos	16.780	-	-	-	-	16.780	-	-	16.780	16.780
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	38.914	309	(339)	25	-	38.909	(5)	(19.720)	19.189	20.054
Máquinas e Equipamentos	2.559.652	-	(46.396)	180.672	(207)	2.693.721	134.276	(1.115.464)	1.578.257	1.500.380
Veículos	22.662	-	(36)	693	-	23.319	657	(17.195)	6.125	8.418
Móveis e Utensílios	2.641	-	-	111	-	2.752	111	(1.647)	1.105	1.162
Administração	29.527	-	(671)	364	207	29.427	(307)	(17.954)	11.473	12.406
Terrenos	4.472	-	-	-	-	4.472	-	-	4.472	4.472
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	5.289	-	-	-	-	5.289	-	(3.563)	1.726	1.846
Máquinas e Equipamentos	17.724	-	(498)	53	207	17.486	(445)	(13.324)	4.162	5.058
Veículos	937	-	(173)	296	-	1.060	123	(672)	388	252
Móveis e Utensílios	1.104	-	-	16	-	1.120	16	(395)	725	777
Subtotal	2.670.176	309	(47.442)	181.866	-	2.804.908	134.732	(1.171.980)	1.632.928	1.559.199
Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassif.	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Distribuição	118.559	256.811	-	(179.286)	6	196.089	77.525	-	196.089	118.559
Máquinas e Equipamentos	66.443	239.899	-	(176.192)	6	130.155	63.706	-	130.155	66.443
Outros	52.115	16.912	-	(3.094)	-	65.933	13.818	-	65.933	52.115
Administração	10.258	19.752	-	(2.642)	(6)	27.362	17.110	-	27.362	10.258
Máquinas e Equipamentos	6.120	5.370	-	(826)	(6)	10.659	4.545	-	10.659	6.120
Outros	4.138	14.382	-	(1.817)	-	16.704	12.565	-	16.704	4.138
Subtotal	128.817	276.563	-	(181.929)	-	223.451	94.635	-	223.451	128.817
Total do Ativo Imobilizado	2.798.992	276.872	(47.442)	(63)	-	3.028.359	229.367	(1.171.980)	1.856.380	1.688.015

A composição das adições ao ativo imobilizado em curso no exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso 2023	Material/ Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação /Amortização	Outros Gastos	Total
Imobilizado em Curso	177.396	82.089	7.635	3.119	253	7.185	277.675
Terrenos	-	122	-	41	-	2.774	2.937
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	38	2.196	-	-	-	-	2.234
Máquinas e Equipamentos	165.339	66.026	6.611	2.735	253	4.306	245.269
Veículos	11.663	120	-	-	-	-	11.784
Móveis e Utensílios	362	-	-	-	-	2	364
A Ratear	(6)	13.624	1.024	343	-	102	15.088
Outros - Estoque	-	-	-	-	-	(1.112)	(1.112)
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-	-	-	-	(530)	(530)
Material em Depósito	-	-	-	-	-	1.524	1.524
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	(2.089)	(2.089)
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	(17)	(17)
Total das Adições	177.396	82.089	7.635	3.119	253	6.072	276.563

A movimentação da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos	Valor Bruto em 31/12/2022	Baixas (A)	Transferências (B)	Reclassif.	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas (A)+(B)
AIS Bruto	2.559.652	(46.396)	180.672	(207)	2.693.721	134.276
Transformador de Distribuição	372.373	(10.190)	26.211	-	388.395	16.022
Medidor	178.035	(8.326)	6.365	(29)	176.046	(1.960)
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	469.187	(6.201)	38.506	(20.669)	480.822	32.305
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	938.373	(12.402)	77.012	(41.338)	961.645	64.610
Redes Alta Tensão (69 kV)	84.844	(1.630)	101	7.077	90.392	(1.529)
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	15.271	-	543	(543)	15.271	543
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	85.722	(975)	5.424	765	90.936	4.449
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	73.787	(1.043)	10.311	(6.183)	76.872	9.268
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	227.572	(1.115)	405	521	227.382	(711)
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	15.510	(3.125)	98	-	12.483	(3.027)
Demais Máquinas e Equipamentos	98.978	(1.389)	15.695	60.193	173.477	14.306

A composição do intangível é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassificação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição	33.409	-	-	1.685	(139)	34.954	1.685	(23.210)	11.745	10.824
Serviços	5.871	-	-	1.528	-	7.399	1.528	-	7.399	5.871
Softwares	16.525	-	-	94	(139)	16.480	94	(16.227)	253	447
Outros	11.013	-	-	63	-	11.076	63	(6.983)	4.093	4.507
Administração	85.793	-	(1.476)	4.185	139	88.641	2.709	(81.403)	7.238	6.818
Softwares	84.251	-	(1.476)	4.185	139	87.099	2.709	(80.438)	6.662	6.057
Outros	1.542	-	-	-	-	1.542	-	(966)	576	761
Subtotal	119.202	-	(1.476)	5.870	-	123.596	4.394	(104.613)	18.983	17.642
Ativo Intangível em Curso										
Distribuição	12.865	9.815	-	(1.559)	129	21.250	8.256	-	21.250	12.865
Serviços	12.501	9.830	-	(1.528)	-	20.802	8.302	-	20.802	12.501
Outros	364	(14)	-	(31)	129	448	(46)	-	448	364
Administração	10.148	1.663	-	(4.248)	(129)	7.434	(2.585)	-	7.434	10.148
Outros	10.148	1.663	-	(4.248)	(129)	7.434	(2.585)	-	7.434	10.148
Subtotal	23.013	11.478	-	(5.807)	-	28.684	5.671	-	28.684	23.013
Total do Ativo Intangível	142.215	11.478	(1.476)	63	-	152.279	10.065	(104.613)	47.667	40.655

As principais taxas anuais de depreciação/amortização por macro atividade, de acordo com a Resolução da ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação (%)	
Distribuição	
Chave Seccionador, Tensão Igual ou Superior a 69kV	3,33%
Chave Seccionador, Tensão Inferior a 69kV	6,67%
Condutor Classe de Tensão Igual ou Superior a 69kV	2,70%
Condutor Classe de Tensão Inferior a 69kV	3,57%
Estrutura Poste	3,57%
Estrutura Torre	2,70%
Medidor Eletromecânico	4,00%
Medidor Eletrônico	7,69%
Painel, Mesa de Comando e Cubículo	3,57%
Regulador de Tensão, Igual ou Superior a 69kV	3,45%
Regulador de Tensão, Inferior 69kV	4,35%
Religador	4,00%
Transformador de Distribuição	4,00%
Transformador de Força	2,86%
Administração central	
Software	20,00%
Equipamento Geral de Informática	16,67%
Equipamento Geral	6,25%
Veículos	14,29%
Edificações - Outras	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

13. FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Encargos de Uso da Rede Elétrica	35.966	28.137
Encargos de Conexão	806	748
Suprimento de Energia Elétrica	62.861	61.628
Materiais e serviços	45.128	32.760
Outros	2.367	2.094
Total	147.129	125.368

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

14.1 Abertura de Endividamento Total:

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de	Principal	Principal +	Saldo	Adim-	Data Captação	Tipo de	Indexador	Spread	Data Próximo	Frequência	Data Próxima	Vencimento	Frequência	Sistemática	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						Total
	Curto Prazo	Curto Prazo	Juros LP	Total	plante?	/ Repactuação	Garantia	ou Juros	% a.a.	Pgto Juros	Pgto Juros	Amortização	Final	de Amortiz.	Amortização	2025	2026	2027	2028	2029	2030+	
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	7.319	40.123	538.666	586.108												125.373	192.440	-	-	-	-	538.666
Lei 4131 - The Bank of Nova Scotia	586	40.721	40.721	82.028	Sim	28/02/2020	Aval/Fiança	US\$	2,07%	28/02/2024	Semestral	28/02/2024	28/02/2025	Amortização: 03 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2023	Outro, especif. no cronograma	40.721	-	-	-	-	-	40.721
Lei 4131 - The Bank of Nova Scotia	654	-	130.946	131.600	Sim	24/09/2021	Aval/Fiança	US\$	1,85%	25/03/2024	Semestral	24/09/2026	24/09/2026	Amortização: Parcela única em setembro de 2026	Bullet (final)	-	130.946	-	-	-	-	130.946
Lei 4131 - Sumitomo	714	-	84.651	85.365	Sim	11/03/2022	Aval/Fiança	US\$	2,74%	11/03/2024	Semestral	11/03/2025	11/03/2025	Amortização: Parcela única em março de 2025	Bullet (final)	84.651	-	-	-	-	-	84.651
Lei 4131 - The Bank of Nova Scotia	1.337	-	74.253	75.590	Sim	24/02/2023	Aval/Fiança	US\$	5,91%	26/02/2024	Semestral	24/02/2026	24/02/2026	Amortização: Parcela única em fevereiro de 2026	Bullet (final)	-	74.253	-	-	-	-	74.253
Lei 4131 - BNP Paribas	2.471	-	80.673	83.144	Sim	14/04/2023	Aval/Fiança	Euro	4,22%	28/03/2024	Semestral	31/03/2025	31/03/2025	Amortização: Parcela única em março de 2025	Bullet (final)	80.673	-	-	-	-	-	80.673
Lei 4131 - The Bank of Nova Scotia	1.558	-	145.239	146.797	Sim	10/04/2023	Aval/Fiança	US\$	5,07%	10/04/2024	Semestral	10/12/2025	10/12/2025	Amortização: Parcela única em dezembro de 2025	Bullet (final)	145.239	-	-	-	-	-	145.239
Marcação a mercado	-	(598)	(17.817)	(18.415)	Sim	31/12/2023	Não há	Outro, especificar em obs.	0,00%	31/01/2024	N.A.	31/01/2024	24/09/2026	-	Outro, especif. no cronograma	(5.058)	(12.759)	-	-	-	-	(17.817)
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	1.606	136.002	346.379	483.987												40.328	40.533	40.673	29.071	17.025	178.749	346.379
3ª Emissão de Debênture - CPJG13	1.005	95.000	-	96.005	Sim	07/06/2019	Aval/Fiança	TJLP	107,00%	28/05/2024	Semestral	28/05/2024	28/05/2024	Amortização: 2 parcelas anuais a partir de Maio de 2023	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	-	-
BNDES- FNEM 18/19	178	23.594	82.579	106.351	Sim	28/12/2018	Aval/Fiança	Pré	4,80%	15/01/2024	Mensal	15/01/2024	16/06/2028	Indexador: TLP. Durante o período de carência: pagamento de Juros- trimestral	SAC	23.594	23.594	23.594	11.797	-	-	82.579
BNDES- FNEM 20/21	424	17.337	265.827	283.587	Sim	05/06/2020	Aval/Fiança	Selic	4,27%	15/01/2024	Trimestral	15/01/2024	15/04/2040	Amortização: Mensal após Julho de 2023	Outro, especificar em obs.	17.337	17.337	17.337	17.337	17.337	179.144	265.827
Arrendamento mercantil	-	549	296	845	Sim	31/12/2023	Não há	Outro, especificar em obs.	0,00%	31/01/2024	N.A.	31/01/2024	30/05/2026	-	Outro, especif. no cronograma	241	55	-	-	-	-	296
Gastos com captação de empréstimos	-	(453)	(2.323)	(2.776)	Sim	31/12/2023	Não há	Outro, especificar em obs.	0,00%	31/01/2024	N.A.	31/01/2024	15/04/2040	-	Outro, especif. no cronograma	(844)	(453)	(258)	(62)	(312)	(395)	(2.323)
Gastos com captação de debêntures	-	(25)	-	(25)	Sim	31/12/2023	Não há	Outro, especificar em obs.	0,00%	31/01/2024	N.A.	31/01/2024	28/05/2024	-	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	-	-
Total por Dívida:	8.925	176.125	885.045	1.070.095																		
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	7.319	40.123	538.666	586.108																		
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	1.606	136.002	346.379	483.987																		

14.2 Abertura dos Ativos Financeiros:

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal	Principal +	Saldo	Indexador	Spread	Data Próximo	Frequência	Data Próxima	Vencimento	Frequência	Sistemática	Cronograma de Amortização	
	Curto Prazo	Juros LP	Total	ou Juros	% a.a.	Pgto Juros	Pgto Juros	Amortização	Final	de Amortiz.	Amortização	2025	Total
Ativos Financeiros	94.784	3.438	98.222									3.438	3.438
Caixa e Equivalentes de Caixa (1101)	70.311	-	70.311										
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	22.772	-	22.772										
SWAP VINCULADO À DÍVIDA Scotiabank	1.701	3.438	5.139	CDI	100%CDI+0,8%	28/02/2024	Semestral	28/02/2025	28/02/2025	Amortização: 03 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2023	Outro, especif. no cronograma	3.438	3.438

14.3 Abertura dos Instrumentos Financeiros Derivativos:

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição / Contraparte	Data Início	Venci- mento	Custo Ponta Ativa	Custo Pon- ta Passiva	Valor Contratado	Valor Justo (*)
Swap - Lei 4131	Bank of N. Scotia	fev-20	fev-25	USD+2,437% a.a.	100%CDI+0,8%	72.000	5.139
Swap - Lei 4131	Bank of N. Scotia	set-21	set-21	USD+2,18% a.a.	100%CDI+1,29%	142.000	(27.317)
Swap - Lei 4131	Sumitomo	mar-22	mar-22	USD+3,1257%	100%CDI+1,25%	89.000	(10.444)
Swap - Lei 4131	Bank of N. Scotia	fev-23	fev-23	USD+5,91%	100%CDI+1,33%	80.000	(8.264)
Swap - Lei 4131	BNP Paribas	abr-23	abr-23	EUR+4,2245%	100%CDI+1,10%	81.564	(5.964)
Swap - Lei 4131	Bank of N. Scotia	abr-23	abr-23	USD+5,0683%	100%CDI+1,20%	152.049	(10.923)
Total						616.613	(57.773)

(*) positivo derivativo Ativo, negativo derivativo Passivo

14.4 Composição do Endividamento e Dívida Líquida:

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	31/12/2023	31/12/2022
(+) Dívida Bruta	8.925	239.037	885.045	1.133.007	958.549
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	7.319	40.123	538.666	586.108	335.562
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	1.606	136.002	346.379	483.987	593.261
Derivativos a Pagar	-	62.912	-	62.912	29.726
(-) Ativos Financeiros	-	(94.784)	(3.438)	(98.222)	(94.813)
Alta Liquidez	-	(70.311)	-	(70.311)	(75.219)
Demais Aplicações Financeiras	-	(22.772)	-	(22.772)	(5.277)
Derivativos a Receber	-	(1.701)	(3.438)	(5.139)	(14.317)
(+) Dívida Líquida	8.925	144.253	881.607	1.034.785	863.736

14.5 Movimentação dos Empréstimos e financiamentos:

Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	403.269	-	(31.805)	35.906	-	(17.432)	389.938
Gastos com captação	(3.229)	-	-	453	-	-	(2.776)
Total moeda nacional	400.040	-	(31.805)	36.359	-	(17.432)	387.162
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	366.420	232.049	(43.705)	15.326	(35.834)	(12.877)	521.379
Euro	-	81.564	-	2.471	(891)	-	83.144
Marcação a mercado	(30.858)	-	-	12.443	-	-	(18.415)
Total moeda estrangeira	335.562	313.613	(43.705)	30.240	(36.725)	(12.877)	586.108
Arrendamento	812	347	(27)	(287)	-	-	845
Total	736.414	313.960	(75.536)	66.312	(36.725)	(30.309)	974.115
Circulante	77.955						89.071
Não circulante	658.459						885.045

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	352.672	48.945	(22.133)	41.305	-	(17.519)	403.269
Gastos com captação	(3.682)	-	-	453	-	-	(3.229)
Total moeda nacional	348.990	48.945	(22.133)	41.758	-	(17.519)	400.040
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	333.092	89.000	(35.725)	7.386	(20.504)	(6.829)	366.420
Euro	134.433	-	(118.278)	190	(16.103)	(241)	-
Marcação a mercado	(14.194)	-	-	(16.664)	-	-	(30.858)
Total moeda estrangeira	453.329	89.000	(154.002)	(9.088)	(36.607)	(7.071)	335.562
Arrendamento	-	812	-	-	-	-	812
Total	802.319	138.757	(176.135)	32.670	(36.607)	(24.589)	736.414
Circulante	194.856						77.955
Não circulante	607.463						658.459

14.6 Condições restritivas dos empréstimos e financiamentos:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"). Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso, com base nas demonstrações financeiras societárias. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras societária da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras societárias consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia para fins de apuração de covenants leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

14.7 Movimentações das Debêntures:

Modalidade	Saldo em 31/12/2022	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	192.494	(95.000)	18.326	(19.815)	96.005
Gastos com captação (*)	(84)	-	59	-	(25)
Total ao custo	192.409	(95.000)	18.386	(19.815)	95.980
Total	192.409	(95.000)	18.386	(19.815)	95.980
Circulante	97.434				95.980
Não circulante	94.975				-

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Mensuradas ao custo				
Pós fixado				
CDI	191.613	24.434	(23.553)	192.494
Gastos com captação (*)	(143)	59	-	(84)
Total ao custo	191.470	24.494	(23.553)	192.409
Total	191.470	24.494	(23.553)	192.409
Circulante	1.613			97.434
Não circulante	189.857			94.975

14.8 Condições restritivas das debêntures:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso, com base nas demonstrações financeiras societárias. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras societárias consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

15. ENCARGOS SETORIAIS

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	184	174	-	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	5.478	2.011	-	-
Bandeiras tarifárias e outros	3	3	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	6.717	7.635	2.327	2.339
Recurso a serem recolhidos à CDE - P&D	1.744	1.090	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	6.321	13.824	2.346	673
Recurso a serem recolhidos à CDE - PEE	491	276	-	-
EPE / FNDCT	(260)	274	-	-
Total	20.678	25.287	4.673	3.012

Programas de eficiência energética – PEE e Pesquisa e desenvolvimento – P&D: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente, a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária.

16. TRIBUTOS

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	25.506	8.606
Programa de integração social - PIS	1.452	1.157
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	6.722	5.378
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	18.681	775
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	6.827	185
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	1.121	3.000
Outros	3.021	2.368
Total	63.329	21.468
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a pagar	139	139
Total	139	139

Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS: a redução em 2022 deve-se principalmente às alterações trazidas pela Lei Complementar nº 194/2022, que foram: redução da alíquota de ICMS sobre energia elétrica e não incidência do ICMS sobre determinados itens do faturamento. Adicionalmente, o saldo a pagar também foi reduzido em razão da liberação pela Sefaz/SP de créditos acumulados de ICMS (artigos 73 e seguintes do RICMS). Em 09 de fevereiro de 2023, a liminar cautelar nº 7.195 determinou a suspensão da não incidência do ICMS sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica, que passaram a ser tributados novamente a partir de 18 de fevereiro de 2023.

17. PROVISÃO PARA LITÍGIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

A movimentação das provisões para litígios está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Trabalhistas	13.519	3.204	(348)	(3.726)	2.548	15.195
Cíveis	800	4.382	(300)	(3.200)	63	1.745
Fiscais	22.654	579	(243)	(5.503)	2.307	19.795
Regulatório	556	2.430	-	-	72	3.058
Total	37.528	10.596	(891)	(12.430)	4.991	39.794

As provisões para litígios trabalhistas, cíveis fiscais e regulatórios foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a) **Trabalhistas:** as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- b) **Cíveis:** as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- c) **Fiscais:** refere-se à ação judicial visando a dedutibilidade fiscal da CSLL no cálculo do IRPJ, e outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo PIS e COFINS.
- d) **Regulatórios:** refere-se principalmente a fiscalizações do órgão regulador.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis estavam assim representadas:

	31/12/2023	31/12/2022	Principais causas:
Trabalhistas	6.262	7.151	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	21.325	19.399	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos
Fiscais	97.379	94.198	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - outros	57.257	50.271	INSS, ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	4.327	526	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	186.550	171.544	

18. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Consumidores e concessionárias	17.717	13.172	-	-
Fundo de reversão	185	185	2.471	2.656
Adiantamentos	402	11.554	200	372
Juros sobre empréstimo compulsório	-	346	-	-
Convênios de arrecadação	4.304	3.956	-	-
Outros	3.118	2.332	1.842	1.729
Total	25.726	31.545	4.513	4.757

Consumidores e concessionárias: referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos.

Fundo de reversão: refere-se a recursos derivados da reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/1957), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorreria de acordo com determinações do poder concedente. Através do Decreto Lei nº 9.022/2017 foi determinado que mensalmente, a Companhia a partir de janeiro de 2018, deveria amortizar integralmente os débitos com o fundo até dezembro de 2026.

Adiantamentos: referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

Convênios de arrecadação: referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

19. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (B)	Reavaliação	Outros	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas (A)+(B)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023
Em serviço	383.782	326	-	17.888	(291)	-	401.705	18.214	(214.106)	187.599
Participação da União, Estados e Municípios	3.199	-	-	-	-	3.968	7.167	-	(3.995)	3.172
Participação Financeira do Consumidor	292.332	-	-	5.923	(291)	(64.569)	233.395	5.923	(154.661)	78.735
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	67.741	-	-	10.318	-	53.092	131.151	10.318	(45.883)	85.269
Pesquisa e Desenvolvimento	315	326	-	-	-	-	641	326	(128)	513
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	1.647	-	-	1.647	1.647	(22)	1.626
Outros	20.195	-	-	-	-	7.509	27.704	-	(9.418)	18.286
Ultrapassagem de demanda	7.100	-	-	-	-	7.509	14.609	-	(3.293)	11.316
Excedente de reativos	13.095	-	-	-	-	-	13.095	-	(6.125)	6.970
(-) Amortização Acumulada - AIS	(203.745)	(10.361)	-	-	-	-	(214.106)	(10.361)		
Participação da União, Estados e Municípios	(1.418)	(173)	-	-	-	(2.404)	(3.995)	(173)		
Participação Financeira do Consumidor	(180.755)	(6.056)	-	-	-	32.150	(154.661)	(6.056)		
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(15.953)	(3.233)	-	-	-	(26.697)	(45.883)	(3.233)		
Pesquisa e Desenvolvimento	(97)	(31)	-	-	-	-	(128)	(31)		
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	(22)	-	-	-	-	(22)	(22)		
Outros	(5.523)	(847)	-	-	-	(3.048)	(9.418)	(847)		
Ultrapassagem de demanda	(1.930)	(296)	-	-	-	(1.067)	(3.293)	(296)		
Excedente de reativos	(3.594)	(550)	-	-	-	(1.981)	(6.125)	(550)		
Em curso	12.334	16.843	-	(17.888)	-	-	11.289	(1.045)		11.289
Participação da União, Estados e Municípios	107	-	-	-	-	-	107	-		107
Participação Financeira do Consumidor	4.933	1.251	-	(3.838)	-	-	2.346	(2.587)		2.346
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	11.378	-	(10.318)	-	-	1.060	1.060		1.060
Pesquisa e Desenvolvimento	289	-	-	-	-	-	289	-		289
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	1.647	-	-	(1.647)	-	-	-	(1.647)		-
Valores Pendentes de Recebimento	5.358	4.214	-	(2.085)	-	-	7.486	2.129		7.486
Total	192.371	6.808	-	-	(291)	-	198.888	6.808	(214.106)	198.888

O saldo da reavaliação regulatória das obrigações especiais, bem como a taxa média de amortização são conforme o quadro abaixo:

Obrigações Especiais 2023	31/12/2023			
	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
Em serviço	3,90%	222.809	178.896	401.705
Participação da União, Estados e Municípios		3.199	3.968	7.167
Participação Financeira do Consumidor		119.068	114.328	233.395
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		78.059	53.092	131.151
Pesquisa e Desenvolvimento		641	-	641
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		1.647	-	1.647
Outros		20.195	7.509	27.704
Ultrapassagem de demanda		7.068	2.628	9.696
Excedente de reativos		13.127	4.881	18.008
(-) Amortização Acumulada		(92.337)	(121.769)	(214.106)
Participação da União, Estados e Municípios		(1.540)	(2.455)	(3.995)
Participação Financeira do Consumidor		(65.833)	(88.827)	(154.661)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(18.538)	(27.345)	(45.883)
Pesquisa e Desenvolvimento		(128)	-	(128)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		(22)	-	(22)
Outros		(6.276)	(3.142)	(9.418)
Ultrapassagem de demanda		(2.197)	(1.100)	(3.296)
Excedente de reativos		(4.080)	(2.042)	(6.122)
Total		130.472	57.127	187.599

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	359.058.396	359.058.396	100,00
Total	359.058.396	359.058.396	100,00

20.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2023, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 3,43 vezes o EBITDA em 2023 (3,01 vezes em 2022), no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

20.2 Aumento de Capital

Através da AGE de 26 de abril de 2023 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 48.343, sendo R\$ 34.083 decorrente de Reserva Legal e R\$ 14.260 decorrente de Reserva estatutária de reforço de capital de giro apurados no exercício de 2022 sem emissão de novas ações.

20.3 Dividendos e Juros sobre o capital próprio ("JCP")

Através da AGO de 26 de abril de 2023 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2022, através de (i) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 20.000 declarado em dezembro de 2022 e (ii) dividendo mínimo obrigatório de R\$ 8.852.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2023:

- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 30.000 (R\$ 25.500 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023, aprovado em AGE de março, junho, setembro e dezembro 2023;

No exercício de 2023, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 38.432 referente a dividendos e juros sobre capital próprio.

20.4 Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 261.528, que compreende:

- reserva legal de R\$ 5.117; constituição de R\$ 5.117 em 2023 para resultar no total de reserva, considerando reserva de capital e reserva legal, correspondente ao limite de 30% do capital social.
- reserva estatutária de reforço de capital de giro R\$ 186.604 devido ao elevado plano de investimento da Companhia para potenciais novos negócios, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 28.701 à Reserva estatutária - reforço de capital de giro.
- reserva de lucros a realizar R\$ 8.954: parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar.

Eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações na reserva poderão ser realizadas durante o exercício de 2023, mediante aprovação da Administração.

20.5 Outros resultados abrangentes

Refere-se a reserva de reavaliação no montante de R\$ 174.067 (R\$ 192.082 em 31 de dezembro de 2022), líquido de imposto de renda e contribuição social, correspondente aos efeitos registrados relativos ao reconhecimento da base de remuneração regulatória de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010.

20.6 Destinação do lucro líquido societário do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido societário do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2023
Lucro líquido societário do exercício	102.347
Realização da reserva de correção monetária especial "CME"	15
Lucro líquido societário - base para destinação	102.362
Reserva Legal	(5.117)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(28.701)
Reserva de lucros a realizar	(4.724)
Outras destinações - proposta de aumento de capital	(33.820)
Juros sobre capital próprio - AGE de 31/03/2023, 30/06/2023, 29/09/2023 e 29/12/2023	(30.000)

21. RECEITA

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Fornecimento - Faturado	504.020	496.437	1.977.964	1.982.233	557.875	710.198
Residencial	448.798	441.765	947.605	893.711	270.683	325.953
Industrial	3.022	2.957	194.182	214.644	61.439	87.281
Comercial	26.453	26.098	289.827	295.938	89.946	118.103
Rural	20.011	20.109	248.974	279.340	62.215	83.360
Poder público	4.420	4.224	71.007	65.198	20.681	24.199
Iluminação pública	563	550	121.173	122.910	20.249	28.065
Serviço público	753	734	105.196	110.493	32.663	43.237
Consumo próprio	111	110	1.709	1.694	-	-
Suprimento Faturado/ Energia de curto prazo			106.745	296.981	21.950	47.079
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado					1.157.676	940.543
Consumidores Cativos					863.505	709.107
Consumidores Livres					294.171	231.435
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					16.866	(1.692)
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais					79.567	10.109
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					78.184	(171.095)
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					(46.788)	65.565
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.					48.171	115.638
Outras Receitas Vinculadas					117.689	100.879
Serviços Cobráveis					1.561	1.456
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					116.128	99.422
Total	504.131	496.547	2.086.418	2.280.909	1.951.623	1.807.116

21.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos:

No procedimento de regulação tarifária ("PRORET"), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN da ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, essa obrigação especial passou a ser amortizada. Os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser constituídos em ativos e passivos financeiros setoriais, homologados em revisão tarifária periódica e amortizados até a próxima revisão tarifária periódica, e assim sucessivamente conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos gerais do PRORET.

Em função da renovação da concessão em 2015, os valores constituídos a partir de março de 2017 passaram a ser amortizados conforme os demais itens da tarifa da conta de ativos e passivos financeiros setoriais, ou seja, no momento da homologação do RTA, conforme orientação do Ofício Circular nº 112/2017-SFF/ANEEL e do submódulo 2.1 A Procedimentos gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) obrigações especiais e estão sendo amortizadas e apresentadas líquidas no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25 e (ii) passivos financeiros setoriais os quais estão sendo amortizados e apresentados líquido na receita operacional líquida.

21.2 Revisão Tarifária Periódica ("RTP") e Reajuste Tarifário Anual ("RTA"):

Em março de cada ano, através de Resolução Homologatória ("REH"), a ANEEL reajusta a tarifa da Companhia, de 22 de março até 21 de março do ano subsequente. Os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram:

Em 2023 através da REH nº 3.178, relatório ao RTA a ANEEL fixou o reajuste médio em 5,65%, sendo 4,41% referente ao reajuste tarifário econômico, 1,23% relativo aos componentes financeiros pertinentes e 9,02% o efeito médio total a ser percebido pelos consumidores.

Em 2022 através da REH nº 3.017, relativo ao RTA a ANEEL fixou o reajuste médio de +7,82%, sendo +8,14% referente ao reajuste tarifário econômico, -0,31% relativo aos componentes financeiros pertinentes e 8,83% o

efeito médio total a ser percebido pelos consumidores.

21.3 Aporte CDE - Baixa renda e demais subsídios tarifários:

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2023, foi registrada receita de R\$ 116.128 (R\$ 99.318 em 2022), sendo (i) R\$ 13.881 (R\$ 13.963 em 2022) referentes à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 87.287 (R\$ 72.225 em 2022) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 10.928 de subvenção CCRBT (R\$ 13.130 em 2022) e (iv) R\$ 4.032 de custeio temporário dos componentes tarifárias não associadas ao custo da energia e não remuneradas pelo consumidor-gerador, incidentes sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica ("SCEE") conforme institui a Lei nº 14.300 de 6 de janeiro de 2022.

21.4 Conta de desenvolvimento energético ("CDE"):

A ANEEL, por meio da REH nº 3.165, de 13 de dezembro de 2022, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO, relativas às competências de janeiro a março de 2023.

A REH nº 175, de 07 de março de 2023, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2023 e as quotas da CDE-GD, criada pela Lei nº 14.300 de 2022, cujos valores foram pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2023.

A CDE Conta-Covid foi criada pela REN nº 885, de 23 de junho de 2020 com as quotas homologadas pelo Despacho nº 181 de 26 de janeiro de 2021, com retificação por meio do Despacho nº 939 de 05 de abril de 2021, cujos valores são pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2021 até 2026.

A CDE Escassez Hídrica, criada pela REN nº 1.008 de 15 de março de 2022, cujas quotas foram homologadas por meio do Despacho nº 510 de 24 de janeiro de 2023, sendo os valores pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário de 2023.

21.5 Suspensão da não incidência de ICMS nas tarifas de energia elétrica:

Em 23 de junho de 2022 foi publicada a Lei Complementar nº 194, que determinou a redução das alíquotas do ICMS sobre energia elétrica pelos Estados, bem como reduziu a base de cálculo do tributo. Nesse contexto, a Companhia realizou a análise das normas e legislações estaduais sobre o tema de forma a refletir o melhor entendimento da nova determinação em seus sistemas de faturamento.

Em 09 de fevereiro de 2023, a liminar cautelar nº 7.195 determinou a suspensão da não incidência do ICMS sobre serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica, que passaram a ser tributados novamente, a partir de 18 de fevereiro de 2023.

22. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS DA PARCELA A

	MWh		R\$ mil	
	2023	2022	2023	2022
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	501.236	504.175	108.231	146.920
PROINFA	46.036	47.673	21.374	28.035
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	1.906.369	2.034.192	362.531	369.272
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(45.083)	(50.242)
Subtotal	2.453.641	2.586.039	447.053	493.985
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			254.579	202.422
Encargos de transporte de itaipu			18.417	14.040
Encargos de conexão			7.463	8.448
Encargos de uso do sistema de distribuição			17.495	15.286
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			7.740	22.986
Encargos de energia de reserva - EER			49.151	35.021
Crédito de PIS e COFINS			(32.820)	(27.581)
Subtotal			322.025	270.622
Total			769.078	764.607

(*) Conta de Energia de Reserva

23. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2023	2022
<u>Pessoal</u>		
Remuneração	42.188	34.404
Encargos	11.710	9.425
Previdência privada - Corrente	838	588
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	10	10
Despesas rescisórias	573	1.304
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	7.369	5.426
Outros benefícios - Corrente	14.408	11.431
Estagiários e Programas de Iniciação ao Trabalho	174	80
Outros	363	828
Subtotal	77.632	63.495
<u>Administradores</u>		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	1.865	2.003
Benefícios dos administradores	1.348	756
Subtotal	3.213	2.758
Total	80.845	66.253

24. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
<u>Receitas</u>		
Rendas de aplicações financeiras	19.725	11.142
Acréscimos e multas moratórias	15.268	17.143
Atualização de créditos fiscais	2.442	7.704
Atualização de depósitos judiciais	1.468	1.381
Atualizações monetárias e cambiais	41.264	41.636
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	775	731
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	5.606	18.024
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.538)	(3.029)
Outros	2.964	3.987
Total	87.974	98.718
<u>Despesas</u>		
Encargos de dívidas	(55.925)	(51.088)
Atualizações monetárias e cambiais	(117.976)	(101.549)
(-) Juros capitalizados	3.257	1.779
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(3.701)	(5.175)
Outros	(4.900)	(10.663)
Total	(179.245)	(166.696)
Resultado Financeiro	(91.271)	(67.978)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,38% a.a. em 2023 (7,13% a.a. em 2022) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 82.069 (R\$ 91.113 em 2022) (nota 28).

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.: Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.
- ESC Energia S.A.: Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A..

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Imobilizado, intangível, materiais e prestação de serviços:** refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos:** a Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2023, conforme requerido pelo CPC 05 (R1) – Partes Relacionadas foi de R\$ 3.798 (R\$ 3.327 em 2022). Este valor é composto por R\$ 3.358 (R\$ 2.990 em 2022) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 30 (R\$ 18 em 2022) de benefícios pós-emprego e R\$ 411 (R\$ 319 em 2022) de outros benefícios de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	2023	2022
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	660	323	1.754	1.300	-	-	17.176	11.423
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	1	-	848	326	248	302	255	234
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	12.920	25.852	-	-	-	-
Imobilizado, ativo contratual, materiais e prestação de serviço								
Entidades sob o controle da CPFL Energia (*)	49.905	43.007	7.216	5.528	6	7	23.129	21.976
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	44	26	329	3.505	2.552	1.856	4.653	34.151
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	-	-	138	90	-	-	899	818
Encargos - Rede básica								
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	-	-	-	-	19.721	17.786
Outras operações financeiras								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	13	-	1.944	2.312	6	-	-	-
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	(663)	254	117

(*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como Ativo contratual da Companhia o montante de R\$ 49.786 no exercício de 2023 (R\$ 42.865 em 2022), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

26. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2023
Ativo imobilizado	Riscos nomeados	133.000
Transporte	Transporte nacional	67.844
Responsabilidade civil	Geral e Riscos Ambientais	50.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	62.137
Garantia	Seguro Garantia	58.596
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
Total		521.577

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil, são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

27. GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria

Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de riscos propostos.
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los; e
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;
- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados;
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento; e
- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos da Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Identificar e documentar os riscos aos quais a Companhia está exposta;
- Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;
- Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da Companhia;
- Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e
- Avaliar o ambiente de controles internos da Companhia e interagir com os respectivos gestores dos negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 28. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 28.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Ao longo de 2023, observa-se continuidade do cenário hidrológico favorável ocorrido em 2022, e os principais reservatórios seguem em níveis confortáveis.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em

relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de *software* Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

				31/12/2023	
	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	70.311	70.311
Instrumentos financeiros derivativos	28	(a)	Nível 2	5.139	5.139
Total				75.450	75.450
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(b)	Nível 2 (***)	388.007	388.007
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	14	(a)	Nível 2	586.108	586.108
Debêntures - principal e encargos	14	(b)	Nível 2 (***)	95.980	95.991
Instrumentos financeiros derivativos	28	(a)	Nível 2	62.912	62.912
Total				1.133.007	1.133.018

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda R\$ 12.443 em 2023 (um ganho R\$ 16.664 em 2022).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1).

Legenda

Categoria/Mensuração

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurado ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações contábeis regulatórias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) investimentos temporários; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) encargos setoriais; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários – CDE, (vii) passivo financeiro setorial e (viii) fundo de reversão.

Adicionalmente, não houve em 2023 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moody's ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros, sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)				Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos (*)					
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	5.139	(56.948)	(51.809)	(32.041)	(19.768)	US\$ + de 1,85% a 5,91%	CDI + 0,8% a CDI + 1,33%	fev/24 a set/26	535.049
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(5.964)	(5.964)	(6.043)	79	EUR + de 4,22%	CDI + 1,10%	mar/23	81.564
	5.139	(62.912)	(57.773)	(38.084)	(19.689)				
Total	5.139	(62.912)	(57.773)	(38.084)	(19.689)				
Circulante	1.701	-							
Não circulante	3.438	(62.912)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas vide nota 14.

(*) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2022	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2023
Para dívidas designadas a valor justo	13.569	(91.358)	39.705	(38.084)
Marcação a mercado (*)	(28.978)	9.289	-	(19.689)
Total	(15.409)	(82.069)	39.705	(57.773)
Ativo circulante	-			1.701
Ativo não circulante	14.317			3.438
Passivo não circulante	(29.726)			(62.912)

(*) O efeito no resultado e resultado abrangente refere-se ao ajuste ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

A Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se

tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2023 e 2022, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados no resultado financeiro com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente
	2023	2022	2022
Variação cambial	(91.358)	(72.935)	-
Marcação a mercado	9.289	(18.178)	84
Total	(82.069)	(91.113)	84

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2023 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(502.377)	baixa dolar	(20.899)	109.920	240.739
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	514.071		21.385	(112.479)	(246.343)
	11.693		487	(2.558)	(5.603)
Instrumentos financeiros passivos	(83.731)	baixa euro	(4.312)	17.698	39.709
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	84.737		4.364	(17.911)	(40.186)
	1.006		52	(213)	(477)
Total	12.699		539	(2.771)	(6.080)
Efeitos no resultado do exercício			539	(2.771)	(6.080)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2023 foi de R\$ 4,84 para o dólar e R\$ 5,38 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 5,04 e R\$ 5,66 e a depreciação cambial de 4,16% e 5,15%, do dólar e do euro respectivamente em 31.12.2023.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão

Em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo, o risco é a baixa do dólar e do euro, portanto o câmbio foi apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2023 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Cenário provável	Receita (despesa)	
						Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	82.044				8.295	10.368	12.442
Instrumentos financeiros passivos	(96.005)				(9.706)	(12.133)	(14.559)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(656.581)				(66.380)	(82.975)	(99.571)
	(670.542)	alta CDI	11,65%	10,11%	(67.791)	(84.740)	(101.688)
Instrumentos financeiros passivos	(389.938)				(13.609)	(17.011)	(20.413)
	(389.938)	alta IPCA	4,62%	3,49%	(13.609)	(17.011)	(20.413)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(11.490)				(1.162)	(1.452)	(1.742)
	(11.490)	alta SELIC	11,65%	10,11%	(1.162)	(1.452)	(1.742)
Total	(1.071.971)				(82.562)	(103.203)	(123.844)
Efeitos no resultado do exercício					(82.562)	(103.203)	(123.844)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa, equivalentes de caixa e investimentos temporários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys, Fitch, e em caso de mais de uma, é considerado o menor *rating* entre elas (nota 28b). A Administração não identificou para os exercícios de 2023 e 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2023	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	13	141.445	5.684	-	-	-	-	147.129
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	4.827	85.106	90.087	470.995	309.535	290.355	1.250.905
Derivativos	28	-	-	-	62.912	-	-	62.912
Debêntures - principal e encargos	14	-	-	100.123	-	-	-	100.123
Encargos Setoriais	15	5.665	-	-	-	-	-	5.665
Consumidores e concessionárias	18	4.456	13.261	-	-	-	-	17.717
EPE / FNDCT / PROCEL	15	-	-	3.099	-	-	-	3.099
Convênio de arrecadação	18	-	4.304	-	-	-	-	4.304
Fundo de reversão	18	15	31	139	369	369	1.733	2.656
Total		156.409	108.385	193.446	534.276	309.904	292.088	1.594.509

29. COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

Nos exercícios de 2023 e 2022, a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

	2023		2022	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Compra	17.857	1.437	15.542	9.046
Compra estimada (*)	29.748	2.773	-	-
Total	47.605	4.210	15.542	9.046
	2023		2022	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Venda	53.362	4.025	162.493	23.722
Venda estimada (*)	-	-	59.756	3.328
Total	53.362	4.025	222.249	27.050

(*) Como a CCEE tem um prazo de sessenta dias para disponibilização das informações relativas ao período de 1º de novembro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 (período de 1º de novembro de 2022 a 31 de dezembro de 2022), os valores foram estimados pela Companhia, com base em seus controles mantidos para essas operações.

30. REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

30.1 Revisão Tarifária Periódica

Entre 4 de dezembro de 2020 e 21 de janeiro de 2021, a ANEEL instaurou a Consulta Pública – CP 076/2020 e submeteu a Audiência Pública 012/2020 a proposta referente à Revisão Tarifária Periódica da CPFL Santa Cruz de 2021.

Em 11 de março de 2021, a concessionária apresentou por meio da Carta nº 016/RR/CPFL SANTA CRUZ/2021, a proposta com: (i) diferimento tarifário, por meio de componente financeiro negativo, no valor de R\$ 45.559 e (ii) inclusão de item financeiro extraordinário Documento SIC 48513.006627/2021-00 referente à devolução de créditos fiscais associados ao excesso de tributo decorrente da indevida inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, no total de R\$ 20.241, resultando no impacto tarifário médio para o consumidor nesse processo de 9,95%.

Após análise das contribuições recebidas da Consulta Pública – CP 076/2020, da Audiência Pública nº 012/2020, da proposta feita pela concessionária e com base no laudo de avaliação da base de remuneração regulatória e nos demais componentes da tarifa atualizados de acordo com a metodologia vigente dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, em 16 de março de 2021, foi homologado, por meio da Resolução Homologativa nº 2.837 os resultados da Revisão Tarifária Periódica da CPFL Santa Cruz de 2021.

Assim, foram homologadas as novas tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Outorgada, cujos reajustes médios são:

Descrição	CPFL Santa Cruz
Resolução	2837/2021
Percepção dos consumidores/usuários/agentes supridos	9,95%
Percepção dos consumidores conectados na Alta Tensão	18,27%
Percepção para os consumidores conectados na Baixa Tensão	5,38%

30.2 Composição da Base de Remuneração Regulatória

A Base de Remuneração Regulatória – BRR corresponde ao conjunto dos ativos das concessionárias em operação, vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, avaliados periodicamente a cada Ciclo de Revisão Tarifária Periódica – CRTP, observando-se as seguintes diretrizes:

- Base Blindada é composta pelos valores aprovados no laudo de avaliação do ciclo tarifário anterior, ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- Base Incremental corresponde a inclusão e avaliação dos investimentos realizados entre as datas-bases do ciclo tarifário anterior e o processo de revisão do ciclo tarifário vigente;
- Os valores finais da BRR são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas no período incremental (item b);
- Considera-se como data-base do laudo de avaliação da BRR o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária vigente; e
- A base de remuneração é atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração veículos, edificações, hardwares e softwares. Estes ativos são remunerados por meio da Base de Anuidade Regulatória - BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração, aprovados pela Resolução Homologatória da ANEEL nº 2.837 de 16 de março de 2021.

Base de Remuneração Regulatória	
Descrição	R\$
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	2.329.328
(2) Índice de Aproveitamento Integral	1.075
(3) Obrigações Especiais Bruta	347.597
(4) Bens Totalmente Depreciados	300.224
(5) Base de Remuneração Bruta	1.680.432
(6) Depreciação Acumulada	959.703
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	1.369.625
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	612
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	1.369.013
(10) Almoxarifado em Operação	2.489
(11) Ativo Diferido	0
(12) Obrigações Especiais Líquida	173.372
(13) Terrenos e Servidões	15.326
(14) Base de Remuneração Líquida	1.213.457
(15) Saldo RGR PLPT	0
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	0
(17) Taxa de Depreciação	0
(18) Quota de Reintegração Regulatória	65.705
(19) RC sem Obrigações Especiais	129.056
(20) Remuneração de Obrigações Especiais	5.155
(21) Remuneração do Capital (RC)	134.211

30.3 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis – (“CAIMI”).

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI, aprovados pela Resolução Homologatória Nº 2.837, de 16 de março de 2021.

Descrição	Valores
Resolução	2837/2021
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	182.081
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	81.936
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	21.849
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	78.295
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	8.559
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	4.283
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	18.936
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	31.779

30.4 Ajuste da Parcela B em Função do Índice de Ajuste de Mercado e do Mecanismo de Incentivo à Melhoria da Qualidade

De acordo com o Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, no momento da Revisão Tarifária Periódica, os custos não gerenciáveis da Concessionária, a Parcela B, são ajustados por um fator de ajuste de mercado e um mecanismo de incentivo à qualidade, a serem aplicados ao Custo de Administração, Operação e Manutenção – CAOM e ao Custo Anual dos Ativos – CAA.

O índice de ajuste de mercado, denominado de Fator de Ajuste de Mercado, considera a mesma metodologia de cálculo do Componente Pd do Fator X, conforme submódulo 2.5 do PRORET, levando em conta os ganhos potenciais de produtividade entre o ano anterior à revisão tarifária, período de referência, e o período em que as tarifas definidas na revisão estarão vigentes, que são os doze meses posteriores à revisão.

A tabela a seguir apresenta os valores de componente Pd e componente T do Fator X homologados para o Processo Tarifário de 2021 da CPFL Santa Cruz.

Componentes	
Componente Pd do Fator X	0,79%
Componente T do Fator X	-0,09%

A componente Q do Fator X, Mecanismo de Incentivo à Qualidade, é o índice que almeja incentivar as distribuidoras a investir na prestação de serviço de boa qualidade e permitir que a qualidade da energia seja mais aderente às tarifas praticadas. Nesta revisão, foi calculado por meio da análise da variação dos indicadores técnicos e comerciais da Concessionária entre 2018 e 2019, resultando em -0,76%.

30.5 Reajuste Tarifário Anual

No reajuste tarifário anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações dos custos incorridos no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação da inflação, ajustado pela aplicação do Fator X.

Em março de 2023, a ANEEL publicou a REH nº 3.178, que fixou o reajuste tarifário anual - RTA da Companhia, com vigência a partir de 22 de março de 2023, em 5,65%, sendo 4,41% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,23% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total percebido pelos consumidores é 9,02%.

31. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

31.1 Balanço Patrimonial

	31/12/2023			31/12/2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo Circulante	538.763	(298)	538.465	400.424	(397)	400.028
Caixa e Equivalentes de Caixa	70.311	-	70.311	75.219	-	75.219
Consumidores, concessionárias e permissionárias	244.057	(297)	243.760	184.253	(397)	183.856
Serviços em Curso	7.191	-	7.191	17.617	-	17.617
Tributos Compensáveis	21.290	-	21.290	21.500	-	21.500
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	122.674	-	122.674	60.190	-	60.190
Depósitos Judiciais e Cauções	-	4.837	4.837	-	5.277	5.277
Almoxarifado Operacional	4.083	-	4.083	4.719	-	4.719
Investimentos Temporários	22.772	(4.837)	17.935	5.277	(5.277)	-
Ativos Financeiros Setoriais	9.970	-	9.970	4.415	-	4.415
Despesas Pagas Antecipadamente	6.371	-	6.371	3.597	-	3.597
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.701	-	1.701	-	-	-
Outros Ativos Circulantes	28.341	-	28.341	23.638	-	23.638
Ativo Não Circulante	1.993.308	(381.927)	1.611.381	1.942.943	(417.287)	1.525.655
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	12.993	-	12.993	14.828	-	14.828
Tributos Compensáveis	25.104	-	25.104	22.377	-	22.377
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	24.632	-	24.632	138.113	-	138.113
Depósitos Judiciais e Cauções	18.759	-	18.759	24.358	-	24.358
Tributos Diferidos	-	14.472	14.472	-	-	-
Ativos Financeiros Setoriais	2.879	-	2.879	-	-	-
Despesas Pagas Antecipadamente	1.430	-	1.430	35	-	35
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.438	-	3.438	14.317	-	14.317
Ativo Financeiro da Concessão	-	183.111	183.111	-	140.488	140.488
Outros Ativos Não Circulantes	27	739	766	245	674	918
Imobilizado	1.856.380	(1.856.380)	-	1.688.015	(1.688.015)	-
Ativo contratual	-	244.166	244.166	-	139.496	139.496
Intangível	47.667	1.031.965	1.079.632	40.655	990.071	1.030.726
Total do Ativo	2.532.071	(382.225)	2.149.846	2.343.367	(417.684)	1.925.683

	31/12/2023			31/12/2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo Circulante	593.071	(298)	592.773	502.274	(397)	501.877
Fornecedores	147.129	-	147.129	125.368	-	125.368
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	185.051	(549)	184.502	175.389	(557)	174.832
Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.962	-	10.962	9.376	-	9.376
Tributos	63.329	-	63.329	21.468	-	21.468
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	12.920	-	12.920	25.852	-	25.852
Encargos Setoriais	20.678	-	20.678	25.287	-	25.287
Passivos Financeiros Setoriais	20.919	-	20.919	32.681	-	32.681
PIS/COFINS Devolução Consumidores	106.358	-	106.358	55.308	-	55.308
Outros Passivos Circulantes	25.725	252	25.977	31.545	160	31.705
Passivo Não Circulante	1.294.052	(251.569)	1.042.483	1.250.405	(268.842)	981.563
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	885.044	(295)	884.749	753.434	(255)	753.179
Tributos	139	7.090	7.229	139	6.920	7.059
Provisão para Litígios	39.794	(7.090)	32.704	37.528	(6.920)	30.608
Encargos Setoriais	4.673	-	4.673	3.012	-	3.012
Tributos Diferidos	52.682	(52.682)	-	81.458	(76.472)	4.986
Passivos Financeiros Setoriais	3.420	-	3.420	15.530	-	15.530
Instrumentos Financeiros Derivativos	62.912	-	62.912	29.726	-	29.726
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	41.988	-	41.988	132.452	-	132.452
Outros Passivos Não Circulantes	4.513	295	4.809	4.757	255	5.012
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	198.888	(198.888)	-	192.371	(192.371)	-
Total do Passivo	1.887.123	(251.867)	1.635.256	1.752.679	(269.240)	1.483.440
Patrimônio Líquido						
Capital Social	218.756	-	218.756	170.413	-	170.413
Reservas de Capital	6.071	(5.585)	486	6.086	(5.586)	501
Outros Resultados Abrangentes	174.067	(174.067)	-	192.082	(192.082)	0
Reservas de Lucros	200.675	60.853	261.528	210.475	60.854	271.329
Recursos Destinados a Aumento de Capital	33.820	-	33.820	-	-	-
Prejuízos Acumulados	11.559	(11.559)	-	11.631	(11.631)	-
Total do Patrimônio Líquido	644.948	(130.358)	514.590	590.688	(148.445)	442.243
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	2.532.071	(382.225)	2.149.846	2.343.367	(417.684)	1.925.683

A seguir são detalhadas a natureza das reclassificações e dos ajustes nos balanços patrimoniais apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória nos exercícios de 2023 e 2022:

Reclassificações e ajustes de 2023:

	Reclassificações							Ajustes					
	Regulatório	Ativo Financeiro da Concessão (a)	Ativo Intangível da Concessão (a)	Obrigação Especial (b)	Provisões para litígios fiscais (c)	Redução Incentivada de Consumo (d)	Investimentos Temporários (e)	Arrendamento (f)	Reavaliação Regulatória Compulsória (31.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (31.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (31.3.3)	IR e CS Diferidos (31.3.4)	Societário
Ativo													
Ativo Circulante													
Consumidores, concessionárias e permissionárias	244.057	-	-	-	-	(297)	-	-	-	-	-	-	243.760
Depósitos Judiciais e Cauções	-	-	-	-	-	-	4.837	-	-	-	-	-	4.837
Investimentos Temporários	22.772	-	-	-	-	-	(4.837)	-	-	-	-	-	17.935
Ativo Não Circulante													
Tributos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.472	14.472
Ativo Financeiro da Concessão	-	143.644	-	(5.433)	-	-	-	-	-	44.900	-	-	183.111
Outros Ativos Não Circulantes	27	-	-	-	-	-	-	739	-	-	-	-	766
Imobilizado	1.856.380	(143.644)	(1.396.110)	-	-	-	-	(739)	(315.887)	-	-	-	-
Ativo contratual	-	-	252.138	(7.972)	-	-	-	-	-	-	-	-	244.166
Intangível	47.667	-	1.143.973	(128.356)	-	-	-	-	(4.980)	-	21.328	-	1.079.632
Total do Ativo	2.170.903	-	-	(141.761)	-	(297)	-	-	(320.867)	44.900	21.328	14.472	1.788.678
Passivo													
Passivo Circulante													
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	185.051	-	-	-	-	-	-	(549)	-	-	-	-	184.502
Outros Passivos Circulantes	25.725	-	-	-	-	(297)	-	549	-	-	-	-	25.977
Passivo Não Circulante													
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	885.044	-	-	-	-	-	-	(295)	-	-	-	-	884.749
Tributos	139	-	-	-	7.090	-	-	-	-	-	-	-	7.229
Provisão para Litígios	39.794	-	-	-	(7.090)	-	-	-	-	-	-	-	32.704
Tributos diferidos	52.682	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(52.682)	-
Outros Passivos Não Circulantes	4.513	-	-	-	-	-	-	295	-	-	-	-	4.809
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	198.888	-	-	(141.761)	-	-	-	-	(57.127)	-	-	-	-
Total do Passivo	1.391.834	-	-	(141.761)	-	(297)	-	-	(57.127)	-	-	(52.682)	1.139.970
Total Ativo (-) Passivo	779.069	-	-	-	-	-	-	-	(263.740)	44.900	21.328	67.154	648.708

- Diferenças de apresentação em função do ICPC 01, que requer que o ativo imobilizado da concessão, apresentado como ativo imobilizado para fins regulatórios, seja apresentado de forma bifurcada entre o ativo financeiro da concessão, ativo contratual e o ativo intangível.
- Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são apresentadas líquidas Ativo financeiro da concessão, Ativo contratual e Intangível.
- Diferenças de apresentação em função do ICPC 22, que classifica provisões de litígios fiscais relacionados a IR/CSLL em Tributos a pagar no societário
- Diferenças de apresentação em função do Ofício Circular nº 38/2022-SFF/ANEEL que requer que o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica que será abatido da conta do consumidor seja classificado para fins regulatórios no passivo circulante em outras contas a pagar.
- Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias os valores depositados em caução para resgate ou amortização de dívida são classificados no ativo circulante na rubrica de outros créditos – cauções, fundos e depósitos vinculados, e nas demonstrações contábeis regulatórias em investimentos temporários.
- Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias os valores referentes aos Contratos de Arrendamento foram apresentados em Outros Ativos não Circulante e Outros Passivos Circulante e não Circulante.

Reclassificações e ajustes de 2022:

	Reclassificações							Ajustes					
	Regulatório	Ativo Financeiro da Concessão (a)	Ativo Intangível da Concessão (a)	Obrigação Especial (b)	Provisões para litígios fiscais (c)	Redução Incentivada de Consumo (d)	Investimentos Temporários (e)	Arrendamento (f)	Reavaliação Regulatória Compulsória (31.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (31.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (31.3.3)	IR e CS Diferidos (31.3.4)	Societário
Ativo													
Ativo Circulante													
Consumidores, concessionárias e permissionárias	184.253	-	-	-	-	(397)	-	-	-	-	-	-	183.856
Depósitos Judiciais e Cauções	-	-	-	-	-	-	5.277	-	-	-	-	-	5.277
Investimentos Temporários	5.277	-	-	-	-	-	(5.277)	-	-	-	-	-	-
Ativo Não Circulante													
Ativo Financeiro da Concessão	-	105.577	-	(2.830)	-	-	-	-	-	37.741	-	-	140.488
Outros Ativos Não Circulantes	245	-	-	-	-	-	-	674	-	-	-	-	918
Imobilizado	1.688.015	(105.577)	(1.235.212)	-	-	-	-	(674)	(346.553)	-	-	-	-
Ativo contratual	-	-	151.830	(12.334)	-	-	-	-	-	-	-	-	139.496
Intangível	40.655	-	1.083.382	(116.284)	-	-	-	-	(5.403)	-	28.376	-	1.030.726
Total do Ativo	1.918.444	-	-	(131.448)	-	(397)	-	-	(351.956)	37.741	28.376	-	1.500.758
Passivo													
Passivo Circulante													
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	175.389	-	-	-	-	-	-	(557)	-	-	-	-	174.832
Outros Passivos Circulantes	31.545	-	-	-	-	(397)	-	557	-	-	-	-	31.705
Passivo Não Circulante													
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Mútuos	753.434	-	-	-	-	-	-	(255)	-	-	-	-	753.179
Tributos	139	-	-	-	6.920	-	-	-	-	-	-	-	7.059
Provisão para Litígios	37.528	-	-	-	(6.920)	-	-	-	-	-	-	-	30.608
Tributos diferidos	81.458	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(76.472)	4.986
Outros Passivos Não Circulantes	4.757	-	-	-	-	-	-	255	-	-	-	-	5.012
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	192.371	-	-	(131.448)	-	-	-	-	(60.923)	-	-	-	-
Total do Passivo	1.276.620	-	-	(131.448)	-	(397)	-	-	(60.923)	-	-	(76.472)	1.007.382
Total Ativo (-) Passivo													
	641.824	-	-	-	-	-	-	-	(291.033)	37.741	28.376	76.472	493.376

- (a) Diferenças de apresentação em função do ICPC 01, que requer que o ativo imobilizado da concessão, apresentado como ativo imobilizado para fins regulatórios, seja apresentado de forma bifurcada entre o ativo financeiro e o ativo intangível;
- (b) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são apresentadas liquidas no Ativo Intangível e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado no passivo não circulante na rubrica obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.
- (c) Provisão para riscos fiscais relacionados a IR/CSLL foi reclassificado para Tributos a pagar no societário em função do ICPC 22.
- (d) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica que será abatido da conta do consumidor foi classificado no ativo circulante na rubrica de consumidores, concessionárias e permissionárias, e nas demonstrações contábeis regulatórias no passivo circulante em outras contas a pagar, conforme Ofício Circular n° 38/2022-SFF/ANEEL.
- (e) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias os valores depositados em caução para resgate ou amortização de dívida são classificados no ativo circulante na rubrica de outros créditos – cauções, fundos e depósitos vinculados, e nas demonstrações contábeis regulatórias em investimentos temporários.
- (f) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias os valores referentes aos Contratos de Arrendamento foram apresentados em Outros Ativos não Circulante e Outros Passivos Circulante e não Circulante.

Conciliação do total do ativo societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Total do ativo conforme contabilidade societária	2.149.846	1.925.683
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	886.142	912.314
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	(565.278)	(560.358)
Atualização do ativo financeiro da concessão (31.3.2)	(44.900)	(37.741)
Ajustes do Ativo Intangível da Concessão (31.3.3)	(21.328)	(28.376)
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (31.3.4)	(67.154)	-
Reclassificação de obrigações especiais para o passivo (a)	141.763	131.448
Reclassificação de tributos diferidos (b)	52.682	-
Redução Incentivada de Consumo (c)	297	397
Total do ativo regulatório	2.532.071	2.343.367

- (a) Para fins de publicação das demonstrações contábeis societárias as obrigações especiais são apresentadas liquidas no Ativo Intangível e para fins e para as demonstrações contábeis regulatórias é apresentado no passivo não circulante na rubrica obrigações vinculadas a concessão do serviço público de energia elétrica.
- (b) Refere-se ao encontro de contas dos tributos diferidos.
- (c) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias o valor do Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica que será abatido da conta do consumidor foi classificado no ativo circulante na rubrica de consumidores, concessionárias e permissionárias, e nas demonstrações contábeis regulatórias no passivo circulante em outras contas a pagar.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio líquido conforme contabilidade societária	514.590	442.243
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	707.245	733.127
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	(443.507)	(442.094)
Atualização do ativo financeiro da concessão (31.3.2)	(44.899)	(37.741)
Ajustes do Ativo Intangível da Concessão (31.3.3)	(21.328)	(28.376)
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (31.3.4)	(67.154)	(76.472)
Patrimônio líquido regulatório	644.948	590.688

31.2 Demonstração do Resultado do Exercício

	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita	1.951.623	301.121	2.252.744	1.807.116	240.281	2.047.397
Forneimento de Energia Elétrica	574.741	-	574.741	708.506	105	708.611
Suprimento de Energia Elétrica	17.925	-	17.925	20.029	-	20.029
Energia Elétrica de Curto Prazo	4.025	-	4.025	27.050	-	27.050
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	1.157.676	(4.171)	1.153.505	940.543	(2.646)	937.896
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	79.567	-	79.567	10.109	-	10.109
Serviços Cobráveis	1.561	-	1.561	1.456	-	1.456
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	116.128	-	116.128	99.422	(105)	99.318
Outras Receitas	-	305.292	305.292	-	242.927	242.927
Tributos	(396.639)	(487)	(397.126)	(348.174)	(3.013)	(351.186)
ICMS	(239.722)	(450)	(240.172)	(202.037)	47	(201.991)
PIS-PASEP	(27.990)	-	(27.990)	(26.024)	(828)	(26.852)
COFINS	(128.923)	(37)	(128.960)	(119.804)	(2.231)	(122.035)
ISS	(5)	-	(5)	(309)	-	(309)
Encargos - Parcela "A"	(315.133)	67	(315.066)	(264.179)	-	(264.179)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(6.295)	-	(6.295)	(6.070)	-	(6.070)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(6.295)	-	(6.295)	(6.070)	-	(6.070)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(282.701)	-	(282.701)	(259.957)	-	(259.957)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(2.185)	-	(2.185)	(2.055)	-	(2.055)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas - PROINFA	(12.878)	-	(12.878)	(12.538)	-	(12.538)
Outros Encargos	(4.778)	67	(4.711)	22.511	-	22.511
Receita Líquida / Ingresso Líquido	1.239.851	300.701	1.540.552	1.194.762	237.268	1.432.031
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"	(769.078)	-	(769.078)	(764.607)	-	(764.607)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(425.679)	-	(425.679)	(465.950)	-	(465.950)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	(21.374)	-	(21.374)	(28.035)	-	(28.035)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(322.025)	-	(322.025)	(270.622)	-	(270.622)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	470.772	300.702	771.474	430.155	237.268	667.423
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"	(261.853)	(273.080)	(534.933)	(233.408)	(213.221)	(446.630)
Pessoal e Administradores	(80.845)	(38)	(80.883)	(66.253)	25	(66.228)
Material	(16.788)	-	(16.788)	(17.094)	-	(17.094)
Serviços de Terceiros	(65.185)	-	(65.185)	(58.057)	-	(58.057)
Arrendamento e Aluguéis	(1.610)	615	(995)	(1.328)	1.053	(275)
Seguros	(467)	-	(467)	(423)	-	(423)
Doações, Contribuições e Subvenções	(13)	-	(13)	537	-	537
Provisões	(9.965)	342	(9.623)	(8.178)	3.548	(4.629)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.019)	-	(6.019)	(10.635)	-	(10.635)
(-) Recuperação de Despesas	2.101	-	2.101	1.912	-	1.912
Tributos	(825)	-	(825)	(645)	(4)	(649)
Depreciação e Amortização	(87.182)	15.306	(71.876)	(81.180)	12.567	(68.613)
Gastos Diversos da atividade vinculada	(15.670)	4.740	(10.930)	(13.419)	2.886	(10.533)
Outras Receitas Operacionais	34.665	(34.665)	-	35.309	(35.309)	-
Outras Despesas Operacionais	(14.048)	(259.382)	(273.430)	(13.956)	(197.988)	(211.944)
Resultado da Atividade	208.919	27.621	236.540	196.746	24.047	220.794
Resultado Financeiro	(91.271)	-	(91.271)	(67.978)	(206)	(68.184)
Receitas Financeiras	87.974	(36.725)	51.249	98.718	(36.607)	62.110
Despesas Financeiras	(179.245)	36.725	(142.520)	(166.696)	36.401	(130.295)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	117.649	27.619	145.268	128.768	23.841	152.609
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(33.607)	(9.314)	(42.921)	(40.864)	(8.337)	(49.202)
Resultado Líquido do Exercício	84.042	18.305	102.347	87.904	15.504	103.407
Atribuível aos Acionistas Controladores	84.042	18.305	102.347	87.904	15.504	103.407

A seguir são detalhadas a natureza das reclassificações e dos ajustes na demonstração do resultado do exercício apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória nos exercícios de 2023 e 2022:

Reclassificações e ajustes de 2023:

	Regulatório	Construção da infraestrutura de concessão (a)	Penalidades Contratuais e Regulatórias (b)	Outras receitas não vinculadas (c)	Ganho/Perda na alienação, desativação e outros de ativos não circulante (d)	Provisões para litígios fiscais (e)	Depreciação de Arrendamento (f)	Variação cambial de empréstimos (g)	Reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (31.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (31.3.3)	IR e CS Diferidos (31.3.4)	Societário
Receita													
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	1.157.676	-	(4.171)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.153.505
Outras receitas	-	265.403	(569)	33.299	-	-	-	-	-	7.159	-	-	305.292
Tributos													
ICMS	(239.722)	-	-	-	-	(450)	-	-	-	-	-	-	(240.172)
COFINS	(128.923)	-	-	-	-	(37)	-	-	-	-	-	-	(128.960)
Encargos - Parcela "A"													
Outros Encargos	(4.778)	-	-	-	-	67	-	-	-	-	-	-	(4.711)
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"													
Pessoal e Administradores	(80.845)	-	-	-	-	(38)	-	-	-	-	-	-	(80.883)
Arrendamento e Aluguéis	(1.610)	-	-	-	-	-	615	-	-	-	-	-	(995)
Provisões	(9.965)	-	-	-	-	342	-	-	-	-	-	-	(9.623)
Depreciação e Amortização	(87.182)	-	-	-	-	-	(615)	-	20.981	-	(5.061)	-	(71.876)
Gastos Diversos da atividade vinculada	(15.670)	-	4.740	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.930)
Outras receitas operacionais	34.665	-	-	(33.299)	(1.366)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(14.048)	(265.403)	-	-	1.366	-	-	-	6.643	-	(1.988)	-	(273.430)
Resultado Financeiro													
Receitas Financeiras	87.974	-	-	-	-	-	-	(36.725)	-	-	-	-	51.249
Despesas Financeiras	(179.245)	-	-	-	-	-	-	36.725	-	-	-	-	(142.520)
Despesa com Impostos sobre o Lucro													
	(33.607)	-	-	-	-	116	-	-	-	-	-	(9.430)	(42.921)
Resultado Líquido do Exercício													
	84.042	-	-	-	-	-	-	-	27.624	7.159	(7.048)	(9.430)	102.347

- (a) Para a demonstrações financeiras societária a prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 o qual não foi adotado pela ANEEL;
- (b) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a companhia adota o CPC 47 e desta forma classificamos a compensação pelo não cumprimento de indicadores deduzindo a receita, e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional conforme MCSE;
- (c) Na demonstração financeira societária a Companhia classifica as Outras receitas operacionais no grupo de Receita e na demonstração contábil regulatória são classificadas no grupo de Custos gerenciáveis conforme MCSE;
- (d) Para fins de publicação das demonstrações financeira societárias o ganho e a perda são apresentados pelo líquido, e para as demonstrações contábeis regulatórias são apresentados de forma segregada, conforme MCSE;
- (e) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos as despesas com litígios fiscais na natureza original dos tributos e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional, conforme MCSE;
- (f) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a depreciação dos bens originários de contratos de arrendamento é apresentada em Depreciação e Amortização, e na demonstração contábil regulatória é classificado como Arrendamento e Aluguéis;
- (g) Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos a variação cambial na despesa financeira e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro de acordo com seu resultado, ou seja, ou receita ou despesa, conforme MCSE.

Reclassificações e ajustes de 2022:

	Regulatório	Reclassificações										Ajustes				Societário
		Construção da infraestrutura de concessão (a)	Penalidades Contratuais e Regulatórias (b)	Outras receitas não vinculadas (c)	Ganho/Perda na alienação, desativação e outros de ativos não circulante (d)	Capitalização de despesas (e)	Variação monetária e marcação a mercado (f)	Provisões para litígios fiscais (e)	Redução Incentivada de Consumo (f)	Depreciação de Arrendamento (g)	Variação cambial de empréstimos (h)	Reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	Atualização do ativo financeiro da concessão (31.3.2)	Ativo Intangível da Concessão (31.3.3)	IR e CS Diferidos (31.3.4)	
Receita																
Fornecimento de Energia Elétrica	708.506	-	-	-	-	-	-	-	105	-	-	-	-	-	-	708.611
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	940.543	-	(2.646)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	937.896
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	99.422	-	-	-	-	-	-	-	(105)	-	-	-	-	-	-	99.318
Outras receitas	-	204.888	(240)	31.871	-	-	-	-	-	-	-	-	6.408	-	-	242.927
Tributos																
ICMS	(202.037)	-	-	-	-	-	-	47	-	-	-	-	-	-	-	(201.991)
PIS-PASEP	(26.024)	-	-	-	-	-	-	(828)	-	-	-	-	-	-	-	(26.852)
COFINS	(119.804)	-	-	-	-	-	-	(2.231)	-	-	-	-	-	-	-	(122.035)
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"																
Pessoal e Administradores	(66.253)	-	-	-	-	-	-	25	-	-	-	-	-	-	-	(66.228)
Arrendamento e Aluguéis	(1.328)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.053	-	-	-	-	-	(275)
Provisões	(8.178)	-	-	-	-	-	-	3.548	-	-	-	-	-	-	-	(4.629)
Tributos	(645)	-	-	-	-	-	-	(4)	-	-	-	-	-	-	-	(649)
Depreciação e Amortização	(81.180)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.053)	-	19.236	-	(5.616)	-	(68.613)
Gastos Diversos da atividade vinculada	(13.419)	-	2.886	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.533)
Outras receitas operacionais	35.309	-	-	(31.871)	(3.438)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(13.956)	(204.888)	-	-	3.438	-	-	-	-	-	-	5.950	-	(2.488)	-	(211.944)
Resultado Financeiro																
Receitas Financeiras	98.718	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.607)	-	-	-	-	62.110
Despesas Financeiras	(166.696)	-	-	-	-	-	-	(206)	-	-	36.607	-	-	-	-	(130.295)
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(40.864)	-	-	-	-	-	-	(351)	-	-	-	-	-	-	(7.986)	(49.202)
Resultado Líquido do Exercício	87.904	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.186	6.408	(8.104)	(7.986)	103.407

- Para a demonstrações financeiras societária a prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 o qual não foi adotado pela ANEEL;
- Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a companhia adota o CPC 47 e desta forma classificamos a compensação pelo não cumprimento de indicadores deduzindo a receita, e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional conforme MCSE;
- Na demonstração financeira societária a Companhia classifica as Outras receitas operacionais no grupo de Receita e na demonstração contábil regulatória são classificadas no grupo de Custos gerenciáveis conforme MCSE;
- Para fins de publicação das demonstrações financeira societárias o ganho e a perda são apresentados pelo líquido, e para as demonstrações contábeis regulatórias são apresentados de forma segregada, conforme MCSE;
- Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos as despesas com litígios fiscais na natureza original dos tributos e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos na despesa operacional, conforme MCSE;
- Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias a depreciação dos bens originários de contratos de arrendamento é apresentada em Depreciação e Amortização, e na demonstração contábil regulatória é classificado como Arrendamento e Aluguéis;
- Para fins de publicação das demonstrações financeiras societárias apresentamos a variação cambial na despesa financeira e para as demonstrações contábeis regulatórias apresentamos no resultado financeiro de acordo com seu resultado, ou seja, ou receita ou despesa, conforme MCSE.

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2023	2022
Resultado líquido do exercício conforme contabilidade societária	102.347	103.407
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	(6.645)	(5.950)
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória (31.3.1)	(20.981)	(19.236)
Atualização do ativo financeiro da concessão (31.3.2)	(7.159)	(6.408)
Ajustes do ativo intangível da concessão (31.3.3)	7.049	8.104
IR/CSLL sobre as diferenças de práticas contábeis (31.3.5)	9.430	7.986
Resultado líquido do exercício conforme contabilidade regulatória	84.042	87.904

31.3 Composição dos ajustes

31.3.1 Reavaliação Regulatória Compulsória:

De acordo com a Resolução Normativa da ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010, as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica registram contabilmente, a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada e baixas, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária. Esse ajuste é regulatório e não é aceito na contabilidade societária.

A composição dos saldos da reavaliação compulsória registrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos ao ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais e os efeitos tributários para a Companhia, valores estes que estão de acordo com os montantes apresentados nas notas 10, 12 e 19 deste relatório, estão assim apresentados:

Saldo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Ativo imobilizado	840.381	(524.494)	315.887	866.553	(520.000)	346.553
Ativo intangível	45.761	(40.782)	4.978	45.761	(40.358)	5.403
Obrigações especiais	(178.896)	121.769	(57.127)	(179.187)	118.264	(60.923)
Total	707.245	(443.507)	263.738	733.127	(442.094)	291.033
Efeito IR e CSLL	(240.463)	150.792	(89.672)	(249.263)	150.311	(98.952)
Efeito líquido	466.782	(292.716)	174.066	483.864	(291.783)	192.081

Conforme mencionado na nota 3.5, em 2021 foi contemplado os efeitos da implantação do laudo homologado da revisão tarifária, cujo efeitos estão demonstrados na nota 12.

31.3.2 Atualização do Ativo Financeiro da Concessão (ICPC 01)

O efeito é decorrente do estorno do valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão. Esse ajuste refere-se a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional, no resultado do exercício societário. O mesmo é aceito na contabilidade societária e não é aceito na contabilidade regulatória.

31.3.3 Ativo Intangível da Concessão (ICPC 01)

O efeito é decorrente do estorno do reconhecimento de custos adicionais e juros capitalizados em ordens em curso, reconhecidos na contabilidade societária e, que serão amortizados até o prazo final da concessão. Esse ajuste é aceito na contabilidade societária e não é reconhecido

na contabilidade regulatória.

31.3.4 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ajustes são decorrentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes de diferenças entre práticas contábeis societárias e as regulatórias.

32. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2023	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 22 anos	368.728	634.810	633.454	3.053.648	4.690.640
Compra de energia de Itaipu	Até 22 anos	103.570	237.283	242.783	1.997.762	2.581.398
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 22 anos	295.572	592.453	649.747	6.435.795	7.973.566
Projetos de construção de Subestação	Até 2 anos	58.722	7.157	-	-	65.878
Fornecedores de materiais e serviços	Até 4 anos	102.522	102.647	43.562	-	248.731
Total		929.113	1.574.350	1.569.545	11.487.205	15.560.213

33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2023, um valor de R\$ 3.257 (R\$ 1.779 em 2022) referente a juros capitalizados no ativo imobilizado.

Ainda em 2023, houve o aumento do capital social (nota 20) da Companhia no montante de R\$ 48.343, sendo este saldo proveniente de reserva legal e reserva estatutária reforço de capital de giro apurado no exercício de 2022.

34. FATO RELEVANTE E EVENTO SUBSEQUENTE

34.1 Debentures:

Em 26 fevereiro de 2024, foram subscritas e integralizadas 181.000 debêntures simples, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais) o que gerou uma captação total de R\$ 181.000 (R\$ 180.435 líquida dos gastos de emissão), com pagamento de juros semestrais, amortização em março de 2031 e remuneração de IPCA + 5,79%. Os recursos líquidos obtidos serão destinados para pagamento de gastos com Projeto de Investimento em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica.

34.2 Empréstimos e financiamentos:

Em 29 de fevereiro de 2024, houve a liberação referente financiamento Lei 4.131, no montante de R\$ 28.700, taxa de juros de 0,52% a.a., com pagamento de juros trimestrais e amortização em agosto de 2024, para reforço de capital de giro.

34.3 Reajuste tarifário:

Em março de 2024, a ANEEL publicou a REH nº 3.311, que fixou o reajuste tarifário anual – RTA da Companhia, com vigência a partir de 22 de março de 2024, em 7,02%, sendo 8,22% referentes ao reajuste tarifário econômico e -1,20% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é 5,63%.

34.4 Medida Provisória nº 1.212/2024:

A MP nº 1.212/2024 prevê, dentre outros objetivos, a quitação da Conta Covid e da Conta Escassez a partir da antecipação de recursos provenientes da privatização da Eletrobrás, com o propósito de promover a modicidade tarifária aos consumidores do Ambiente de Contratação Regulada - ACR. O texto vigora com força de lei com prazo de 60 dias, e poderá ser rejeitado ou aprovado pelo Congresso Nacional. A Companhia aguarda a regulamentação da referida MP para poder estimar os impactos tarifários.

DIRETORIA

CARLOS ZAMBONI NETO
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro

JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES
Diretor de Assuntos Regulatórios

RAFAEL LAZZARETTI
Diretor Comercial

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA
Diretor de Operações

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217.200/O-6

Companhia Jaguari de Energia

***Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2023 e
relatório do auditor
independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Jaguari de Energia

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Jaguari de Energia ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Jaguari de Energia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

Companhia Jaguari de Energia

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente em 21 de março de 2024, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o

Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto,

Companhia Jaguari de Energia


possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2024


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Adriano Formosinho Correia
Signed By: ADRIANO FORMOSINHO CORREIA 78278562504
CPF: 78278562504
Signing Time: 25 April 2024 | 10:23 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Issuer: AC SERASA RFB v5
99D108451FA5438...

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

<p>TERMO DE RESPONSABILIDADE Referente Demonstrações Contábeis Regulatória</p> <p>Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.</p> <p>Campinas, 24 de abril de 2024.</p> <p>Concessionária: Companhia Jaguari de Energia</p>	<p>TERM OF RESPONSIBILITY Concerning Regulatory Financial Statements</p> <p>By this Term of Responsibility, we declare under the penalties of the Law the veracity of the information submitted to the National Electric Energy Agency - ANEEL, expressing the commitment to compliance with the rules, procedures and requirements established by the legislation of the electricity sector, as well as science of the penalties to which we will be subject. We are aware that the falsity of the information, as well as the non-compliance with the commitment made herein, in addition to requiring the return of amounts received improperly, where applicable, will be subject to the penalty of Group IV, item X, Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004, as well as those provided for in articles 171 and 299, both of the Penal Code.</p> <p>Campinas, April 24, 2024.</p> <p>Concessionaire: Companhia Jaguari de Energia</p>
--	--

DocuSigned by:
Carlos Zamboni Neto
EEC7B411B31140E...
Carlos Zamboni Neto
Diretor Presidente
Chief Executive Officer
CPF: 081.496.848-16

DocuSigned by:
Yuehui Pan
3599DDF075274EA...
Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores
Chief Financial and Investor Relations
Officer
CPF: 061.539.517-16

DocuSigned by:
Ana Paula Peressim de Paulo
9AB50212BD8E4BC...
Ana Paula Peressim de Paulo
Gerente de Contabilidade das
Distribuidoras
Accounting Manager of Distributors
CT CRC 1SP217200/O-6
CPF: 171.567.218-60

<p>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004</p> <p>Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:</p> <p>...</p> <p>X – fornecer informação falsa à ANEEL;</p> <p>CÓDIGO PENAL</p> <p>Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.</p> <p>Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.</p>	<p>Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004.</p> <p>Art 7 - Constitutes an infraction, subject to the imposition of the penalty fine of Group IV:</p> <p>...</p> <p>X - provide false information to ANEEL;</p> <p>PENAL CODE</p> <p>Art. 171 - Obtain, for yourself or others, unlawful advantage, to the detriment of others, inducing or keeping someone in error, through artifice, ruse, or any other fraudulent means.</p> <p>Art. 299 - Omit, in a public or private document, a statement that should appear on it, or insert a false statement or different statement from that which should be written, in order to prejudice law, create an obligation or alter the truth about the legally relevant fact.</p>
---	---